

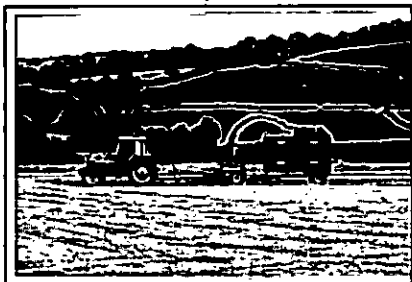


INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

ISSN 0872-5276

Estatísticas do Ambiente

1998/99



Ano de edição 2001



A Figura 87 da página 64 foi actualizada em 20-02-2009

RESUMO

Em 1999, a despesa das **Administrações Públicas** em gestão e protecção do ambiente atingiu cerca de 159 milhões de contos (mais 18% do que em 1998), o que representou 0,74% do Produto Interno Bruto. Entre os vários subsectores institucionais, destaca-se a Administração Local, que contribuiu com 55% da despesa total; a Administração Central representou 41%.

Entre os vários domínios de gestão e protecção do ambiente, destaca-se a despesa das Administrações Públicas com a "Protecção do Recurso Água" (34% do total).

A despesa da Administração Central em gestão e protecção do ambiente registou um acréscimo de 15% relativamente ao ano anterior, tendo atingido cerca de 65 milhões de contos (57 milhões de contos em 1998).

Em 1999, 89% da população portuguesa tinha abastecimento público de água domiciliário, correspondente a 8,9 milhões de pessoas (+2% que no ano anterior).

No que se refere às águas residuais, cerca de 68% dos portugueses, equivalente a 6,8 milhões de pessoas, eram servidas por sistemas de drenagem de águas residuais, tendo correspondido a um acréscimo de 4% face a 1998. Do total das águas residuais produzidas e colectadas, 60%, foram tratadas antes de se efectuar a sua descarga no destino final (49% em 1998).

Cerca de 9,8 milhões de portugueses estavam servidos com sistemas de recolha de resíduos, o que correspondia a 98% da população residente em Portugal.

A despesa em gestão e protecção do ambiente efectuada pela Administração Local aumentou 22% comparativamente a 1998, tendo-se situado, em 1999, nos 90 milhões de contos.

Em 1999 o esforço da **Indústria** na protecção ambiental atingiu 26,2 milhões de contos de investimentos em tecnologias e equipamentos fim-de-linha, 11,7 milhões de contos de investimentos em tecnologias integradas e 28,2 milhões de contos em despesas correntes.

No que respeita à distribuição dos investimentos por domínios de ambiente em 1999, verifica-se que o domínio "Ar e Clima" absorveu quase metade dos montantes aplicados (45%), seguindo-se o domínio "Gestão de Águas Residuais" (26%) e o domínio "Gestão de Resíduos" (14%).

As "**Eco-empresas**" constituem um grupo de empresas cujo negócio incide na produção de bens e serviços vocacionados para a execução de actividades de controlo e redução da poluição.

O volume de negócios gerado pelo conjunto destas empresas ascendeu, em 1998, a 96,5 milhões de contos. Em termos de emprego, as "Eco-empresas" tinham ao seu serviço cerca de 5300 pessoas.

As **Associações de Bombeiros** despenderam, em 1999, 43 milhões de contos, +8% em relação ao ano anterior. As acções desenvolvidas pelos **Corpos de Bombeiros** totalizaram perto de 3 milhões de serviços prestados, destacando-se os serviços de Saúde que representaram 84% do total. Relativamente ao pessoal no activo dos **Corpos de Bombeiros** colaboraram, em 1999, cerca de 41 mil pessoas.

A despesa das **Organizações Não Governamentais de Ambiente** atingiu 1,3 milhões de contos. As actividades desenvolvidas por estas Organizações somaram perto de 6200 acções, com destaque para as acções de sensibilização pública, que corresponderam a 37% do total.

SUMMARY

In 1999, the Public Administration expenditure on management and protection of environment, raise up to 159 billions escudos, which corresponds to 18% more than in 1998, and weight 0,74% of GDP. Between the several institutional sub-sectors, emphasis goes to Local Administrations (Municipalities) representing 55% of the total expenditure; the weight of Central Administration was 41%.

Distributing the Public Administrations expenditure by environmental domains, turns out in first the domain "Waste Water Management" which weight 34% of total expenditure.

The Central Administration, with 65 billions escudos expenditure on environment protection, represents an increase of 15% compared with the previous year, 1998, that registered nearly 57 billions escudos.

In 1999, 89% of the portuguese population had access to public water supply, which corresponds to 8,9 millions of persons (2% more than the previous year).

With respect to waste water, nearly 68% of the portuguese, equivalent to 6,8 millions persons, were connected to public sewerage, which corresponds to 4% more, compared with 1998. From the total of the waste water generated and collected, 60% was treated before the discharge to the final destination (49% in 1998).

Almost 9,8 millions of portuguese were served by municipal waste collection services, which

corresponds to 98% of the resident population of Portugal.

The expenditure on environment management and protection by Local Administration accounts 90 billions escudos, an increase of 22% compared to 1998.

During 1999 the industry financial efforts on environment protection raise up to 26,2 billions escudos investment on end-of-pipe technologies, 11,7 billions escudos investment on integrated technologies and around 28,2 billions escudos on current expenditure.

Distributing the investment by environment domains, "Air and Climate" domain share around 45% of the total, followed by the "Waste Water Management" (26%) and "Waste Management" (14%).

The "Environmental Industries and Services Survey" focus on businesses which main activity consists on production of goods and services for environment protection purposes.

The total turnover generated by such industry complex, sums up 96,5 billions escudos. In terms of employment, the companies surveyed occupied 5300 people in 1998.

The Firemen Corps and Associations expended in 1999 around 43 billions escudos, 8% more than in 1998. The Firemen Associations run around 3 millions actions, with emphasis to Health and Medical Emergency Services which represented 84% of the total. Those actions were carried out by 41 thousands persons.

The expenditure of Non Governmental Organizations for Environment sum up 1,3 billions escudos. The NGO's surveyed set up around 6 thousands distinct actions, with emphasis for the public awareness activities (37% of the total).

NOTA INTRODUTÓRIA

Na presente publicação, a oitava de uma série iniciada com informação referente a 1989, o Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta a sua principal produção de dados estatísticos na área das "Estatísticas do Ambiente".

A publicação mantém, em termos gerais, o mesmo tipo de informação da edição anterior. Todavia, realça-se a alteração que se verifica no formato de apresentação dos resultados, com o objectivo de contribuir para um mais fácil manuseamento e um maior esclarecimento face aos temas abordados.

A informação estatística divulgada nesta publicação, corresponde a um resumo dos dados disponíveis. É possível facultar, não só o mesmo tipo de informação com maior desagregação geográfica, mas ainda, informação adicional que, desde que não se encontre sujeita a segredo estatístico, será fornecida em condições e suportes a acordar, dentro do regime de prestação de serviços e sob pedido específico dirigido ao INE.

O INE expressa os seus agradecimentos a todas as entidades que permitiram a elaboração da presente publicação, em especial às Câmaras Municipais, às Associações e outras Entidades de Bombeiros, às Organizações Não Governamentais de Ambiente e às empresas, esperando que a mesma possa constituir um útil instrumento de trabalho para os utilizadores.

Agradecem-se antecipadamente todas as sugestões e críticas ao conteúdo desta publicação, com o objectivo de melhorar a qualidade da informação apresentada e aumentar o interesse de futuras edições.

Agosto de 2001

SINAIS CONVENCIONAIS

...	Dado Confidencial
-	Resultado Nulo
x	Dado não Disponível
"	Estimativa
*	Dado Rectificado
o	Dado Inferior a Metade do Módulo da Unidade Utilizada
Nota:	Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

SIGLAS E ABREVIATURAS

CAE – Rev. 2	Classificação das Actividades Económicas – Revisão 2
CGE	Conta Geral do Estado
Esc	Escudos
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISFL	Instituições Sem Fins Lucrativos
LVT	Lisboa e Vale do Tejo
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ONGA	Organizações Não Governamentais de Ambiente
PIB	Produto Interno Bruto
RA	Região Autónoma
RAM	Região Autónoma da Madeira
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
VVN	Volume de Negócios

ESCLARECIMENTOS

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS SERVIÇO DE ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE

TELEFONE: 21 842 61 00 ; Extensões: 3259, 3270, 3258

FAX: 21 842 63 79

EMAIL: marisa.chang@ine.pt; nuno.romao@ine.pt; mario.baptista@ine.pt;

INFORMAÇÃO DISPONÍVEL E NÃO PUBLICADA

Em condições a acordar, dentro do regime de prestação de serviços, os dados relativos às variáveis inquiridas pelos questionários em anexo (desde que não se encontrem sujeitos a segredo estatístico) poderão ser fornecidos sob pedido específico dirigido ao INE.

ÍNDICE

	Página
Resumo	3
Nota introdutória	5
Sinais convencionais	6
Siglas e abreviaturas	6
Índice	7
1. Administrações Públicas	11
2. Empresas	41
3. Instituições Sem Fins Lucrativos	59
4. Metodologias, conceitos e nomenclaturas	69
Anexo - Questionários	91

1. ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

1. ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Em 1999, as Administrações Públicas despenderam 159 milhões de contos em actividades de gestão e protecção do ambiente (mais 18% do que em 1998), o que representou 0,74% do Produto Interno Bruto (0,67% no ano anterior).

Figura 1 - Despesas das Administrações Públicas por domínios de ambiente, segundo os sectores institucionais

Unidade: 10⁶ Esc

Domínios de Ambiente	Anos	Total	Administrações Públicas			ISFL
			Central	Regional	Local	
Total	1998	134 616	56 603	5 139	71 509	1 365
	1999	158 707	65 093	5 504	86 968	1 142
Qualidade do ar & clima	1998	2 459	2 457	0	2	-
	1999	3 419	3 404	-	15	-
Protecção do recurso água	1998	43 268	15 445	1 504	26 319	-
	1999	53 846	19 859	1 380	32 607	-
Gestão de resíduos	1998	38 585	1 662	1 015	35 908	-
	1999	45 967	1 616	1 146	43 203	-
Solos & águas subterrâneas	1998	60	-	45	15	-
	1999	44	-	33	11	-
Ruído & vibrações	1998	154	-	-	154	-
	1999	53	-	-	53	-
Biodiversidade & paisagem	1998	34 690	24 508	1 890	7 607	685
	1999	38 195	26 316	2 102	9 270	507
Protecção contra radiações	1998	-	-	-	-	-
	1999	-	-	-	-	-
Investigação & desenvolvimento	1998	753	751	2	-	-
	1999	842	707	83	52	-
Outras actividades de protecção do ambiente	1998	14 646	11 779	683	1 504	680
	1999	16 341	13 190	758	1 758	635

O subsector institucional que mais contribuiu para o total da despesa em gestão e protecção do ambiente foi a Administração Local, com cerca de 55%, enquanto que a Administração Central se fixou nos 41%. Comparativamente a 1998, a Administração Local reforçou a sua posição relativa com +1,7%, ao passo que a Administração Central diminuiu 1,1%.

A Administração Regional e as Instituições Sem Fins Lucrativos (ISFL) contribuíram com 3,5% e 0,7%, respectivamente.

Entre os vários domínios de gestão e protecção do ambiente, destacam-se a despesa efectuada pelas Administrações Públicas com os domínios "Protecção do Recurso Água" (34%) e "Gestão de Resíduos" (29%), situação já verificada em 1998. Outros domínios com um nível significativo de despesa foram a

"Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" (24%) e "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" (10%), cabendo aos restantes quatro domínios apenas 3% da despesa total.

Registaram-se Transferências, quer Correntes quer de Capital; entre os vários subsectores das Administrações Públicas no valor de 3,5 milhões de contos.

1.1. Administração Central

As despesas da Administração Central em gestão e protecção do ambiente registaram, em 1999, um acréscimo de 15% relativamente ao ano anterior, tendo atingido 65 milhões de contos (57 milhões de contos em 1998).

Em 1999 verificou-se um acréscimo de 15% nas despesas da Administração Central.

Esta subida verificou-se, nomeadamente, no subsector Estado (Conta Geral do Estado) com um aumento de 24%, ao passo que os gastos dos Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central registaram uma subida de apenas 6%.

Figura 2 - Despesas da Administração Central em gestão e protecção do ambiente, por agregados económicos e sectores institucionais

Agregados Económicos	Unidade: 10 ⁶ Esc	
	Anos	
	1998	1999
Total	56 603	65 093
Despesas Correntes	28 875	29 722
Estado (CGE)	12 970	14 990
Serviços e Fundos Autónomos	15 905	14 732
Despesas de Capital	27 728	35 371
Estado (CGE)	16 373	21 336
Serviços e Fundos Autónomos	11 355	14 035

O Estado continua a deter a maior parcela das despesas da Administração Central na área do ambiente, com 56%, correspondendo a 36 milhões de contos. Por sua vez, os Serviços e Fundos Autónomos contribuíram com 44%, tendo assegurado cerca de 29 milhões de contos.

O montante das Transferências, quer Correntes quer de Capital, entre os vários sectores da Administração Central totalizaram cerca de 15 milhões de contos.

O Estado gastou, em 1999, 52 milhões de contos em Ambiente.

No que se refere à afectação das despesas pelos domínios de gestão e protecção do ambiente, o domínio "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" continua a ser o mais representativo, com 40% do total da despesa da Administração Central. De seguida, surgem os domínios "Protecção do Recurso Água" e "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" que absorveram 31% e 20%, respectivamente.

Figura 3 - Despesas da Administração Central, por domínios do ambiente

Domínios de Ambiente	Unidade: 10 ⁶ Esc	
	Anos	
	1998	1999
Total	56 603	65 093
Qualidade do ar & clima	2 457	3 404
Protecção do recurso água	15 445	19 859
Gestão de resíduos	1 662	1 616
Solos & águas subterrâneas	-	-
Ruído & vibrações	-	-
Biodiversidade & paisagem	24 508	26 316
Protecção contra radiações	-	-
Investigação & desenvolvimento	751	707
Outras actividades de protecção do ambiente	11 779	13 190

Comparativamente a 1998, as maiores variações percentuais ocorreram, pela positiva, nos domínios "Protecção da Qualidade do Ar e Clima" (+39%), "Protecção do Recurso Água" (+29%) e "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" (+12%) e, pela negativa, nos domínios "Investigação e Desenvolvimento" (-6%) e "Gestão de Resíduos" (-3%).

Analisando apenas o sector Estado (CGE), as despesas totalizaram, em 1999, 52 milhões de contos, representando um acréscimo de 19% em relação ao ano anterior.

Figura 4 - Despesas do Estado (CGE) em gestão e protecção do ambiente, por agregados económicos

Agregados económicos	Unidade: 10 ⁶ Esc	
	Anos	
	1998	1999
Total	43 303	51 706
Despesas Correntes	17 394	19 077
Despesas com o Pessoal	6 218	6 430
Aquisição de Bens e Serviços	6 264	7 838
Transferências Correntes	4 910	4 808
Outras Despesas Correntes	3	0
Despesas de Capital	25 908	32 629
Investimentos	12 574	16 744
Transferências de Capital	13 334	15 882
Outras Despesas de Capital	-	3

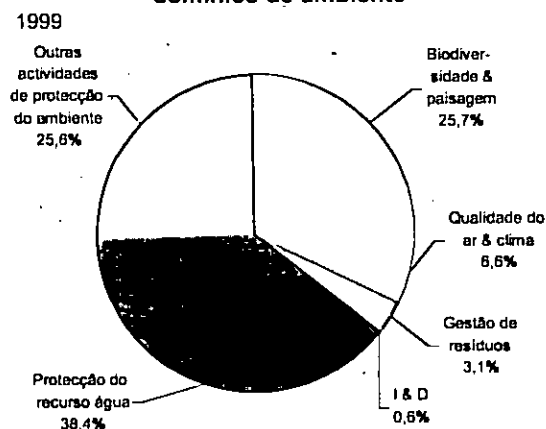
Este aumento verificou-se, essencialmente na rubrica "Despesas de Capital" com uma subida

de 26%, com destaque para os "Investimentos" que registaram um acréscimo de 33%. Assim, as "Despesas de Capital" passaram a representar 63% do total da despesa efectuada pelo Estado, mais 3% que em 1998.

Por outro lado, as "Despesas Correntes" contribuíram com 37% e as principais rubricas foram "Aquisição de Bens e Serviços" (15%), "Despesas com o Pessoal" (12%) e "Transferências Correntes" (9%). Comparativamente ao ano transacto, a maior variação registou-se na "Aquisição de Bens e Serviços" com um aumento de 25%, variação superior ao das "Despesas Correntes" que se situou nos 10%.

A maior parte da despesa em ambiente efectuada pelo Estado foi aplicada nos domínios "Protecção do Recurso Água" (38%), "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" e "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" (ambas com 26%), tendo somado, em conjunto, 90% do total.

Figura 5 - Despesas do Estado (CGE), por domínios de ambiente



No domínio "Protecção do Recurso Água", 72% dos gastos do Estado destinaram-se a "Investimentos", 19% para a "Aquisição de

Bens e Serviços", 8% foram dirigidos para as "Despesas com o Pessoal" e o restante para as "Transferências Correntes e de Capital". Por sua vez, as despesas efectuadas pelo Estado no domínio "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" foram distribuídas para as rubricas "Despesas com o Pessoal" (35%), "Aquisição de Bens e Serviços" (27%), "Transferências Correntes e de Capital" (23%) e "Investimentos" (15%).

Quanto ao domínio "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" a rubrica "Transferências de Capital" foi a mais significativa, absorvendo cerca de 86% do total da despesa neste domínio.

Cerca de 38% das despesas do Estado, em 1999, foram para o domínio "Protecção do Recurso Água".

Figura 6 - Despesas do Estado (CGE), por domínios de ambiente

Domínios de Ambiente	Unidade: 10 ⁶ Esc	
	Anos	
	1998	1999
Total	43 303	51 706
Qualidade do ar & clima	2 457	3 404
Protecção do recurso água	15 445	19 859
Gestão de resíduos	1 662	1 616
Solos & águas subterrâneas	-	-
Ruído & vibrações	-	-
Biodiversidade & paisagem	11 646	13 309
Protecção contra radiações	-	-
Investigação & desenvolvimento	313	328
Outras actividades de protecção do ambiente	11 779	13 190

Como já foi referido anteriormente, as despesas dos Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central tiveram, em 1999, um crescimento de 6%, tendo atingido 29 milhões de contos.

Dos Serviços e Fundos Autónomos considerados, as despesas incidiram apenas em dois domínios e principalmente no de "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem",

com 98,5%, cabendo o restante ao domínio da "Investigação e Desenvolvimento" (1,5%).

Relativamente à distribuição por rubricas económicas, as "Despesas Correntes" contribuíram com 51%, com realce para a "Aquisição de Bens e Serviços" (23%) e "Transferências Correntes" (20%), e as "Despesas de Capital" tiveram uma participação de 49%, destacando-se as "Transferências de Capital" com 42%, vindo a seguir os "Investimentos" com apenas 7%.

Face a 1998, a "Aquisição de Bens e Serviços" registou uma subida de 40% e as "Transferências de Capital" cresceram 25%, ao passo que as "Transferências Correntes" diminuíram 36%.

Figura 7 - Despesas dos SFA em gestão e protecção do ambiente, por agregados económicos

Agregados económicos	Unidade: 10 ⁶ Esc	
	Anos	
	1998	1999
Total	27 260	28 767
Despesas Correntes	15 905	14 732
Despesas com o Pessoal	2 298	2 426
Aquisição de Bens e Serviços	4 695	6 564
Transferências Correntes	8 908	5 743
Outras Despesas Correntes	4	0
Despesas de Capital	11 355	14 035
Investimentos	1 764	2 012
Transferências de Capital	9 591	12 023
Outras Despesas de Capital	-	-

1.2. Administrações Regionais

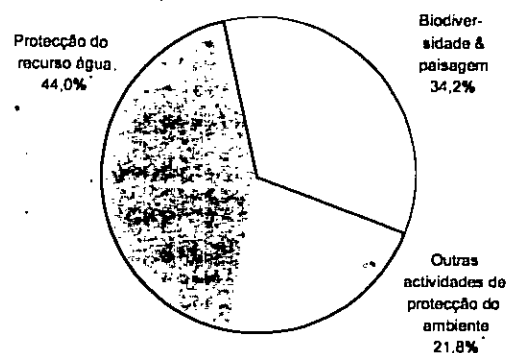
1.2.1. Região Autónoma dos Açores

As despesas efectuadas na Região Autónoma dos Açores, em actividades de gestão e protecção do ambiente relativas a 1999,

atingiram 2,3 milhões de contos (2,1 milhões de contos no ano anterior), correspondendo a um acréscimo de 10% face a 1998.

Figura 8 - Despesas da RA dos Açores, por domínios de ambiente

1999



Os domínios "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" e "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" registaram acréscimos de 26% e de 9%, respectivamente, face ao ano anterior, enquanto o domínio "Protecção do Recurso Água" manteve praticamente o mesmo nível.

No entanto, em termos de importância relativa, as despesas efectuadas no domínio "Protecção do Recurso Água" continuam a ser as mais significativas com 44% do total, correspondentes a mais de 1 milhão de contos. De seguida, surgem os domínios "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" com 791 milhares de contos (34%) e "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" com 506 milhares de contos (22%).

Analisando a despesa da região dos Açores em termos de agregados económicos, verifica-se que as "Despesas de Capital" foram as mais relevantes com cerca de 61% (a mesma percentagem que no ano anterior) enquanto que as "Despesas Correntes" se fixaram nos 39% do total da despesa.

A região dos Açores registou, em 1999, 2,3 milhões de contos de despesas em Ambiente.

Figura 9 - Despesas da RA dos Açores em gestão e protecção do ambiente, por agregados económicos

Agregados económicos	Unidade: 10 ⁶ Esc	
	Anos	
	1998	1999
Total	2 103	2 316
Despesas Correntes	823	914
Despesas com o Pessoal	340	366
Aquisição de Bens e Serviços	404	51
Transferências Correntes	78	12
Outras Despesas Correntes	1	485
Despesas de Capital	1 279	1 402
Investimentos	160	332
Transferências de Capital	156	352
Outras Despesas de Capital	963	718

Entre as "Despesas de Capital" realizadas na área do ambiente pela região dos Açores, destacam-se as efectuadas na rubrica "Outras Despesas de Capital" que absorveu cerca de 31%, enquanto que as "Transferências de Capital" e os "Investimentos" representaram 15% e 14%, respectivamente. Pelo lado das "Despesas Correntes", a maior parte das despesas foram dirigidas para "Outras Despesas Correntes" (21%) e "Aquisição de Bens e Serviços" (16%).

Relacionando os domínios de gestão e protecção do ambiente e os agregados económicos, verifica-se que no domínio "Protecção do Recurso Água", a rubrica mais significativa foi "Outras Despesas de Capital" que absorveu 67% do total das despesas do domínio. No domínio "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem", a distribuição pelas rubricas económicas foi mais equilibrada: cerca de 40% da despesa foi direccionada para "Outras Despesas Correntes", 35% para "Transferências de Capital" e 21% para "Investimentos". Relativamente ao domínio "Outras Actividades de Protecção do Ambiente", a rubrica "Despesas com o Pessoal" foi de longe a mais importante, tendo contribuído com 72% do total das despesas do

domínio, seguida pelas "Outras Despesas Correntes" (12%) e "Aquisição de Bens e Serviços" com 10%.

1.2.2. Região Autónoma da Madeira

Na região da Madeira, as despesas em actividades de gestão e protecção do ambiente registaram um aumento de 5%, tendo atingido 3 milhões de contos em 1999.

Os investimentos em Ambiente, na Madeira, cresceram 13% em 1999.

Os principais, responsáveis por este aumento foram os Serviços e Fundos Autónomos da região, com 11%, enquanto os Órgãos do Governo Regional (OGR) registaram uma subida de apenas 4%. No entanto, a participação dos OGR na despesa da região manteve o mesmo nível de 1998, com 88%.

O total das Transferências entre os vários sectores da Administração Regional da região somaram 59 mil contos, mais 29 mil contos que em 1998.

Figura 10 - Despesas da RA da Madeira em gestão e protecção do ambiente, por agregados económicos

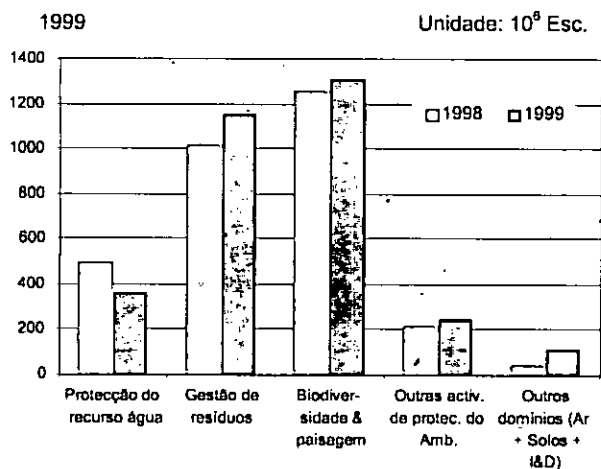
Agregados económicos	Unidade: 10 ⁶ Esc	
	Anos	
	1998	1999
Total	3 037	3 188
Despesas Correntes	1 271	1 236
Despesas com o Pessoal	298	352
Aquisição de Bens e Serviços	857	755
Transferências Correntes	114	129
Outras Despesas Correntes	2	-
Despesas de Capital	1 766	1 952
Investimentos	1 649	1 870
Transferências de Capital	117	82
Outras Despesas de Capital	-	-

Relativamente à desagregação por grandes agregados económicos, as "Despesas de Capital" apresentaram um crescimento de 11%;

este aumento foi, sobretudo, nos "Investimentos" com uma variação positiva de 13%. A participação das "Despesas de Capital" correspondeu a 61% do total (59% dos quais respeitaram a "Investimentos"), ao passo que as "Despesas Correntes" se fixaram nos 39%. Neste tipo de despesas, a "Aquisição de Bens e Serviços", apesar de ter registado uma diminuição de 12% em relação a 1998, continua a ser a rubrica mais representativa com 24%.

Os gastos da região incidiram, sobretudo, nos domínios "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" (41%), "Gestão de Resíduos" (36%), "Protecção do Recurso Água" (11%) e "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" (8%), totalizando, no conjunto, 96% do total da despesa.

Figura 11 - Despesas da RA da Madeira, por domínios de ambiente



Comparativamente a 1998, as principais variações positivas ocorreram nos domínios "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" (+15%) e "Gestão de Resíduos" (+13%), enquanto que as variações negativas registaram-se, essencialmente, nos domínios "Protecção do Recurso Água" e "Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas", ambos com -27%.

O subsector institucional OGR despendeu, em 1999, cerca de 2,9 milhões de contos em actividades de gestão e protecção do ambiente, correspondendo a um aumento de 5% face ao ano anterior.

Esta subida deveu-se às "Despesas de Capital" que registou um acréscimo de 10%, no qual se destacam os "Investimentos" com uma variação positiva de cerca de 12%. Daí que a representatividade das "Despesas de Capital" tenha passado de 64%, em 1998, para 67%, em 1999. Em contrapartida, as "Despesas Correntes" diminuíram 3% e a quebra foi sentida, sobretudo, na "Aquisição de Bens e Serviços" com uma redução de 12%.

Figura 12 - Despesas do Governo Regional da Madeira em gestão e protecção do ambiente, por agregados económicos

Unidade: 10⁶ Esc

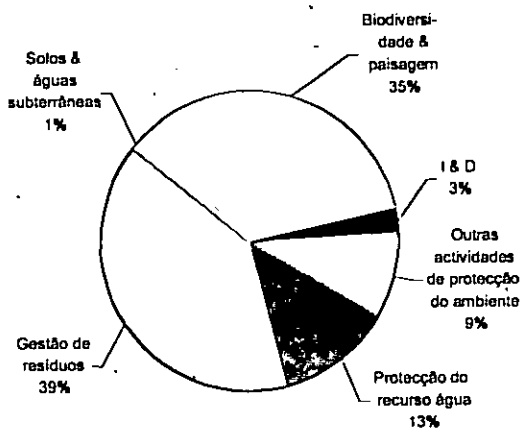
Agregados económicos	Anos	
	1998	1999
Total	2 724	2 869
Despesas Correntes	971	946
Despesas com o Pessoal	167	197
Aquisição de Bens e Serviços	783	692
Transferências Correntes	20	58
Outras Despesas Correntes	0	-
Despesas de Capital	1 753	1 923
Investimentos	1 623	1 810
Transferências de Capital	131	113
Outras Despesas de Capital	-	-

Em termos de domínios de gestão e protecção do ambiente, a estrutura das despesas dos OGR é ligeiramente diferente da verificada na região. Com efeito, a despesa mais importante dos Órgãos Regionais foi no domínio "Gestão dos Resíduos" com 40%, seguidos pela "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" (35%) e "Protecção do Recurso Água" (13%), somando, em conjunto, 87% do total da despesa.

Face a 1998, os principais aumentos registaram-se nos domínios "Outras

Actividades de Protecção do Ambiente" (+15%) e "Gestão de Resíduos" (+13%).

Figura 13 - Despesas do Governo Regional da Madeira, por domínios de ambiente 1999



Os Serviços e Fundos Autónomos da região da Madeira gastaram, em 1999, 379 mil contos em ambiente, essencialmente no domínio "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem".

Quanto à distribuição pelos agregados económicos, as "Despesas com o Pessoal" (41%), as "Transferências Correntes" (26%), a "Aquisição de Bens e Serviços" (17%) e os "Investimentos" (16%) foram as rubricas movimentadas, ao longo de 1999, por estes serviços.

Figura 14 - Despesas dos SFA da RAM em gestão e protecção do ambiente, por agregados económicos

Agregados económicos	Unidade: 10 ⁶ Esc	
	Anos	
	1998	1999
Total	343	379
Despesas Correntes	316	319
Despesas com o Pessoal	131	155
Aquisição de Bens e Serviços	74	64
Transferências Correntes	110	100
Outras Despesas Correntes	1	-
Despesas de Capital	27	59
Investimentos	27	59
Transferências de Capital	-	-
Outras Despesas de Capital	-	-

1.3. Administração local

1.3.1. Dados físicos

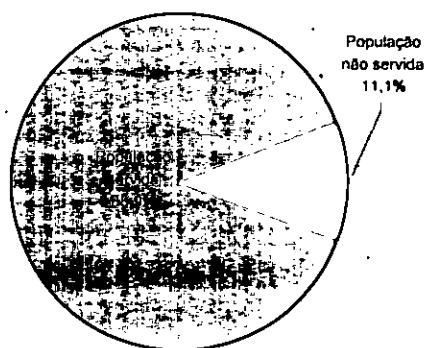
1.3.1.1. Abastecimento de Água

89% dos portugueses tinham, em 1999, abastecimento público de água domiciliário.

Em 1999, 88,9% da população portuguesa tinha abastecimento público domiciliário de água, o que corresponde a 8,9 milhões de pessoas, ao passo que cerca de 1,1 milhões de pessoas não estavam ligados a sistemas públicos de abastecimento de água. Relativamente a 1998, a população servida com este tipo de infra-estruturas aumentou 1,7%.

Figura 15 - População residente com abastecimento de água no domicílio

1999

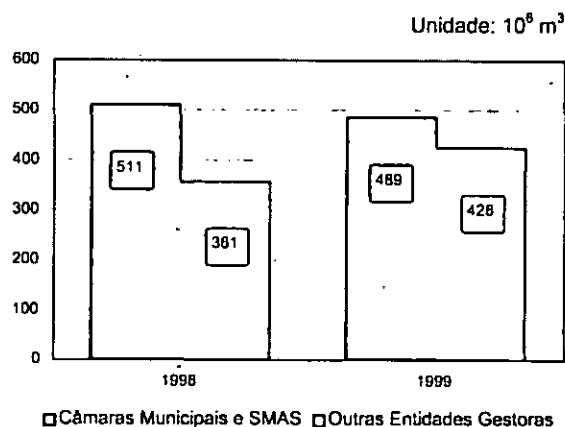


O caudal de água captado para abastecimento público atingiu 917 milhões de m^3 , dos quais 489 milhões de m^3 (correspondentes a 53% do total) foi captado pelos serviços municipais e municipalizados e os restantes 428 milhões de m^3 por outras entidades gestoras de sistemas de abastecimento público de água. A origem do caudal captado pelos serviços municipais e municipalizados foi, na sua maioria, proveniente de águas subterrâneas com 350 milhões de m^3 (representando 72% do total), ao passo que apenas 139 milhões de m^3 tiveram origem em águas superficiais.

Comparativamente a 1998, a captação de água para abastecimento público registou um

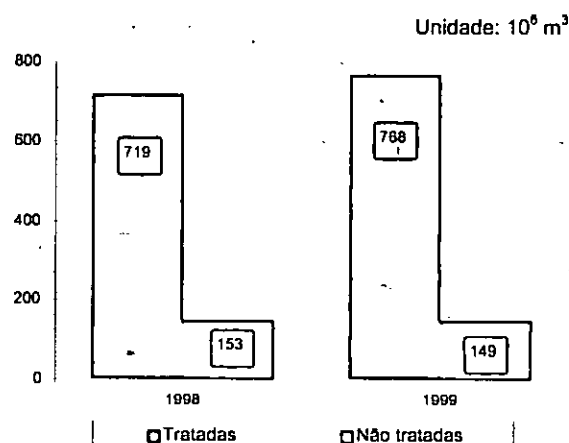
acréscimo de cinco pontos percentuais, tendo verificado uma diminuição no caudal captado pelos serviços municipais e municipalizados (-4%) e um aumento de 18% no fornecimento de água por parte de outras entidades gestoras de sistemas de abastecimento público de água, que passou de 361 milhões de m^3 , em 1998, para 428 milhões de m^3 , em 1999.

Figura 16 - Caudal captado para abastecimento, por entidades gestoras



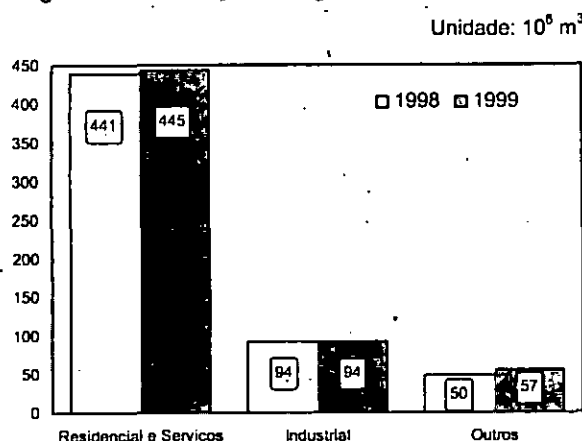
Cerca de 84% do volume de água captada para abastecimento, sofreu tratamento através de estações especificamente destinadas para o efeito, percentagem ligeiramente superior ao do ano transacto (83%). O volume de água tratada, em 1999, fixou-se nos 768 milhões de m^3 , tendo correspondido a um acréscimo de 7% face a 1998.

Figura 17 - Águas de abastecimento tratadas e não tratadas



Relativamente a 1998, o consumo de água de abastecimento aumentou 2%, tendo atingido 596 milhões de m³. O maior volume de água de abastecimento teve como destino o consumo "Residencial e Serviços" (74%), sendo o restante repartido pela "Indústria" (16%) e "Outros Consumos" (10%).

Figura 18 - Utilização da água de abastecimento



As diferenças regionais

Relativamente à população servida com abastecimento público de água domiciliário, as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e dos Açores foram as regiões que apresentaram percentagens mais elevadas, ambas com valores superiores a 98% da população servida. De seguida, surgem a Madeira e o Centro com 97% e 92% da população ligada a sistemas públicos de abastecimento de água. Pelo lado inverso, a região Norte continua a registar o valor mais baixo do País com apenas 77% da população servida, cerca de 12 pontos percentuais abaixo da média nacional (89%).

Figura 19 - População residente com abastecimento de água no domicílio, por regiões

Regiões	Anos	População Residente			
		Total	Servida		Não Servida
		Nº	Nº	%	Nº
Portugal	1998	9 968 360	8 727 204	87,5	1 241 156
	1999	9 988 520	8 875 544	88,9	1 112 976
Norte	1998	3 570 070	2 672 626	74,9	897 444
	1999	3 585 350	2 758 857	76,9	826 493
Centro	1998	1 710 360	1 525 064	89,2	185 296
	1999	1 709 760	1 575 447	92,1	134 313
Lisboa e Vale do Tejo	1998	3 323 150	3 271 045	98,4	52 105
	1999	3 329 720	3 274 122	98,3	55 598
Alentejo	1998	512 560	468 024	91,3	44 536
	1999	508 020	466 225	91,8	41 795
Algarve	1998	348 020	301 498	86,6	46 522
	1999	349 200	307 514	88,1	41 686
Açores	1998	244 350	239 919	98,2	4 431
	1999	245 480	241 045	98,2	4 435
Madeira	1998	259 850	249 028	95,8	10 822
	1999	260 990	252 334	96,7	8 656

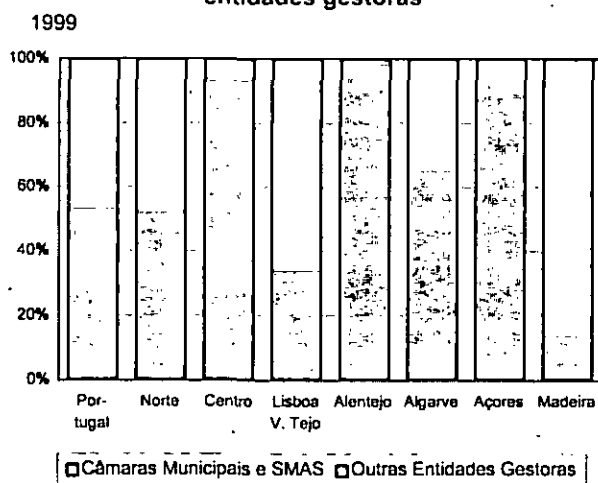
Relativamente à captação de água para abastecimento efectuada pelos serviços municipais e municipalizados, constata-se que houve um decréscimo de 4% a nível nacional, essencialmente nas regiões da Madeira (-27%), no Algarve (-23%) e no Norte (-18%). Por outro lado, no Alentejo a captação efectuada pelos serviços municipais e municipalizados da região registou um aumento de 29% face a 1998.

Os maiores volumes de água captada pelos serviços municipais e municipalizados do País foram os das regiões de Lisboa e Vale do Tejo com 129 milhões de m³, seguidos do Centro e do Norte com 111 e 110 milhões de m³.

O fornecimento de água para abastecimento pelas outras entidades gestoras registou um acréscimo de 18% relativamente a 1998 e as principais variações ocorreram nas regiões do Algarve (+324%), do Centro (+77%), do Norte (+48%) e da Madeira (+29%).

Em 1999, acréscimo de 18% no fornecimento de água pelas outras entidades gestoras de água.

Figura 20 - Caudal de água captado para abastecimento público domiciliário, por entidades gestoras



outras entidades gestoras de abastecimento de água, tendo passado de 34% nesse ano, para 48%, em 1999.

Nas restantes regiões do País, a captação de água efectuada pelas Câmaras Municipais e pelos Serviços Municipalizados é ainda bastante significativa: Centro (93%), Alentejo (97%) e Açores (100%).

Em 1999, o tratamento de água de abastecimento (não se considera como tratamento a simples filtragem ou cloragem) evoluiu de forma favorável em todas as regiões do País, com excepção dos Açores (-2%). Os maiores acréscimos registaram-se nas regiões do Algarve (+54%), no Alentejo (+37%) e na Madeira (+24%).

As regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte foram as que apresentaram maiores volumes de água tratada, com 337 milhões de m³ e 187 milhões de m³, respectivamente, tendo, em conjunto, contribuído com cerca de 68% do total nacional.

Em 1999, registou-se uma evolução favorável (+7%) no tratamento de água de abastecimento.

Na região de Lisboa e Vale do Tejo, mais de 66% da água captada para abastecimento, correspondente a 253 milhões de m³, foi efectuada por outras entidades gestoras, situação já verificada em 1998 (67%). O mesmo sucede com a região da Madeira mas com um volume de água inferior: dos 50 milhões de m³ de água captada, 86% foi fornecida por outras entidades gestoras (77% no ano anterior). Para a região do Norte, este fenómeno é relativamente recente, pois só em 1998 se iniciou o fornecimento de água por parte de

Figura 21 - Tratamento de água de abastecimento, por regiões

Unidade: 10 m³

Regiões	Anos	Caudal tratado						Caudal não tratado
		Total Geral	Câmaras Municipais e Serviços Municipalizados			Outras Entidades Gestoras	%	
			Total	Origem Superficial	Origem Subterrânea			
Portugal	1998	719 285	367 656	159 960	207 696	351 629	82,5	153 054
	1999	767 847	339 668	125 822	213 846	428 179	83,7	149 276
Norte	1998	178 547	113 196	92 248	20 948	65 351	87,8	24 765
	1999	186 771	83 792	59 614	24 178	102 979	87,9	25 796
Centro	1998	106 638	106 516	42 207	64 309	122	91,9	9 421
	1999	107 944	99 578	37 832	61 746	8 366	90,5	11 334
Lisboa e Vale do Tejo	1998	326 947	78 681	3 872	74 809	248 266	87,8	45 592
	1999	336 786	83 973	4 216	79 757	252 813	88,3	44 564
Alentejo	1998	33 064	32 834	13 118	19 716	230	79,3	8 650
	1999	45 300	43 918	15 930	27 988	1 382	84,3	8 415
Algarve	1998	15 451	10 732	3 377	7 355	4 719	29,5	36 934
	1999	23 554	3 541	3 541	-	20 013	41,6	33 050
Açores	1998	19 780	19 780	1 655	18 125	-	45,5	23 648
	1999	19 349	19 349	755	18 594	-	44,2	24 405
Madeira	1998	38 858	5 917	3 483	2 434	32 941	90,6	4 044
	1999	48 143	5 517	3 934	1 583	42 626	96,6	1 712

Unidade: 10⁶ m³

Relativamente à taxa de tratamento de água de abastecimento, as regiões da Madeira (97%), do Centro (91%), de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte (ambas com 88%) foram as que apresentaram percentagens superiores à da média nacional que se situou nos 84%. Pelo lado inverso, as regiões dos Açores (44%) e do Algarve (42%) ficaram bastante abaixo da média do País.

O consumo de água de abastecimento aumentou em quase todas as regiões do País, com destaque para o Algarve (+10%) e para a Madeira e o Centro (ambas com +6%). Para a região do Algarve, as variações dos consumos "Residencial e Serviços" e "Industrial" foram de +8% e +9%, respectivamente, enquanto que para a região Centro, as oscilações foram de +4%, para o primeiro tipo de consumidores e de +3%, para o segundo.

Cartograma 1 – Água de abastecimento tratada, por habitante e por concelho

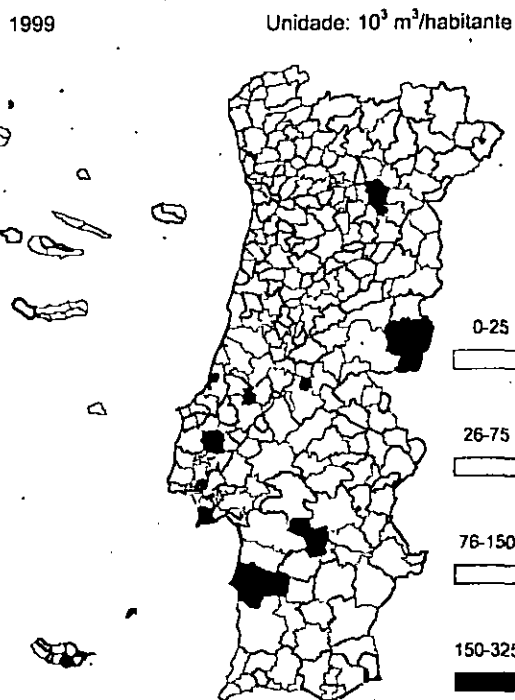


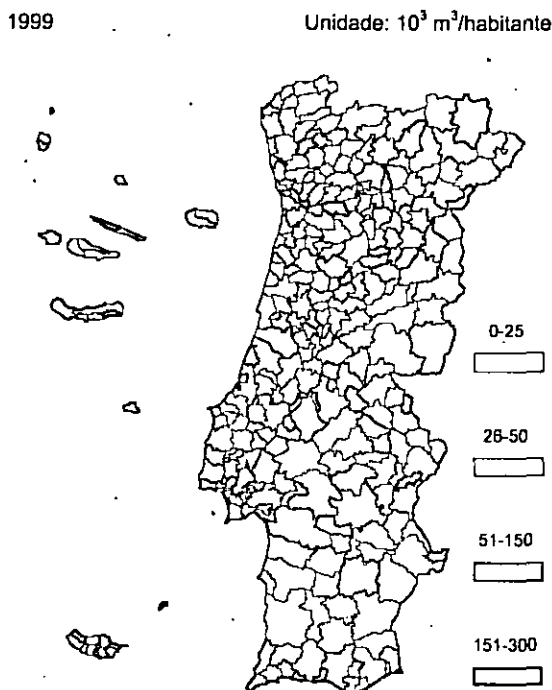
Figura 22 - Tipo de consumidores de água de abastecimento, por regiões

Regiões	Anos	Tipo de Consumidores			
		Total	Residencial e Serviços	Industrial	Outros
Portugal	1998	584 580	440 807	93 877	49 896
	1999	596 360	444 798	94 050	57 512
Norte	1998	145 093	121 941	16 469	6 683
	1999	142 463	116 627	15 676	10 160
Centro	1998	79 342	65 265	10 129	3 948
	1999	84 147	67 527	10 454	6 166
Lisboa e Vale do Tejo	1998	249 219	177 323	47 213	24 683
	1999	252 804	180 260	46 370	26 174
Alentejo	1998	26 453	21 449	3 716	1 288
	1999	27 613	22 759	3 946	908
Algarve	1998	31 414	22 877	7 243	1 294
	1999	34 550	24 604	7 915	2 031
Açores	1998	23 765	15 648	4 148	3 969
	1999	23 613	16 170	4 551	2 892
Madeira	1998	29 294	16 304	4 959	8 031
	1999	31 170	16 851	5 138	9 181

As regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte continuam a liderar em termos de volumes de água consumida, atingindo 253 milhões de m^3 , para a primeira região e 142 milhões de m^3 , para a segunda. Nestas duas regiões, a repartição por tipo de consumidores é ligeiramente diferente: para o Norte, 82% do

volume de água destinou-se ao consumo "Residencial e Serviços", 11% ao consumo "Industrial" e 7% a "Outros Consumos", enquanto que para Lisboa e Vale do Tejo, o consumo "Residencial e Serviços" foi de 71%, o "Industrial" cerca de 18% e os restantes 11% destinaram-se a "Outros Consumos".

Cartograma 2 – Consumo de água de abastecimento de origem "Residencial e Serviços", por habitante e por concelho



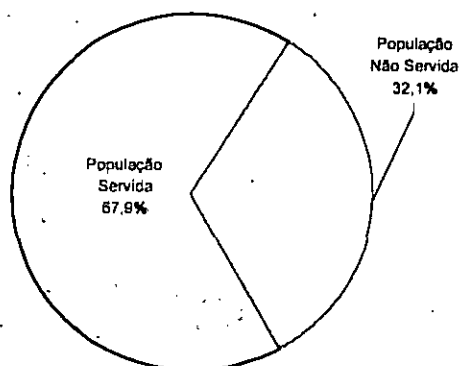
1.3.1.2. Águas residuais

Em 1999 verificou-se um aumento de 27% no tratamento de águas residuais.

Em 1999, cerca de 68% dos portugueses, equivalente a 6,8 milhões de pessoas, eram servidos por sistemas de drenagem de águas residuais, verificando-se um acréscimo de 3,5% face ao ano anterior. Apesar deste crescimento, aproximadamente 3,2 milhões de pessoas ainda não tinham as suas águas residuais colectadas.

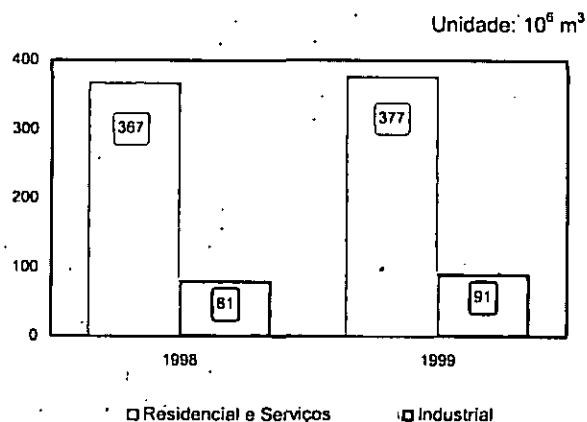
Figura 23 - População residente com sistemas de drenagem de águas residuais

1999



Relativamente à população servida com estações de tratamento de águas residuais (ETAR), a situação continua bastante deficitária. Em 1999, apenas 46% da população tinha as suas águas residuais ligadas a ETAR, tendo a situação melhorado quinze pontos percentuais face ao que se verificava em 1998, passando a abranger 4,6 milhões de portugueses (4 milhões de pessoas em 1998).

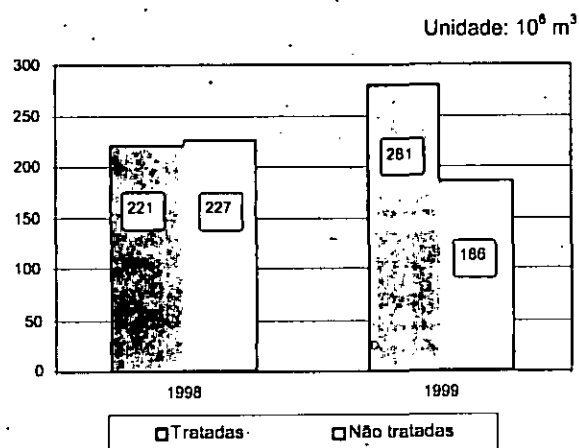
Figura 24 - Produção de águas residuais, por tipo de utilização



A produção de águas residuais atingiu, em 1999, 468 milhões de m^3 , correspondendo a um acréscimo de 4% em relação ao ano anterior. O ritmo de crescimento foi muito distinto: a produção de origem "Industrial" aumentou 12%, enquanto a de origem "Residencial e Serviços" teve uma subida de apenas 3%. Assim, as águas residuais de origem "Residencial e Serviços" atingiram 377 milhões de m^3 (367 milhões de m^3 em 1998) e as de origem "Industrial" 91 milhões de m^3 (81 milhões de m^3 no ano anterior).

Do total das águas residuais produzidas e colectadas, 60% sofreram tratamento antes de se efectuar a sua descarga no destino final (49% em 1998). O volume de águas residuais tratadas somou 281 milhões de m^3 , tendo correspondido a um acréscimo de 27% em relação a 1998.

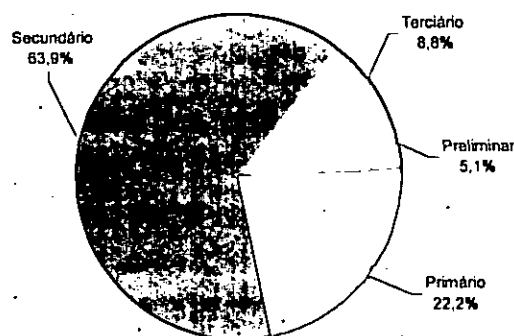
Figura 25 - Águas residuais tratadas e não tratadas



Cerca de 5% das águas residuais colectadas sofreram tratamento preliminar, enquanto 73% receberam tratamento secundário ou terciário. Relativamente a 1998, a estrutura de tratamento manteve-se inalterada, com destaque para o tratamento secundário que é de longe o mais utilizado, tendo totalizado 180 milhões de m^3 , contra 62 milhões de m^3 resultante do tratamento primário.

Figura 26 - Tipo de tratamento aplicado nas águas residuais

1999



As diferenças regionais

No que se refere à população servida com sistemas de drenagem de águas residuais, as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo foram as que apresentaram percentagens mais elevadas, com 90% e 87% respectivamente.

Isto significa que aproximadamente 328 mil pessoas em Lisboa e Vale do Tejo e 81 mil pessoas no Alentejo ainda não tinham as suas águas residuais colectadas.

Figura 27 - População residente com sistemas de drenagem de águas residuais, por regiões

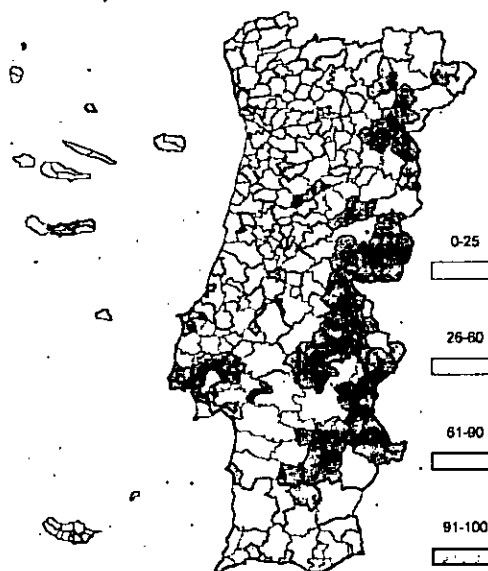
Regiões	Anos	População Residente			
		Total	Servida	Não Servida	
		Nº	Nº	%	Nº
Portugal	1998	9 968 360	6 553 880	65,7	3 414 480
	1999	9 988 520	6 782 334	67,9	3 206 186
Norte	1998	3 570 070	1 742 994	48,8	1 827 076
	1999	3 585 350	1 817 971	50,7	1 767 379
Centro	1998	1 710 360	967 279	56,5	743 081
	1999	1 709 760	1 038 377	60,6	673 383
Lisboa Vale do Tejo	1998	3 323 150	2 933 571	88,3	389 579
	1999	3 329 720	3 001 298	90,1	328 422
Alentejo	1998	512 560	436 306	85,1	76 254
	1999	508 020	440 131	86,6	67 889
Algarve	1998	348 020	263 911	75,8	84 109
	1999	349 200	268 093	76,8	81 107
Açores	1998	244 350	93 426	38,2	150 924
	1999	245 480	102 218	41,6	143 264
Madeira	1998	259 850	116 393	44,8	143 457
	1999	260 990	116 248	44,5	144 742

Em situação inversa, as regiões do Norte (51%), da Madeira (45%) e dos Açores (42%) continuam a ter percentagens abaixo da média nacional (68%).

Cartograma 3 - População servida com sistemas de drenagem de águas residuais, por concelho

1999

Unidade: % de população



Relativamente à população servida com ETAR, o panorama é ligeiramente diferente face ao da

drenagem de águas residuais. Cerca de 71% da população do Algarve e 62% das pessoas do Alentejo beneficiavam de ligação aos sistemas de tratamento de águas residuais, percentagens bem acima da média nacional, que se situou nos 46%.

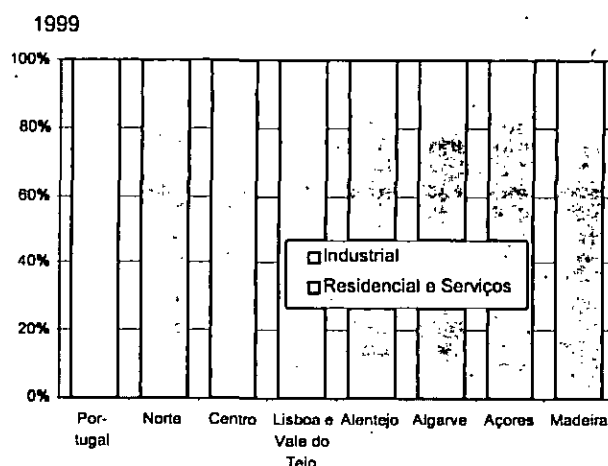
Comparativamente a 1998, os maiores acréscimos verificaram-se nas regiões dos Açores (+326%), do Norte (+46%) e do Centro (+16%). No entanto, o Norte juntamente com os Açores, continuam a registar percentagens abaixo da média nacional, pois apenas 32% das pessoas da primeira região (22%, em 1998), e 13% da segunda (3%, em 1998), beneficiavam de ligação a sistemas de tratamento de águas residuais.

Figura 28 - População residente com sistemas de tratamento de águas residuais, por regiões

Regiões	Anos	População Residente			
		Total	Servida		Não Servida
		Nº	Nº	%	Nº
Portugal	1998	9 968 360	3 999 699	40,1	5 968 661
	1999	9 988 520	4 613 224	46,2	5 375 296
Norte	1998	3 570 070	781 181	21,9	2 788 889
	1999	3 585 350	1 138 993	31,8	2 446 357
Centro	1998	1 710 360	712 638	41,7	997 722
	1999	1 709 760	827 898	48,4	881 862
Lisboa e Vale do Tejo	1998	3 323 150	1 873 287	56,4	1 449 863
	1999	3 329 720	1 949 412	58,5	1 380 308
Alentejo	1998	512 560	303 594	59,2	208 966
	1999	508 020	314 028	61,8	193 992
Algarve	1998	348 020	217 596	62,5	130 424
	1999	349 200	247 504	70,9	101 696
Açores	1998	244 350	7 466	3,1	236 884
	1999	245 480	31 816	13,0	213 664
Madeira	1998	259 850	103 937	40,0	155 913
	1999	260 990	103 573	39,7	157 417

A nível regional, a evolução do **caudal produzido** foi muito diferenciada. Registaram-se variações acima da média nacional nas regiões dos Açores (+37%), do Algarve (+20%) e do Alentejo (+17%); oscilações abaixo da média ocorreram no Centro (+3%) e em Lisboa e Vale do Tejo (+1%). Por sua vez, a Madeira registou uma quebra de 2% na produção de águas residuais.

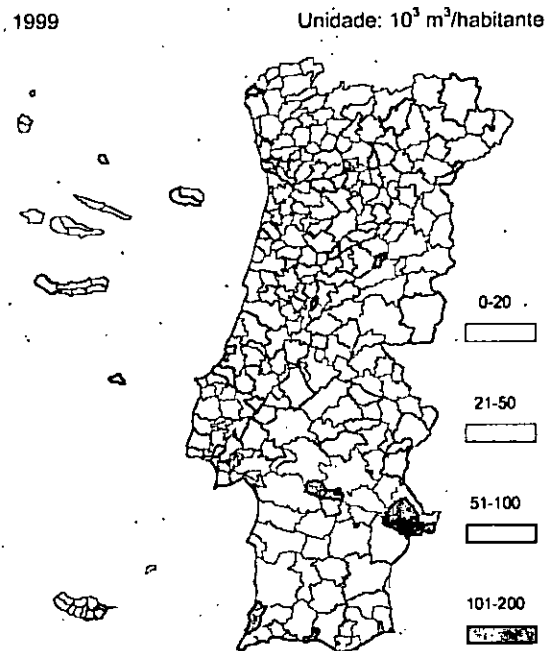
Figura 29 - Origem de águas residuais, por regiões



O acréscimo verificado na produção de águas residuais da região dos Açores foi, essencialmente, de origem "Industrial" com uma variação positiva de 52%, ao passo que o de origem "Residencial e Serviços" subiu 34%. Por seu lado, o aumento registado no Algarve deveu-se também ao caudal "Industrial", com +99%, enquanto o caudal "Residencial e Serviços" teve um acréscimo menos expressivo, que se situou nos 9%.

As regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte foram as que mais caudal produziram, com 233 milhões de m³ e 108 milhões de m³ e, em conjunto, representaram 73% do total da produção de águas residuais do País. Relativamente às suas origens, cerca de 76% do volume de Lisboa e Vale do Tejo foi proveniente do caudal "Residencial e Serviços", enquanto na região Norte-essa percentagem foi ainda mais elevada, tendo atingido 87% da sua produção. Assim, do volume total produzido, o caudal "Industrial" contribuiu apenas com 24%, para a região de Lisboa e Vale do Tejo e 13%, para a do Norte.

Cartograma 4 – Águas residuais produzidas de origem "Residencial e Serviços", por habitante e por concelho



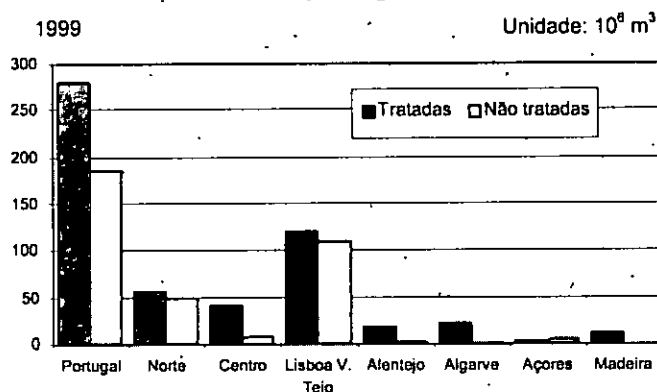
À semelhança de Lisboa e Vale do Tejo, cerca de 25% da produção de águas residuais da Madeira teve origem "Industrial".

O maior volume de águas residuais tratadas registou-se em Lisboa e Vale do Tejo, tendo totalizado 122 milhões m^3 , repartidos principalmente entre o tratamento primário (39%) e o secundário (57%). De seguida, surge a região Norte com 58 milhões de m^3 de águas tratadas, dos quais 76% sofreram tratamento do tipo secundário e 15% do tipo terciário.

Entre 1998 e 1999, os principais acréscimos no tratamento das águas residuais verificaram-se nas regiões dos Açores (+622%), do Norte (+51%) e do Alentejo (+31%). Na Madeira, o volume de tratamento manteve o mesmo nível do ano anterior.

As taxas de tratamento mais significativas registaram-se nas regiões da Madeira (91%), do Algarve (88%) e do Centro (84%), percentagens bem acima da média nacional que se fixou nos 60%. As regiões dos Açores, de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte continuam a apresentar as menores taxas de tratamento de águas residuais com 38%, 52% e 54%, respectivamente.

Figura 30 - Águas residuais tratadas e não tratadas, por regiões



Relativamente ao tipo de tratamento utilizado, o tratamento secundário foi o mais utilizado em todas as regiões do País, com excepção da Madeira onde o tratamento preliminar se destacou com 85% do total tratado, seguido do tratamento primário com cerca de 15%.

Por sua vez, o tratamento das águas residuais do Algarve foi, predominantemente do tipo secundário e terciário com 59% e 36%, respectivamente. O tratamento primário ainda teve certo peso nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e no Alentejo, tendo contribuído com 39%, para a primeira região, e 29%, para a segunda.

Madeira (91%) e Algarve (88%) apresentaram, em 1999, as mais elevadas taxas de tratamento de águas residuais.

Figura 31 - Tratamento de águas residuais, por regiões

Unidade: 10 ³ m ³								
Regiões	Anos	Caudal tratado					Caudal não tratado	
		Total	Tratamento					%
			Preliminar	Primário	Secundário	Terciário		
Portugal	1998	221 065	13 762	50 553	143 247	13 503	49,4	226 687
	1999	281 364	14 356	62 351	179 891	24 766	60,1	186 445
Norte	1998	38 599	2 474	1 551	32 660	1 914	37,2	65 085
	1999	58 402	2 204	3 247	44 233	8 718	53,8	50 221
Centro	1998	36 274	437	3 740	29 685	2 412	73,7	12 941
	1999	42 540	882	3 238	36 949	1 471	84,4	7 881
Lisboa e Vale do Tejo	1998	100 728	617	40 326	58 277	1 508	43,8	129 386
	1999	121 781	544	47 058	69 785	4 394	52,2	111 451
Alentejo	1998	14 819	376	2 684	8 310	3 449	70,8	6 116
	1999	19 414	623	5 600	11 434	1 757	79,4	5 039
Algarve	1998	18 442	189	131	13 902	4 220	82,8	3 824
	1999	23 286	193	831	13 836	8 426	87,5	3 318
Açores	1998	613	89	396	128	-	7,1	7 996
	1999	4 426	125	677	3 624	-	37,6	7 335
Madeira	1998	11 590	9 580	1 725	285	-	89,6	1 339
	1999	11 515	9 785	1 700	30	-	90,6	1 200

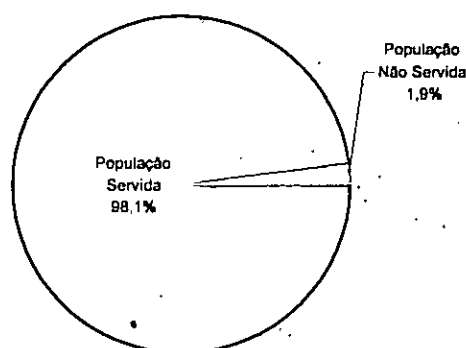
1.3.1.3. Resíduos municipais

A recolha de resíduos sólidos municipais aumentou 6% em 1999.

Em 1999, cerca de 9,8 milhões de portugueses estavam servidos com sistemas de recolha de resíduos, o que correspondia a 98% da população residente em Portugal. Face ao ano anterior, cerca de 97 mil pessoas, aproximadamente, passaram a beneficiar deste serviço.

Figura 32 - População com sistemas de recolha de resíduos municipais

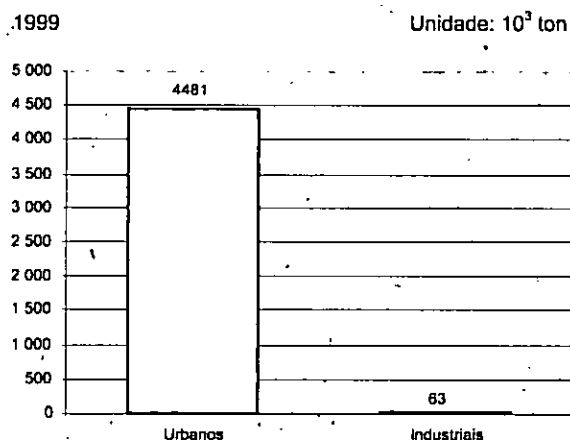
1999



O montante dos resíduos municipais recolhidos totalizou 4,5 milhões de toneladas, dos quais

98,5% foram considerados "Urbanos", 1,4% "Industriais" e 0,1% "Hospitalares".

Figura 33 - Tipologia de resíduos municipais recolhidos



Do total dos resíduos urbanos, apenas 2% (105 mil toneladas) foram recolhidos selectivamente (80 mil toneladas em 1998). No entanto, 153 mil toneladas (3% do total dos resíduos sólidos "Urbanos" recolhidos) foram recicladas ou tiveram a sua fracção fermentável transformada no denominado "Composto" que, posteriormente, foi vendido para fins agrícolas.

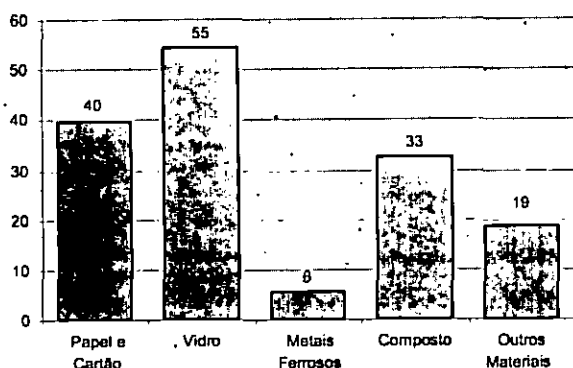
Comparativamente a 1998, a recolha selectiva registou um aumento de 31%; tal deve-se, principalmente, à maior distribuição de infra-estruturas específicas para a sua recolha, e maior aderência da população ao processo de separação de resíduos.

A recolha de "Outros Resíduos" (que incluem nomeadamente os resíduos resultantes das varreduras, da limpeza de praias e de "monstros") atingiu, em 1999, 225 mil toneladas (118 mil toneladas no ano anterior).

Em 1999, dos materiais provenientes da reciclagem e da compostagem, o vidro (55 mil toneladas), o papel e cartão (40 mil toneladas) e o composto (33 mil toneladas) foram os mais significativos, tendo representado cerca de 84% do total.

Figura 34 - Materiais reciclados e composto

1999 Unidade: 10³ ton



Dos materiais reciclados considerados, os principais acréscimos foram registrados no plástico (+65%), no papel e cartão (+42%) e no vidro (+25%). As pilhas e baterias tiveram também um forte aumento, tendo passado de 19 toneladas em 1998, para 51 toneladas, em 1999, o que correspondeu a uma subida de 168%.

Relativamente ao composto, a sua importância relativa tem vindo a diminuir desde 1997 (69 mil toneladas), tendo atingido as 33 mil toneladas, em 1999. Para além do composto, os metais

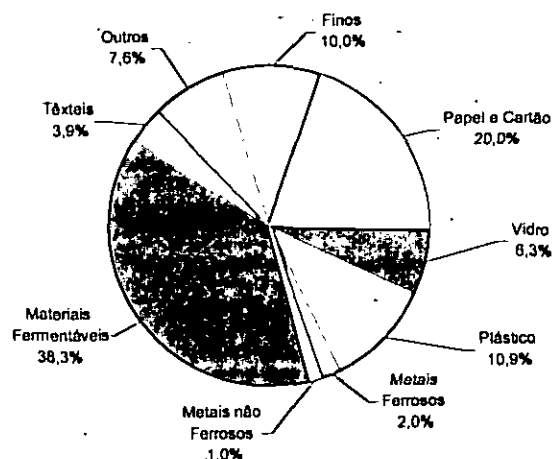
ferrosos e não ferrosos registaram, em 1999, uma quebra de 38% e de 50%, respectivamente, face a 1998.

O vidro e o papel e cartão foram os materiais mais reciclados em 1999.

Relativamente à composição física média dos resíduos sólidos municipais, os materiais fermentáveis foram os mais representativos com 38%, seguidos do papel e cartão (20%), do plástico (11%) e dos finos 10%).

Figura 35 - Composição média dos resíduos municipais, por tipo de materiais

1999



No que diz respeito ao destino final dos resíduos, as operações de **eliminação** (deposição em lixeiras, aterros e incineração) ainda detinham um peso significativo. Assim, em 1999, foram eliminados em aterros sanitários 2,9 milhões de toneladas de resíduos municipais, 628 mil toneladas através de incineração, 615 mil toneladas nas lixeiras e 256 mil toneladas em aterros controlados.

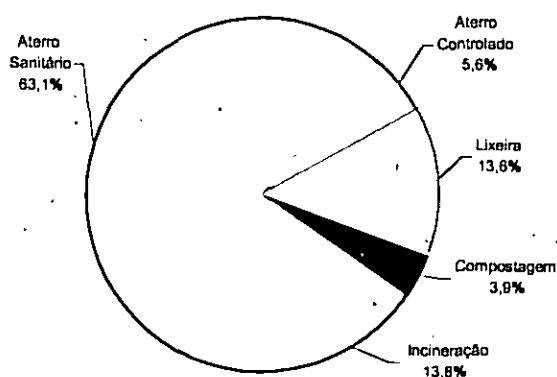
A **compostagem**, como uma das formas de valorização, foi solução para 178 mil toneladas de resíduos municipais, -20% em relação a 1998, quando tinha atingido 221 mil toneladas.

A **incineração** teve um forte crescimento em 1999, tendo sido utilizada relativamente a 628 mil toneladas de resíduos municipais, ao passo

que no ano anterior o valor não foi além das 49 toneladas.

Figura 36 - Destinos finais dos resíduos municipais

1999



Em 1999, os aterros sanitários foram utilizados para a deposição de 63% dos resíduos municipais.

A eliminação dos resíduos municipais em aterros sanitários tem vindo a ganhar importância nos últimos anos, tendo passado de 50%, em 1997, para 63%, em 1999. Pelo lado inverso, verifica-se uma forte tendência para a diminuição do depósito dos resíduos em lixeiras (-32% de 1998 para 1999), tendo, no entanto, ainda assegurado em 1999, cerca de 14% do total dos resíduos depositados (21% no ano anterior).

As diferenças regionais

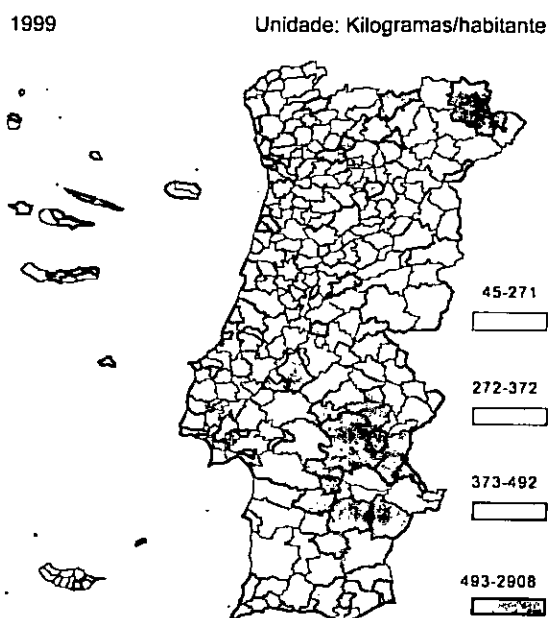
Relativamente à população servida com sistemas de recolha de resíduos, a região dos Açores tinha praticamente assegurada a cobertura total deste tipo de infra-estruturas. O Algarve e o Alentejo apresentaram as percentagens mais baixas do País, ambas com 96% da população servida.

Figura 37 - População residente com sistemas de recolha de resíduos municipais, por regiões

Regiões	Anos	População Residente			
		Total	Servida		Não Servida
		Nº	Nº	%	Nº
Portugal	1998	9 958 350	9 701 185	97,3	257 175
	1999	9 988 520	9 797 783	98,1	190 737
Norte	1998	3 570 070	3 423 283	95,9	146 787
	1999	3 585 350	3 483 986	97,2	101 364
Centro	1998	1 710 360	1 666 961	97,5	43 399
	1999	1 709 760	1 678 326	98,2	31 434
Lisboa e Vale do Tejo	1998	3 323 150	3 302 311	99,4	20 839
	1999	3 329 720	3 313 634	99,5	16 086
Alentejo	1998	512 560	483 746	94,4	28 814
	1999	508 020	486 678	95,8	21 342
Algarve	1998	348 020	327 850	94,2	20 170
	1999	349 200	334 974	95,9	14 226
Açores	1998	244 350	244 117	99,9	233
	1999	245 480	245 267	99,9	213
Madeira	1998	259 850	252 917	97,3	6 933
	1999	260 990	254 918	97,7	6 072

As regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte foram aquelas que mais resíduos recolheram, com 1,8 milhões de toneladas e 1,5 milhões de toneladas, respectivamente, representando, em conjunto, 70% da recolha nacional. Em terceiro lugar surge a região Centro, com 587 mil toneladas de resíduos recolhidos.

Cartograma 5 – Resíduos sólidos urbanos recolhidos, por habitante e por concelho



Relativamente ao tipo de resíduos recolhidos, os resíduos "Urbanos" foram os mais importantes em todas as regiões do País, tendo

a média nacional sido de 99%. Os resíduos "Urbanos" constituíram a totalidade ou perto da totalidade dos resíduos municipais recolhidos

nas regiões do Algarve, de Lisboa e Vale do Tejo, da Madeira, do Centro e do Alentejo.

Figura 38 - Tipo de resíduos municipais recolhidos, por regiões

Unidade: Toneladas							
Regiões	Anos	Total Geral	Urbanos			Industriais	Hospita- larios
			Total	Dos quais:			
				Recolha Selectiva	Outros		
Portugal	1998	4 274 838	4 205 447	80 312	117 839	65 337	4 054
	1999	4 547 789	4 480 690	105 259	224 724	62 586	4 513
Norte	1998	1 334 352	1 291 878	22 552	52 644	42 141	333
	1999	1 456 856	1 409 434	34 962	42 365	44 521	2 901
Centro	1998	580 657	568 347	7 144	9 756	11 810	2 500
	1999	587 470	583 263	7 486	2 982	4 146	61
Lisboa e Vale do Tejo	1998	1 634 585	1 627 903	33 726	44 560	6 650	32
	1999	1 737 719	1 735 963	41 817	156 290	1 729	27
Alentejo	1998	239 699	237 224	3 284	2 059	1 900	575
	1999	241 180	238 702	4 351	2 495	1 900	578
Algarve	1998	224 594	224 594	2 562	-	-	-
	1999	249 971	249 971	5 511	11 121	-	-
Açores	1998	149 873	147 051	3 954	2 758	2 768	54
	1999	158 666	148 150	1 754	6 741	10 201	315
Madeira	1998	111 078	110 450	7 090	6 062	68	560
	1999	115 927	115 207	9 378	2 730	89	631

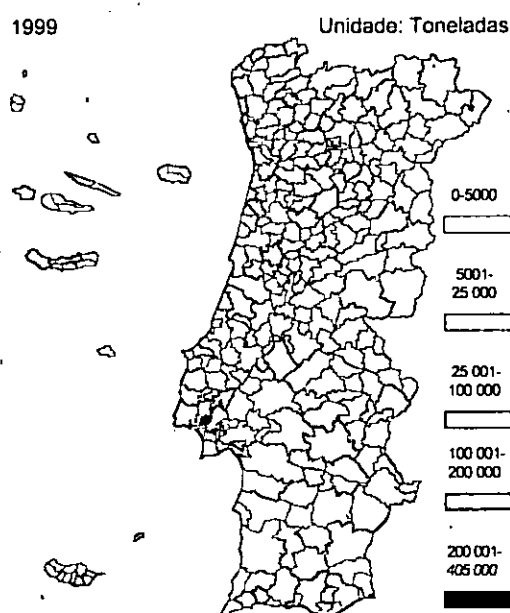
No que se refere à "Recolha selectiva", as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte foram as que mais materiais recolheram selectivamente, com 42 mil toneladas e 35 mil toneladas, respectivamente, tendo em conjunto participado com 73% do total.

Comparativamente a 1998, os principais acréscimos registaram-se nas regiões do Algarve (+115%), do Norte (55%), do Alentejo (33%) e da Madeira (32%). Em situação inversa, a região dos Açores teve uma quebra de 56%.

A recolha de resíduos "Industriais" pelos municípios, teve apenas expressão nas regiões do Norte e dos Açores com 45 mil toneladas e 10 mil toneladas de resíduos recolhidos, respectivamente (3% e 6%, respectivamente, do total recolhido em cada região). Para além destas regiões, o Centro recolheu 4 mil toneladas de resíduos "Industriais".

Nos resíduos "Hospitais", o destaque vai para a região do Norte, com 2900 toneladas e que representou 64% do total recolhido no País. As regiões da Madeira e do Alentejo recolheram, respectivamente, 631 e 578 toneladas deste tipo de resíduos.

Cartograma 6 – Resíduos sólidos urbanos recolhidos, por concelho



Em 1999, as regiões do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo recolheram, respectivamente, 69 mil toneladas e 51 mil toneladas de materiais para a reciclagem e para a compostagem. Na região do Norte, os principais materiais

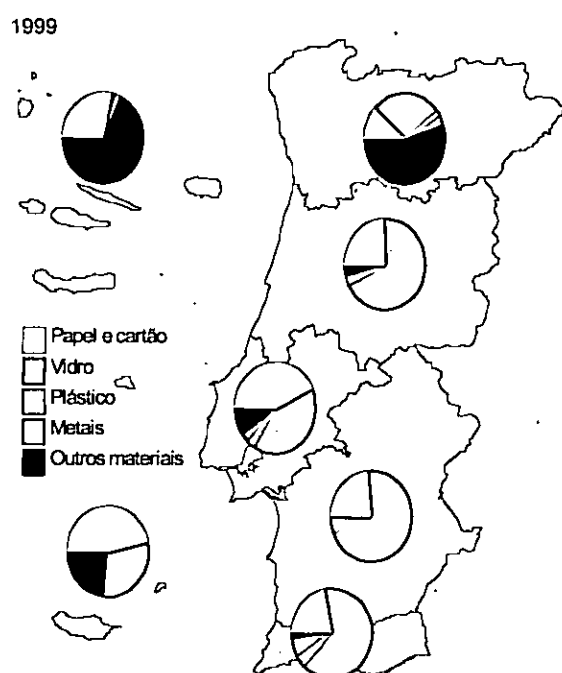
reciclados e compostados foram o composto (37%), o vidro (28%) e o papel e cartão (12%). Por sua vez, na região de Lisboa e Vale do Tejo destacaram-se o papel e cartão (43%), o vidro (41%) e o composto (9%).

Figura 39 - Reciclagem e compostagem, por regiões

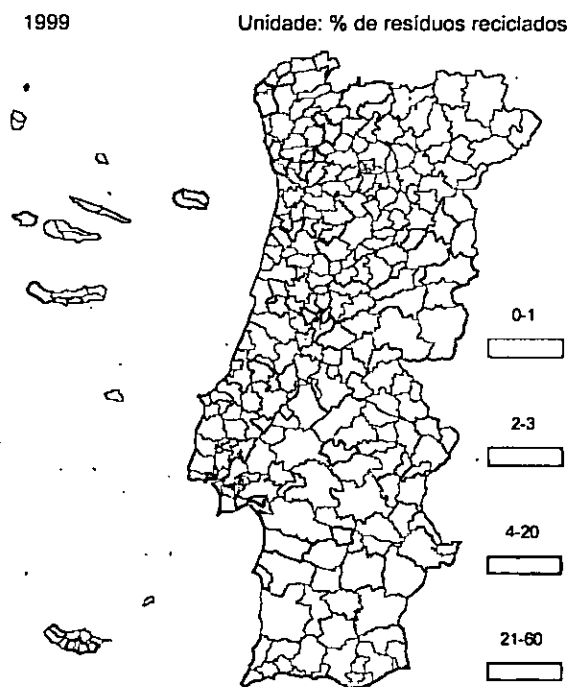
Regiões	Anos	Total	Papel e Cartão	Vidro	Plástico	Metais		Pilhas e Baterias	Têxteis	Unidade: Toneladas	
						Ferrosos	Não Ferrosos			Composto	Outros
Portugal	1998	147 539	28 441	43 630	1 482	9 401	717	19	157	61 065	2 627
	1999	153 177	40 387	54 622	2 450	5 825	357	51	149	32 961	16 375
Norte	1998	73 111	2 708	13 773	151	3 542	605	3	-	50 659	1 670
	1999	69 460	8 049	19 669	725	2 274	263	7	-	25 746	12 727
Centro	1998	7 181	2 130	4 441	466	63	60	1	-	-	-
	1999	7 627	1 887	5 194	178	53	23	1	15	-	296
Lisboa e Vale do Tejo	1998	47 499	16 451	18 889	826	2 638	30	15	157	8 088	405
	1999	50 501	21 562	20 652	1 243	1 581	45	42	134	4 669	373
Alentejo	1998	3 370	854	2 377	10	120	-	-	-	-	9
	1999	4 187	980	2 961	17	192	25	-	-	-	12
Algarve	1998	2 562	254	2 095	8	189	2	-	-	-	14
	1999	5 513	1 204	3 601	217	342	1	-	-	-	148
Açores	1998	4 104	1 277	26	-	2 651	-	-	-	-	150
	1999	3 641	1 033	78	30	-	-	-	-	-	2 500
Madeira	1998	9 712	4 767	2 029	21	198	-	-	-	2 318	379
	1999	12 248	5 692	2 267	40	1 383	-	1	-	2 546	319

Para além destas regiões, o vidro e o papel e cartão foram igualmente relevantes para o Alentejo (71%, para o primeiro e 23%, para o segundo), o Centro (68% e 25%), o Algarve (65% e 22%) e para a Madeira (19% e 47%).

Cartograma 7 – Estrutura dos materiais reciclados e composto, por região



Cartograma 8 – Peso dos materiais reciclados e composto, por concelho



Em termos de destino final, os aterros sanitários foram os mais utilizados para a deposição dos resíduos municipais do País, com excepção do Alentejo onde as lixeiras foram responsáveis pela eliminação de 41%

dos resíduos depositados. Assim, em 1999, foram utilizados aterros sanitários para a totalidade dos resíduos depositados no Algarve, 82% dos do Centro, 63% dos do Norte e 57% dos da Madeira.

Figura 40 - Valorização e eliminação de resíduos municipais, por regiões

Regiões	Anos	Unidade: Toneladas					
		Total	Compostagem	Incineração	Aterro Sanitário	Aterro Controlado	Lixeira
Portugal	1998	4 260 994	221 219	49	2 658 609	472 831	908 286
	1999	4 566 559	178 139	627 728	2 889 578	256 103	615 011
Norte	1998	1 336 199	114 475	7	599 986	234 712	387 019
	1999	1 432 648	100 785	101 043	899 965	49 391	281 464
Centro	1998	591 350	-	42	330 739	80 492	180 077
	1999	601 738	-	3 078	494 005	38 401	68 254
Lisboa e Vale do Tejo	1998	1 569 870	69 568	-	1 266 512	67 400	166 390
	1999	1 751 302	36 089	519 546	1 011 637	47 500	136 530
Alentejo	1998	237 468	-	-	70 498	59 315	107 655
	1999	239 399	-	-	80 359	61 237	97 803
Algarve	1998	222 034	-	-	216 719	-	5 315
	1999	252 308	-	-	252 308	-	-
Açores	1998	200 389	-	-	108 799	29 760	61 830
	1999	155 185	-	-	62 721	61 574	30 890
Madeira	1998	103 684	37 176	-	65 356	1 152	-
	1999	105 796	41 265	4 061	60 470	-	-

Em 1999, 30% dos resíduos municipais depositados na região de Lisboa V. Tejo foram eliminados pelo processo de incineração.

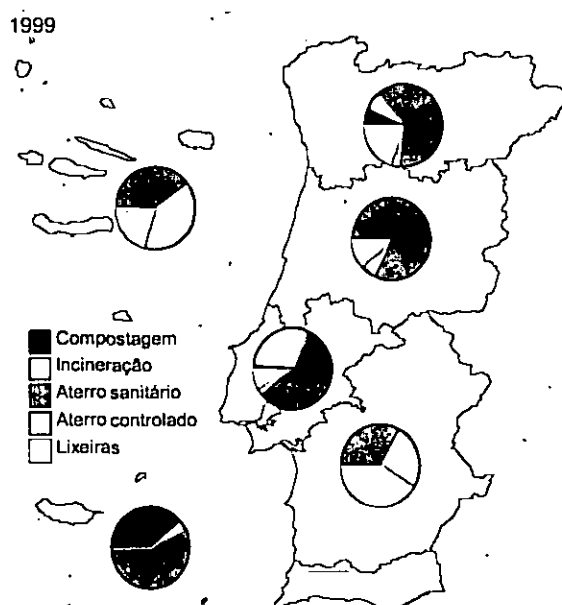
A incineração surge, em 1999, como o segundo destino final para a eliminação dos resíduos municipais e foi utilizada principalmente nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte, representando 30% e 7%, respectivamente, dos resíduos depositados dessas regiões.

Os aterros controlados têm vindo a perder importância relativa em algumas regiões do País, mas continuaram a ser significativos para o Alentejo e para os Açores, uma vez que estas regiões ainda aí depositaram 26% e 40% dos seus resíduos municipais, respectivamente.

Relativamente às lixeiras, e para além do Alentejo que já foi referido anteriormente, o seu peso é ainda relevante para certas regiões do País. Assim, nas regiões do Norte e dos Açores foram utilizadas lixeiras para a deposição de cerca de 20% dos seus resíduos, enquanto no Centro foram depositados perto de 11%.

A compostagem foi utilizada nas regiões do Norte (101 mil toneladas), em Lisboa e Vale do Tejo (36 mil toneladas) e na Madeira (41 mil toneladas), tendo nesta última região representado 39% do total depositado.

Cartograma 9 – Estrutura dos resíduos, por destino final e por região



1.3.1.4. Comparações internacionais

Em 1998, as percentagens registadas em Portugal para a população servida com abastecimento público de água domiciliário, por sistemas de drenagem de águas residuais e por sistemas de recolha de resíduos, apresentam dos mais baixos valores a nível da União Europeia.

Figura 41 - População residente servida com abastecimento de água no domicílio, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos municipais, em alguns países da União Europeia

País	População residente servida			Unidade: %
	Abastecimento de água no domicílio	Drenagem de águas residuais	Recolha de resíduos municipais	
Alemanha	x	93	x	
Áustria	88	82	98	
Bélgica	x	82	100	
Dinamarca	x	89	100	
Espanha	99	x	100	
Finlândia	x	79	100	
França	x	x	100	
Grécia	x	48	x	
Holanda	100	98	100	
Irlanda	x	x	88	
Itália	x	x	100	
Luxemburgo	x	x	100	
Portugal	88	66	97	
Suécia	x	93	x	

Fonte: Eurostat.

Através da figura 41, verifica-se que, em 1998, a população portuguesa servida por sistemas de drenagem de águas residuais se situou nos 66%, apenas à frente da Grécia, com 48%.

Relativamente à população servida por sistemas de recolha de resíduos sólidos, Portugal registou uma cobertura de 97%, superando a Irlanda (88%) que apresentou a percentagem mais baixa do conjunto dos países da União Europeia.

Em 1998, Portugal recolheu 429 kg de resíduos municipais, por habitante. Apenas a Áustria registou valor inferior, com 391 kg por pessoa. Diariamente e por pessoa, os municípios portugueses recolheram 1,2 kg de resíduos.

Figura 42 - Recolha e deposição em aterros de resíduos municipais, em alguns países da União Europeia

País	Recolha de resíduos		Deposição de resíduos em aterros	
	10 ³ ton	per capita (kg/hab)	10 ³ ton	%
Áustria	3 157	391	x	x
Bélgica	5 373	527	1 473	27,4
Dinamarca	3 141	593	357	11,4
Espanha	20 953	533	18 094	76,8
França	37 800	644	23 352	61,8
Grécia	x	x	3 699	x
Holanda	9 221	589	1 280	13,9
Irlanda	1 933	523	1 791	92,7
Itália	26 846	466	20 768	77,4
Luxemburgo	184	434	62	33,7
Portugal	4 275	429	3 131	73,2
Suécia	4 000	452	1 301	32,5

Fonte: Eurostat.

Os países que mais resíduos municipais recolheram por habitante foram a França e a Dinamarca, com 644 e 593 kg por pessoa, apresentando uma média diária de recolha de 1,7 e 1,6 kg de resíduos por habitante.

A deposição de resíduos municipais em aterros ainda se verifica com algum peso na maior parte dos países da União Europeia. No entanto, a sua importância relativa é muito variada (no contexto das várias formas de valorização e eliminação de resíduos): por um lado, a Irlanda, a Espanha, Portugal e a França apresentaram valores superiores a 60%; por outro, a Dinamarca, a Holanda e a Bélgica registaram valores abaixo dos 30%.

1.3.2. Dados económicos

Em 1999, os Municípios despenderam 90 milhões de contos em actividades relacionadas com a gestão e protecção do ambiente, correspondendo a um acréscimo de 22% face ao ano transacto.

A repartição pelos grandes agregados económicos manteve-se sensivelmente idêntica à do ano anterior, com preponderância para as "Despesas Correntes" que passaram de 55%, em 1998, para 57%, em 1999, enquanto que as "Despesas de Capital" diminuíram ligeiramente de 45% para 43%, para o mesmo período.

No que se refere à sua afectação pelos domínios de gestão e protecção do ambiente,

apenas o domínio "Gestão de Resíduos" absorveu 44 milhões de contos, dos quais 36 milhões de contos se destinaram a "Despesas Correntes", e que corresponderam a 48% do total das despesas efectuadas pelos Municípios. De seguida surge o domínio "Protecção do Recurso Água" que assegurou 35 milhões de contos e contribuiu com 38% da despesa total. Neste domínio, 79% da despesa foi direccionada para as "Despesas de Capital", correspondentes a 27 milhões de contos, e 21% para as "Despesas Correntes". O domínio "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" participou com apenas 11%.

87% das despesas dos Municípios, em 1999, incidiram sobre os domínios Recurso Água e Resíduos.

Figura 43 - Despesas dos Municípios, por domínios de gestão e protecção do ambiente

Unidade: 10⁶ Esc

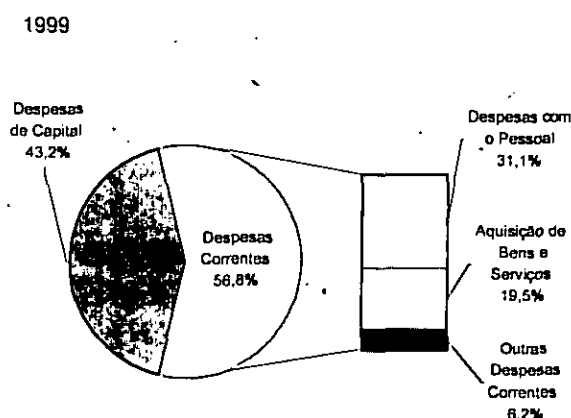
Domínios de Ambiente	Anos	Agregados económicos		
		Total	Despesas correntes	Despesas de capital
Total	1998	74 210	40 801	33 409
	1999	90 471	51 405	39 067
Qualidade do ar & clima	1998	2	2	-
	1999	15	14	2
Protecção do recurso água	1998	27 406	6 019	21 387
	1999	34 553	7 400	27 153
Gestão de resíduos	1998	36 416	28 625	7 791
	1999	43 812	35 751	8 061
Solos & águas subterrâneas	1998	15	-	15
	1999	11	5	6
Ruído & vibrações	1998	155	152	3
	1999	53	41	12
Biodiversidade & paisagem	1998	8 712	5 035	3 677
	1999	10 216	6 901	3 316
Protecção contra radiações	1998	-	-	-
	1999	-	-	-
Investigação & desenvolvimento	1998	-	-	-
	1999	52	52	-
Outras actividades de protecção do ambiente	1998	1 504	968	536
	1999	1 759	1 241	518

Comparativamente a 1998, os maiores acréscimos ocorreram nos domínios "Protecção do Recurso Água" (+26%) e "Gestão de Resíduos" (+20%), sendo igualmente de assinalar a despesa efectuada no domínio "Protecção da Qualidade do Ar e Clima" que passou de 2 mil contos, em 1998, para 15 mil contos, em 1999. Pelo sentido negativo, há a

registar as quebras ocorridas nos domínios "Protecção contra o Ruído e Vibrações" (de 154 mil contos, em 1998, para 53 mil de contos, em 1999) e "Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas" em que, para o mesmo período, a despesa diminuiu de 15 mil contos para 11 mil contos.

Analisando em termos de agregados económicos, as "Despesas Correntes" totalizaram, em 1999, 51 milhões de contos, dos quais 28 milhões de contos se destinaram a "Despesas com o Pessoal" e 18 milhões de contos a "Aquisição de Bens e Serviços". Por outro lado, as "Despesas de Capital" somaram 39 milhões de contos e a maior parcela foi para "Investimentos", que atingiu 34 milhões de contos.

Figura 44 - Despesas dos Municípios, por agregados económicos



Relacionando os domínios de gestão e protecção do ambiente e os agregados económicos, verifica-se que no domínio "Protecção do Recurso Água", a rubrica mais significativa foi "Investimentos", com 26 milhões de contos (76%

da despesa total do domínio), seguidos por "Despesas com o Pessoal" e "Aquisição de Bens e Serviços", com 4 e 2 milhões de contos, respectivamente. No que diz respeito ao domínio "Gestão de Resíduos", a situação apresenta-se bastante diferente: as "Despesas com o Pessoal" e "Aquisição de Bens e Serviços" somaram 20 e 14 milhões de contos, respectivamente, e contribuíram com cerca de 45% e 31% das despesas do domínio, enquanto os "Investimentos" se fixaram nos 6 milhões de contos, correspondendo a 13% do total.

As diferenças regionais

Relativamente à distribuição geográfica, constata-se que a despesa efectuada pelos Municípios em gestão e protecção do ambiente, para o ano de 1999, aumentou em todas as regiões do País, com excepção dos Açores que registou uma diminuição de 43% face a 1998. As maiores variações ocorreram na região de Lisboa e Vale do Tejo (+29%), no Norte (+27%) e no Centro (+19%), totalizando, em conjunto, 73 milhões de contos e que corresponderam a 80% da despesa dos Municípios.

Figura 45 - Despesas dos Municípios, por domínios do ambiente e segundo as regiões

		Unidade: 10 ⁶ Esc							
Domínios de Ambiente	Anos	Regiões							
		Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Total	1998	74 210	20 239	12 069	25 217	5 321	6 630	1 949	2 785
	1999	90 471	25 677	14 335	32 531	6 041	7 648	1 116	3 122
Qualidade do ar & clima	1998	2	-	-	2	-	-	-	-
	1999	15	0	-	15	-	-	-	-
Protecção do recurso água	1998	27 406	6 523	3 644	10 920	2 090	3 118	844	269
	1999	34 553	10 076	4 652	13 082	2 690	3 475	368	209
Gestão de resíduos	1998	36 416	10 647	5 995	11 351	2 866	2 610	1 103	1 846
	1999	43 812	12 929	6 923	15 432	2 824	3 186	742	1 775
Solos & águas subterrâneas	1998	15	-	15	-	-	-	-	-
	1999	11	-	6	3	-	2	-	-
Ruído & vibrações	1998	155	-	-	155	-	-	-	-
	1999	53	5	-	36	10	2	-	-
Biodiversidade & paisagem	1998	8 712	2 541	2 298	2 365	234	603	0	671
	1999	10 216	2 132	2 726	3 384	162	679	2	1 131
Protecção contra radiações	1998	-	-	-	-	-	-	-	-
	1999	-	-	-	-	-	-	-	-
Investigação & desenvolvimento	1998	-	-	-	-	-	-	-	-
	1999	52	-	-	49	-	-	2	-
Outras actividades de protecção do ambiente	1998	1 504	529	117	424	131	301	2	-
	1999	1 759	534	28	529	355	303	2	8

As despesas de Lisboa e Vale do Tejo incidiram sobretudo nos domínios “Gestão de Resíduos” e “Protecção do Recurso Água” com 15 e 13 milhões de contos, acontecendo o mesmo à região Norte mas com valores ligeiramente inferiores: 13 milhões de contos, para o primeiro domínio, e 10 milhões de contos, para o segundo.

Para além dos domínios citados anteriormente, a região de Lisboa e Vale do Tejo efectuou, igualmente, despesas noutras áreas mas com

montantes inferiores, com realce para os 3 milhões de contos no domínio “Protecção da Biodiversidade e da Paisagem”.

As despesas do domínio “Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas” foram realizadas pelos Municípios das regiões do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve. No domínio “Protecção contra o Ruído e Vibrações”, para além de Lisboa e Vale do Tejo, as regiões do Alentejo, Norte e Algarve tiveram também uma pequena participação.

Figura 46 - Despesas dos Municípios, por agregados económicos segundo as regiões

1999		Unidade: 10 ⁶ Esc						
Agregados económicos	Regiões							
	Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Total	90 471	25 677	14 335	32 531	6 041	7 648	1 116	3 122
Despesas Correntes	51 405	13 682	9 088	17 872	3 376	4 359	473	2 555
Despesas com o Pessoal	28 176	6 941	4 546	9 525	2 591	2 126	354	2 092
Aquisição de Bens e Serviços	17 639	5 096	3 910	5 353	677	2 125	105	372
Transferências Correntes	4 407	1 213	518	2 636	12	6	2	21
Outras Despesas Correntes	1 183	432	114	358	96	102	11	70
Despesas de Capital	39 067	11 995	5 247	14 659	2 666	3 289	643	567
Investimentos	34 380	9 732	4 283	13 768	2 548	3 165	523	361
Transferências de Capital	2 690	1 236	660	564	111	20	98	-
Outras Despesas de Capital	1 996	1 027	304	327	6	105	22	207

Em termos de agregados económicos, as despesas da região de Lisboa e Vale do Tejo foram essencialmente nos “Investimentos” (42%), “Despesas com o Pessoal” (29%) e “Aquisição de Bens e Serviços” (16%) que, em conjunto, representaram 87% das despesas da região.

Em 1999, as receitas dos Municípios provenientes das actividades relacionadas com a gestão e protecção do ambiente totalizaram 33 milhões de contos, mais 19% que no ano anterior. A principal fonte de financiamento provém das “Receitas Correntes” (65%), enquanto que as “Receitas de Capital” se situaram nos 35% do total.

Os domínios que mais contribuíram para este resultado foram “Protecção do Recurso Água” (70%) e “Gestão de Resíduos” (25%).

O domínio “Protecção do Recurso Água” obteve 23 milhões de contos de receitas durante o ano de 1999, dos quais 13 milhões de contos foram provenientes de “Receitas Correntes” e 10 milhões de contos de “Receitas de Capital”. Por sua vez, o domínio “Gestão de Resíduos” recebeu 8 milhões de contos, cabendo cerca de 91% deste montante a “Receitas Correntes”.

Comparativamente a 1998, o domínio “Protecção do Recurso Água” registou um aumento de 22%, enquanto o domínio “Gestão de Resíduos” teve uma subida de 14%.

Registou-se um acréscimo de 19% nas receitas dos Municípios em Ambiente, em 1999.

Figura 47 - Receitas dos Municípios por domínios de gestão e protecção do ambiente

Domínios de Ambiente	Anos	Agregados Económicos		
		Total	Receitas correntes	Receitas de capital
Total	1998	28 119	18 021	10 098
	1999	33 386	21 798	11 587
Qualidade do ar & clima	1998	1	1	-
	1999	-	-	-
Protecção do recurso água	1998	19 174	11 360	7 815
	1999	23 477	13 512	9 965
Gestão de resíduos	1998	7 227	5 750	1 477
	1999	8 214	7 478	736
Solos & águas subterrâneas	1998	-	-	-
	1999	8	-	8
Ruído & vibrações	1998	-	-	-
	1999	2	2	-
Biodiversidade & paisagem	1998	1 662	656	806
	1999	1 440	693	747
Protecção contra radiações	1998	-	-	-
	1999	-	-	-
Investigação & desenvolvimento	1998	-	-	-
	1999	-	-	-
Outras actividades de protecção do ambiente	1998	55	55	-
	1999	244	113	131

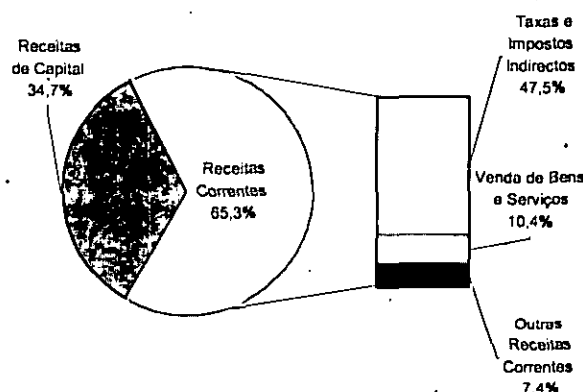
Lisboa e Vale do Tejo assegurou, em 1999, 52% das receitas dos Municípios em Ambiente.

No que se refere à desagregação dos agregados económicos, as rubricas mais significativas foram "Taxas e Impostos Indirectos" (16 milhões de contos) e "Transferências de Capital" (11 milhões de contos) que totalizaram, em conjunto, 81% do total das receitas dos Municípios. Para além destas rubricas destacaram-se "Venda de Bens e Serviços" (10%) e "Transferências Correntes" (7%).

Como já foi referido anteriormente, o domínio "Protecção do Recurso Água" foi a principal fonte de receitas, tendo gerado 65% das "Taxas e Impostos Indirectos", 86% das "Transferências de Capital" e 52% da "Venda de Bens e Serviços". Por sua vez, o domínio "Gestão de Resíduos" foi responsável pelos 45% das receitas provenientes da "Venda de Bens e Serviços", 35% das "Taxas e Impostos Indirectos" e 6% das "Transferências de Capital".

Figura 48 - Receitas dos Municípios por agregados económicos

1999



As diferenças regionais

Em termos regionais, as receitas dos Municípios em gestão e protecção do ambiente concentraram-se nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo (17 milhões de contos) e do Norte (8 milhões de contos), ficando os restantes 8 milhões de contos nas outras cinco regiões do País.

Facê a 1998, os principais acréscimos verificaram-se nas regiões dos Açores (+165%) e do Norte (+70%), bem acima da média nacional (+19%).

Analisando detalhadamente as receitas dos Municípios pelos vários domínios de gestão e protecção do ambiente, verifica-se que em todas as regiões do País, os recursos provêm, essencialmente dos domínios "Protecção do Recurso Água" e "Gestão de Resíduos". Para

as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte, as receitas destes dois domínios representaram 79% e 18%, respectivamente, para a primeira região, e 65% e 30%, para a segunda.

Figura 49 - Receitas dos Municípios, por domínios de gestão e protecção do ambiente, segundo as regiões

Unidade: 10⁶ Esc

Domínios de Ambiente	Anos	Regiões							
		Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Total	1998	28 119	4 558	2 745	15 003	1 385	2 902	239	1 286
	1999	33 386	7 754	2 614	17 387	1 524	2 291	635	1 181
Qualidade do ar & clima	1998	1	0	-	1	-	-	-	-
	1999	-	-	-	-	-	-	-	-
Protecção do recurso água	1998	19 174	2 304	1 123	11 848	839	2 528	92	444
	1999	23 477	5 018	1 240	13 658	1 153	1 631	357	420
Gestão de resíduos	1998	7 227	1 733	1 258	2 744	411	299	147	636
	1999	8 214	2 340	1 047	3 186	255	542	276	567
Solos & águas subterrâneas	1998	-	-	-	-	-	-	-	-
	1999	8	-	-	8	-	-	-	-
Ruído & vibrações	1998	-	-	-	-	-	-	-	-
	1999	2	2	-	-	-	-	-	-
Biodiversidade & paisagem	1998	1 662	468	366	413	132	77	-	205
	1999	1 440	333	328	404	65	119	-	194
Protecção contra radiações	1998	-	-	-	-	-	-	-	-
	1999	-	-	-	-	-	-	-	-
Investigação & desenvolvimento	1998	-	-	-	-	-	-	-	-
	1999	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras actividades de protecção do ambiente	1998	55	53	-	-	2	-	-	-
	1999	244	61	-	130	51	-	2	-

Em termos de agregados económicos, as receitas dos Municípios durante o ano de 1999 foram oriundas, na sua maioria, de "Receitas Correntes", com excepção das regiões do Alentejo e dos Açores. Nestas duas regiões, a rubrica "Transferências de Capital" foi a mais significativa, tendo representado 56% do total das receitas, para a primeira região, e 57% para a segunda.

Relativamente à região de Lisboa e Vale do Tejo, as fontes de financiamento foram muito variadas, mas com preponderância para as rubricas "Taxas e Impostos Indirectos" (58%), "Transferências de Capital" (29%) e "Transferências Correntes" (6%).

Figura 50 - Receitas dos Municípios, por agregados económicos, segundo as regiões

Unidade: 10⁶ Esc

Agregados Económicos	Regiões							
	Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Total	33 386	7 754	2 614	17 387	1 524	2 291	635	1 181
Receitas Correntes	21 798	4 545	1 431	12 243	625	1 633	202	1 119
Taxas e Impostos Indirectos	15 873	2 839	1 050	10 066	353	1 054	74	438
Venda de Bens e Serviços	3 486	1 291	102	999	137	422	47	488
Transferências Correntes	2 251	402	276	1 019	136	157	81	179
Outras Receitas Correntes	188	13	3	159	-	-	-	14
Receitas de Capital	11 587	3 209	1 183	5 144	898	658	432	63
Venda de Bens de Investimento	4	-	1	-	1	-	2	-
Transferências de Capital	11 098	3 002	1 172	5 124	855	543	362	40
Outras Receitas de Capital	485	207	10	20	42	115	68	22

2. EMPRESAS

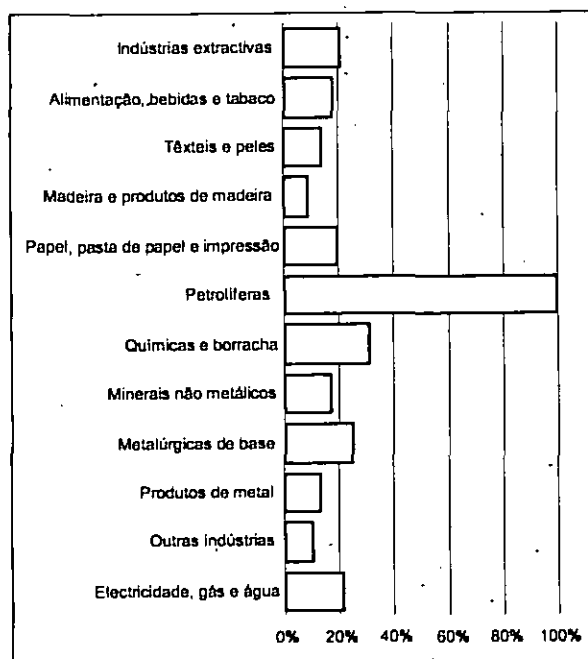
2. EMPRESAS

2.1. Actividades de Gestão e Protecção do Ambiente desenvolvidas pelas empresas da Indústria

2.1.1. Empresas que desenvolveram actividades de protecção ambiental

Figura 51 - Percentagem de empresas que realizaram actividades na luta contra a poluição, por sectores de actividade

1999



Na generalidade dos sectores observados, apenas entre 10% a 20% das empresas afirmaram ter desenvolvido, em 1999, actividades de gestão e protecção ambiental. A avaliação desta característica na amostra de empresas inquiridas em 1999, foi igualmente feita com base na dimensão das mesmas segundo os escalões de pessoal ao serviço. Podemos verificar, na figura 50, que são as

empresas de maior dimensão aquelas que em maior proporção referem desenvolver actividades de protecção ambiental no intuito de reduzir o impacto poluente da actividade industrial que executam.

Para estimativa, considerou-se as empresas que efectuaram, durante o ano de 1999, investimentos em tecnologias de controlo ou redução da poluição (fim-de-linha, e/ou integradas) e as empresas que suportaram despesas correntes com actividades de luta contra a poluição, como por exemplo o tratamento de emissão de gases para a atmosfera, tratamento de águas residuais e gestão organizada de recolha e transporte de resíduos. Incluem-se ainda as empresas que recorrem a serviços de terceiros que desenvolvem as actividades de gestão, controlo e redução do impacto ambiental que produzem.

Figura 52 - Percentagem de empresas que realizaram actividades na luta contra a poluição, por escalões de dimensão

1999

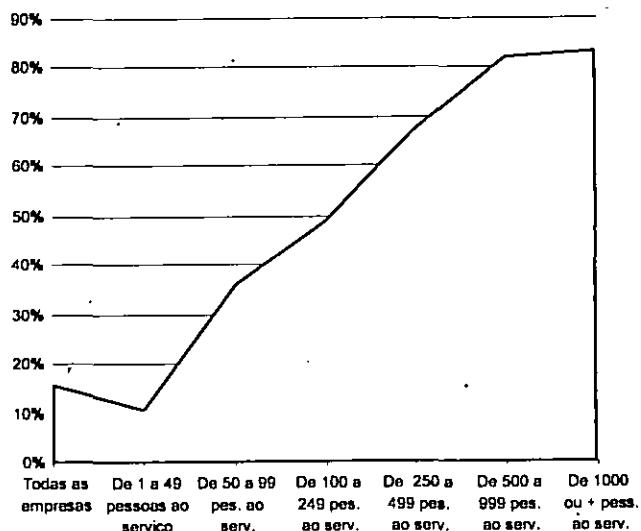


Figura 53 - Percentagem de empresas por sectores económicos que realizaram investimentos ou desenvolveram actividades na luta contra a poluição, segundo os escalões de pessoal ao serviço

1999

Unidade: %

Escalões de dimensão das empresas	Total	Pessoas ao serviço das empresas:					
		1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
Actividades económicas (CAE - Rev.2)							
Total	16	11	36	49	68	82	84
10-14 Indústrias extractivas	22	19	53	27	100	-	100
15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco	18	13	41	63	88	88	100
17-19 Indústrias de têxteis e peles	15	9	25	34	49	69	85
20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira	10	8	30	47	61	...	-
21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão	20	x	57	63	69	100	...
23 Indústrias petrolíferas	100	-	100	-	-	-	100
24-25 Indústrias químicas e de borracha	32	25	66	76	80	80	-
26 Indústrias de produtos minerais não metálicos	17	x	43	65	86	100	100
27 Indústrias metalúrgicas de base	26	x	54	58	89	100	...
28-35 Indústrias de produtos de metal	14	9	40	57	86	88	89
36 Outras indústrias	11	x	42	54	67	100	100
40-41 Electricidade, gás e água	22	18	33	75	-	50	33

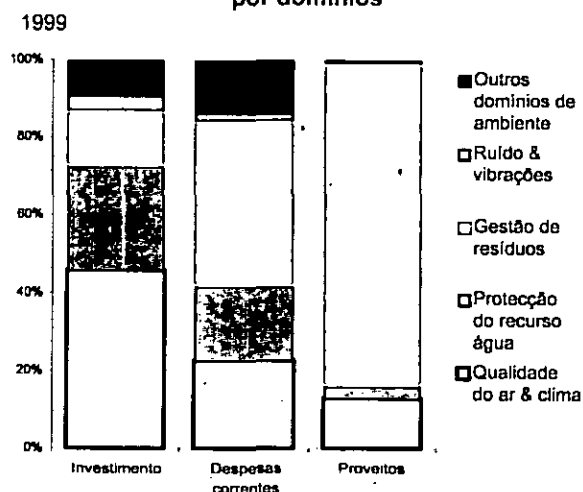
Na figura 53, apresentam-se as mesmas estimativas desagregadas por sectores económicos, segundo os escalões de dimensão das empresas, medida em termos de pessoas ao serviço. Conforme se pode verificar, o estrato de empresas de menor dimensão (1 a 49 pessoas ao serviço) regista uma percentagem muito baixa de unidades que mencionaram ter desenvolvido actividades desta natureza. Neste grupo de empresas, é no sector das "Indústrias químicas e de borracha" que existe uma maior proporção de empresas (25%) que referiram ter desenvolvido investimentos ou acções de minimização da poluição que geram.

É ao conjunto deste estrato de empresas de pequena dimensão que se associa o facto de, no conjunto dos sectores abrangidos, se registarem apenas 16% de empresas que desenvolveram em 1999 investimentos ou actividades de protecção ambiental.

2.1.2. Principais variáveis financeiras

Em 1999, o investimento da indústria em tecnologias de redução e controlo de poluição, atingiu cerca de **38 milhões de contos**.

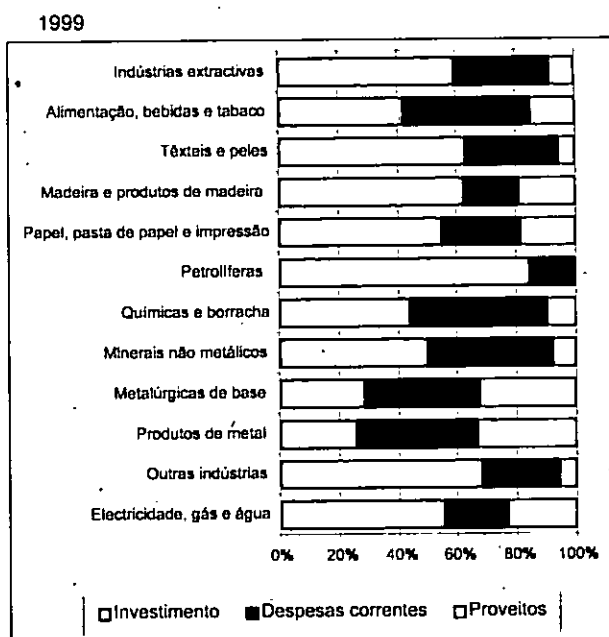
Figura 54 - Estrutura das principais variáveis, por domínios



Na figura 54, apresenta-se a estrutura das três principais variáveis em estudo, segundo os domínios de ambiente. Assinala-se o grande peso relativo que o domínio "Gestão de Resíduos" representa no âmbito das receitas, ascendendo a mais de 90% do total, e que resulta essencialmente da venda de resíduos.

Para as outras duas variáveis, a estrutura por domínios é muito semelhante. De realçar que o domínio "Gestão de Resíduos" volta a assumir maior expressão no que se refere às despesas correntes em ambiente, representando cerca de 40% do total. Em termos de investimento, este domínio assume menor peso, absorvendo apenas 14% do total. Para a variável investimento destaca-se, o peso que representa o domínio "Qualidade do Ar & Clima" (45%). Este facto não será estranho, uma vez que são actividades que implicam a utilização de equipamentos industriais mais complexos e pesados, como por exemplo, a construção de chaminés e respectivos equipamentos de filtragem e tratamento de gases ou emissões gasosas para a atmosfera. Para além de que, para a generalidade das actividades industriais abrangidas, em conjunto com acções do domínio da "Protecção do Recurso Água", constituem as principais formas e fontes de poluição ambiental, que requerem medidas para a respectiva eliminação ou minimização (emissões atmosféricas e gestão e eliminação de águas residuais).

Figura 55 - Estrutura das principais variáveis, por sectores económicos



Na totalidade de montantes financeiros movimentados pelas empresas no que respeita a ambiente, apenas os sectores "Metalúrgicas de base" e "Indústria de produtos de metal", apresentam um peso das receitas superior a 30%, devendo-se este facto à venda dos resíduos de metal provenientes dos mesmos, cuja valorização passa pela reciclagem.

Quanto às despesas correntes na protecção do ambiente, que ascenderam no total a 29 milhões de contos, são poucos os sectores em que se verificam montantes de valor superior ao do investimento. Do total de despesas correntes apurado, cerca de 15% refere-se a custos com o pessoal ligado à execução de actividades de controlo e combate à poluição.

2.1.2.1. Investimento

Na figura 56, registam-se, por sectores económicos, os investimentos por tipo de tecnologias adquiridas (fim-de-linha e/ou integradas).

Figura 56 - Total de investimentos por actividades económicas segundo o tipo de tecnologia

1999 Unidade: 10³ Esc

Tipo de tecnologia	Investimento em tecnologias de protecção do ambiente:		
Actividades económicas (CAE - Rev.2)	Total	Fim-de-linha	Integradas
Total	38 025 604	26 290 692	11 734 911
10-14 Indústrias extractivas	911 752	662 642	x
15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco	3 299 439	2 908 725	390 714
17-19 Indústrias de têxteis e peles	4 018 049	2 713 387	1 304 662
20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira	1 251 641	919 554	332 087
21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão	3 270 696	2 101 028	1 169 668
23 Indústrias petrolíferas	3 441 297	816 742	2 624 555
24-25 Indústrias químicas e de borracha	2 752 475	1 765 733	986 742
26 Indústrias de produtos minerais não metálicos	9 998 340	7 547 146	2 451 194
27 Indústrias metalúrgicas de base	x	634 583	x
28-35 Indústrias de produtos de metal	2 777 602	2 028 020	749 582
36 Outras indústrias	551 320	321 657	x
40-41 Electricidade, gás e água	4 864 944	3 871 476	x

No que se refere ao total do investimento realizado, verifica-se que apenas 3 sectores realizaram aproximadamente 50% do investimento total - "Indústria de produtos minerais não metálicos" (26%), "Electricidade, gás e água" (12%) e "Indústrias de têxteis e peles" (10%).

O investimento em tecnologias fim-de-linha foi superior ao realizado em tecnologias integradas, representando 70% do total.

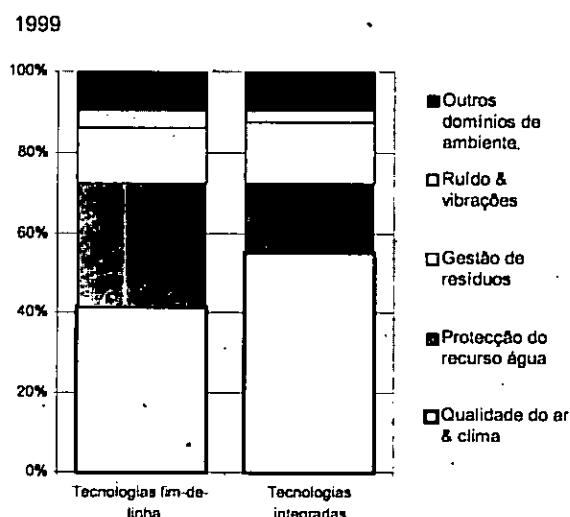
Verifica-se igualmente que apenas 3 sectores realizaram mais de 50% do total do investimento em tecnologias fim-de-linha, surgindo em terceiro lugar o sector "Indústrias alimentares, bebidas e tabaco" (11%), seguindo-se a "Electricidade, gás e água" (14%) e, com o peso mais elevado, a "Indústria de produtos minerais não metálicos", representando 28% do total.

No que se refere às tecnologias integradas, verifica-se que o último sector mencionado, em conjunto com o sector da "Indústria petrolífera",

representam quase metade do valor total de 11,7 milhões de contos.

Na figura 57, apresenta-se a estrutura do investimento de acordo com o tipo de tecnologias, segundo os domínios de ambiente.

Figura 57 - Estrutura de investimentos, por tipo de tecnologia, segundo os domínios

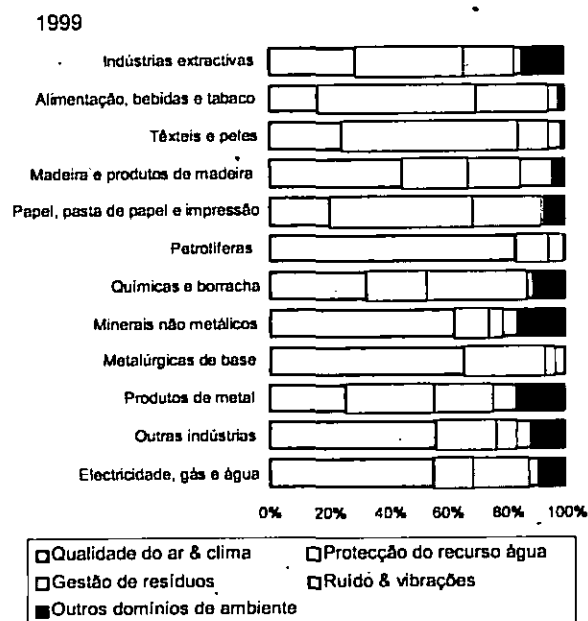


Verifica-se que, em ambos os tipos de tecnologia, a estrutura do investimento por domínios é muito semelhante. Todavia, realça-se que no âmbito das tecnologias integradas o domínio "Qualidade do Ar & Clima" assume maior peso do que no âmbito das tecnologias fim-de-linha.

Em termos absolutos, todavia, os investimentos em tecnologias integradas no âmbito deste domínio (6,5 milhões de contos) são inferiores aos registados em termos de tecnologias fim-de-linha (10,9 milhões de contos).

É uma constante os investimentos em tecnologias integradas registarem valores abaixo dos registados para tecnologias fim-de-linha. Para além do domínio "Protecção do Recurso Água", todos os restantes apresentam uma estrutura semelhante para ambos os tipos de tecnologia.

Figura 58 – Estrutura dos investimentos, por sectores económicos segundo os domínios



Na figura 58, encontram-se as estimativas do investimento realizado pelo conjunto dos sectores económicos, segundo os domínios de ambiente. Na introdução relativa à análise das variáveis financeiras, referiu-se que os domínios "Qualidade do Ar & Clima" e "Protecção do Recurso Água", foram aqueles em que se inseria a maior parte do investimento gerado pelas empresas; 72% do total, o que representa 27,4 milhões de contos. Com esta representação gráfica, releva-se melhor a incidência do investimento segundo os domínios de ambiente realizado no conjunto de cada sector económico. Realça-se o sector das "Petrolíferas", em que mais de 80% do investimento incide no domínio da "Qualidade do Ar & Clima", que absorveu em termos absolutos um total de 4,9 milhões de contos.

Quanto ao domínio "Protecção do Recurso Água", releva-se a proporção que assume na absorção do investimento gerado pelos sectores "Indústria de têxteis e peles" (58%) e "Indústria da alimentação, bebidas e tabacos" (53%) e a "Indústria de papel, pasta de papel, e impressão" (47%).

Os sectores "Indústrias químicas e de borracha", "Electricidade, gás e água", e "Indústrias da alimentação, bebidas e tabaco", são os responsáveis por grande parte dos investimentos realizados no domínio "Gestão de Resíduos", representando em conjunto uma proporção de 48% do total de 5,4 milhões de contos estimados no domínio.

Do total de investimento realizado por cada sector económico, verifica-se que, em termos médios, 43% incidiram no domínio "Qualidade do Ar & Clima", 29% no domínio "Protecção do Recurso Água" e 15% no domínio "Gestão de Resíduos".

Figura 59 - Total de investimentos por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão das empresas

Unidade: 10³ Esc

Escalões de dimensão das empresas	Ano	Total	Pessoas ao serviço das empresas:					
			1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
Actividades económicas (CAE - Rev. 2)								
Total	1998	33 616 888	x	x	8 964 002	3 347 725	6 542 300	10 617 975
	1999	38 025 604	6 686 631	4 331 151	6 005 153	3 198 036	9 668 915	8 135 718
10-14 Indústrias extractivas	1998	345 883	x	x	5 920	...	-	...
	1999	911 752	618 251	152 205	93 826	22 000	-	25 470
15-18 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco	1998	5 837 268	x	x	2 332 234	x	261 988	713 564
	1999	3 299 439	x	420 363	1 121 292	363 851	153 287	218 818
17-19 Indústrias de têxteis e peles	1998	2 135 049	x	x	861 326	387 014	x	527 900
	1999	4 018 049	x	1 138 023	867 256	670 943	417 180	604 595
20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira	1998	584 633	x	x	212 686	93 859	214 146	-
	1999	1 251 641	x	270 786	205 757	339 727	...	-
21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão	1998	5 759 798	x	x	453 926	1 180 920	3 699 483	...
	1999	3 270 696	x	307 776	x	426 029	1 660 266	...
23 Indústrias petrolíferas	1998	4 917 541	x	-	-	-	-	4 917 541
	1999	3 441 297	-	37 500	-	-	-	3 403 797
24-25 Indústrias químicas e de borracha	1998	3 829 364	x	x	2 789 676	x	505 950	-
	1999	2 752 475	x	304 063	1 272 563	242 292	516 486	-
26 Indústrias de produtos minerais não metálicos	1998	3 778 559	x	x	1 603 238	491 411	1 476 423	...
	1999	9 998 340	x	x	848 708	729 360	5 866 631	-
27 Indústrias metalúrgicas de base	1998	372 043	x	x	114 899	246 455	...	...
	1999	888 049	x	85 008	332 559	193 026	...	...
28-35 Indústrias de produtos de metal	1998	1 920 761	x	x	515 067	277 490	303 906	480 537
	1999	2 777 602	x	397 433	671 711	195 502	756 274	438 521
36 Outras indústrias	1998	496 349	x	x	75 030	68 994	-	-
	1999	551 320	x	273 249	137 467	15 306	12 396	-
40-41 Electricidade, gás e água	1998	3 639 642	x	-	-	-	5 849	3 633 793
	1999	4 864 944	x	-	52 084	-	4 500	3 111 844

Conforme já evidenciado na figura 52, foi o conjunto das empresas situadas nos escalões de maior dimensão (500 ou mais pessoas ao serviço) que em maior proporção realizaram investimentos e actividades de protecção, gerando cerca de 48% do total do investimento estimado. No conjunto das empresas, com

1000 ou mais pessoas ao serviço, realça-se que, quer em 1998, quer em 1999, foram os sectores "Indústria petrolífera" e "Electricidade, gás e água", que realizaram a maior parte dos investimentos, ascendendo em conjunto a 8,5 e 6,5 milhões de contos, respectivamente.

Figura 60 - Total de investimentos por regiões, segundo os escalões de dimensão das empresas

Unidade: 10³ Esc

Escalões de dimensão das empresas	Anos	Total	Pessoas ao serviço das empresas:					
			1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
Regiões								
Total	1998	33 616 888	x	x	8 964 002	3 347 724	6 542 300	10 617 975
	1999	38 025 604	6 686 631	4 331 151	6 005 153	3 198 036	9 668 915	8 135 718
Norte	1998	6 842 950	x	x	2 795 011	833 962	546 029	1 156 167
	1999	11 270 357	3 770 147	2 081 911	2 479 233	1 190 558	954 219	794 289
Centro	1998	4 560 170	x	654 895	2 634 296	1 186 354	82 526	...
	1999	5 997 316	x	870 147	1 465 135	902 805	1 133 295	3 718
Lisboa e Vale do Tejo	1998	21 278 655	x	x	3 328 039	1 268 712	5 528 896	9 394 466
	1999	18 999 847	x	949 812	1 731 629	1 034 666	7 147 183	7 312 241
Alentejo	1998	719 901	x	10 306	206 656	58 697	379 000	...
	1999	955 789	x	35 250	329 156	...	429 718	25 470
Algarve	1998	194 020	x	x	-	...	-	-
	1999	126 014	x	19 366	-	...	-	-
Açores	1998	...	x	15 343	-	-	...	-
	1999	662 588	x	x	-	-	...	-
Madeira	1998	...	x	-	-	-	...	-
	1999	13 692	x	-	-	-	...	-

Na figura 60, apresentam-se as estimativas do total de investimento por regiões, segundo o escalão de dimensão das empresas. Pode-se verificar que o Norte e a região de Lisboa e Vale do Tejo assumem um peso predominante no total de investimento gerado no conjunto do país. Ressalva-se que estas são as duas regiões de maior concentração industrial do

país. Todavia, apresentam entre si um comportamento dispar. Enquanto na região Norte a maior parte do investimento é realizado por empresas de pequena e média dimensão (menos de 100 pessoas ao serviço), na região de Lisboa e Vale do Tejo as empresas de maior dimensão assumem uma maior preponderância.

2.1.2.2. Despesas correntes

Figura 61 - Total de despesas correntes por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas

Unidade: 10³ Esc

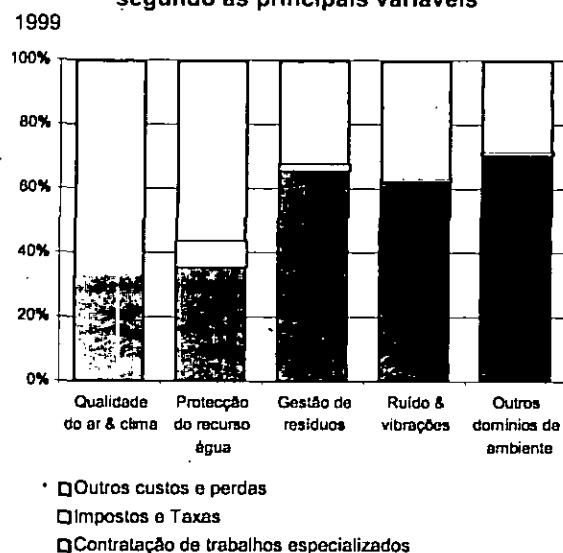
Rubricas contabilísticas	Total de despesas correntes	Contratação de trabalhos e serviços de ambiente	Taxas + impostos	Outros custos e perdas
Actividades económicas (CAE - Rev.2)				
Total	29 018 596	15 423 937	759 306	12 835 352
10-14 Indústrias extractivas	544 004	76 091	29 515	438 398
15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco	3 658 598	x	255 235	1 038 789
17-19 Indústrias de têxteis e peles	2 311 949	1 249 118	226 828	836 002
20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira	388 562	267 084	x	120 752
21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão	1 677 435	518 549	21 262	1 137 624
23 Indústrias petrolíferas	705 584	502 926	37 630	165 028
24-25 Indústrias químicas e de borracha	3 052 764	1 816 896	x	1 157 095
26 Indústrias de produtos minerais não metálicos	8 693 030	5 035 951	22 424	3 634 655
27 Indústrias metalúrgicas de base	1 254 305	367 286	25 199	861 820
28-35 Indústrias de produtos de metal	4 570 760	2 761 949	60 866	1 747 945
36 Outras indústrias	219 757	118 605	x	100 807
40-41 Electricidade, gás e água	1 941 849	344 907	504	1 596 438

Na figura 61, apresentam-se as despesas correntes suportadas pelas empresas no conjunto de cada um dos sectores económicos. Somente 3 sectores representam perto de 60% do total, realçando-se as "Indústrias de produtos minerais não metálicos", cujas despesas ascenderam a 8,6 milhões de contos (30%). Seguem-se as "Indústrias de produtos de metal" (16%) e as "Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco" (13%), correspondendo a 4,5 e 3,6 milhões de contos, respectivamente.

Atendendo à estrutura por rubricas contabilísticas, depreende-se que a maior parte das despesas correntes suportadas pelas empresas dizem respeito a contratação de trabalhos especializados, onde se inclui as contrapartidas pagas à Sociedade Ponto Verde, pela devida gestão dos resíduos de embalagem. Os outros custos e perdas envolvem o emprego de recursos e a gestão própria das actividades de protecção ambiental que são desenvolvidas no seio da empresa. Do total de 12,8 milhões de contos, cerca de 4,5 milhões de contos dizem respeito a custos com o pessoal que executa esse tipo de actividades. Os custos relativos a taxas e impostos compreende, no essencial, taxas pagas aos

serviços municipais de recolha e tratamento de águas residuais e resíduos sólidos.

Figura 62 - Estrutura das despesas, por domínios segundo as principais variáveis



A figura 62, refere-se às despesas correntes, por rubricas contabilísticas segundo os domínios de ambiente. Realça-se que os domínios "Qualidade do Ar & Clima" e "Gestão de Resíduos", envolvem mais custos na componente da afectação de recursos próprios da empresa. Nos restantes domínios, a componente de contratação de trabalhos especializados junto de terceiros assume maior expressão.

Figura 63 - Total das despesas correntes por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente

1999		Unidade: 10 ³ Esc					
Domínios de ambiente		Total	Qualidade do ar & clima	Protecção do recurso água	Gestão de resíduos	Ruído & vibrações	Outros domínios
Actividades económicas (CAE - Rev. 2)							
Total		28 259 289	6 308 377	5 390 881	12 076 144	433 520	4 050 567
10-14 Indústrias extractivas		514 489	36 971	173 193	171 102	12 521	120 702
15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco		3 403 364	382 885	733 858	x	19 898	153 777
17-19 Indústrias de têxteis e peles		2 085 120	64 542	985 206	881 025	x	117 778
20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira		387 836	78 139	26 900	228 857	x	x
21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão		1 656 173	x	710 781	537 299	26 131	151 879
23 Indústrias petrolíferas		667 954	4 323	476 872	127 402	193	59 164
24-25 Indústrias químicas e de borracha		2 973 991	151 579	591 520	1 814 310	x	247 742
26 Indústrias de produtos minerais não metálicos		8 670 606	4 008 479	347 368	1 847 458	39 187	2 428 114
27 Indústrias metalúrgicas de base		1 229 106	680 435	163 663	323 905	11 779	49 324
28-35 Indústrias de produtos de metal		4 509 894	359 190	593 752	2 940 301	88 178	528 474
36 Outras indústrias		219 412	24 057	51 865	103 618	7 551	x
40-41 Electricidade, gás e água		1 941 345	287 494	535 904	987 920	1 889	128 138

Na figura 63, apresenta-se o total de despesas correntes por sectores económicos, segundo os domínios de ambiente. Salienta-se que

apenas o domínio de "Gestão de Resíduos", representa 40% do total.

Figura 63 - Total de despesas correntes por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão das empresas

Unidade: 10³ Esc

Escalões de dimensão das empresas	Total	Pessoas ao serviço das empresas:					
		1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
Actividades económicas (CAE - Rev.2)							
Total	28 259 289	2 894 394	1 820 313	5 204 712	2 898 990	9 931 980	5 508 901
10-14 Indústrias extractivas	514 489	x	97 561	23 452	-	-	210 383
15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco	3 403 364	x	269 318	668 036	331 864	429 853	684 423
17-19 Indústrias de têxteis e peles	2 085 120	x	392 598	623 914	353 634	95 129	293 836
20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira	387 836	x	38 097	101 070	75 233	...	-
21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão	1 656 173	x	77 542	220 130	127 391	811 470	...
23 Indústrias petrolíferas	667 954	-	5 000	-	-	-	662 954
24-25 Indústrias químicas e de borracha	2 973 991	x	562 805	1 375 076	403 024	230 771	-
26 Indústrias de produtos minerais não metálicos	8 670 606	x	121 530	214 249	410 138	7 780 151	78 991
27 Indústrias metalúrgicas de base	1 229 106	x	32 933	128 359	745 850	...	...
28-35 Indústrias de produtos de metal	4 509 894	x	147 705	540 098	431 334	527 216	2 445 188
36 Outras indústrias	219 412	x	76 207	82 711	...	5 974	16 794
40-41 Electricidade, gás e água	1 941 345	x	1 220	1 137 618	-	2 782	573 288

Verifica-se que, à semelhança do que sucedia com o investimento, são as empresas de maior dimensão, as responsáveis pela maior parte das despesas estimadas para o conjunto da indústria. Todavia, salienta-se que apenas o sector "Indústrias de produtos minerais não metálicos" é responsável por 50% das despesas realizadas pelo conjunto das

empresas com 500 ou mais pessoas ao serviço.

Na figura 65, apresentam-se as despesas correntes por regiões, segundo os escalões de dimensão. Verifica-se que a região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta um crescimento muito elevado, quer em termos absolutos, quer em termos relativos.

Figura 65 - Total de despesas correntes por regiões, segundo os escalões de dimensão das empresas

Unidade: 10³ Esc

Escalões de dimensão das empresas	Anos	Total	Pessoas ao serviço das empresas:					
			1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
Regiões								
Total	1998	18 329 908	x	x	5 333 178	1 883 025	3 045 339	3 245 580
	1999	28 259 289	2 894 394	1 820 313	5 204 712	2 898 990	9 931 980	5 508 901
Norte	1998	3 412 166	x	515 697	1 293 608	415 017	418 940	768 905
	1999	5 755 701	1 309 537	615 467	1 291 346	755 827	840 644	1 142 779
Centro	1998	3 502 117	x	x	2 183 688	231 872	122 604	...
	1999	3 178 699	x	659 924	670 195	298 178	583 914	2 021
Lisboa e Vale do Tejo	1998	10 624 441	x	x	1 727 283	1 234 535	2 380 322	1 973 192
	1999	18 685 853	548 371	520 406	3 054 990	1 765 129	8 660 013	4 136 944
Alentejo	1998	721 759	x	12 487	115 267	...	92 191	...
	1999	...	7 327	14 563	172 423	...	64 627	227 157
Algarve	1998	15 387	x	x	2 320	...	-	-
	1999	34 750	x	466	787	...	-	-
Açores	1998	49 833	x	11 743	x	...	...	...
	1999	...	x	x	x	-	...	-
Madeira	1998	4 204	x	-	-	-	...	-
	1999	...	x	-	11 163	-	...	-

2.1.2.3 Proveitos e ganhos

Analisa-se agora, as receitas associadas à execução de actividades de gestão e protecção ambiental.

É no âmbito do domínio "Gestão de Resíduos"

que surge a maior fonte de receitas das empresas (82%), designadamente através da venda de resíduos, que resulta da execução de actividades de recolha de resíduos. No âmbito dos restantes domínios, as empresas assinalam um reduzido potencial de gerar receitas.

Figura 66 - Total de receitas por sectores económicos, segundo os domínios de ambiente

Unidade: 10³ Esc

Escalões de dimensão das empresas	Anos	Total	Qualidade do ar & clima	Protecção do recurso água	Gestão de resíduos	Outros domínios de ambiente
Actividades económicas (CAE - Rev.2)						
Total	1998	10 474 805	159 260	67 309	10 214 028	34 208
	1999	11 859 973	1 507 454	x	9 818 650	143 294
10-14 Indústrias extractivas	1998	43 116	-	300	42 816	-
	1999	122 390	-	-	x	x
15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco	1998	1 244 629	126 494	21 743	1 084 878	x
	1999	1 176 720	155 504	54 968	966 247	-
17-19 Indústrias de têxteis e peles	1998	449 593	-	8 969	440 624	-
	1999	348 151	x	13 559	333 772	-
20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira	1998	220 960	-	-	x	-
	1999	378 669	x	x	x	-
21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão	1998	903 427	-	-	895 572	7 855
	1999	1 071 449	x	10 503	790 229	-
23 Indústrias petrolíferas	1998	18 498	-	9 497	9 001	-
	1999	2 100	600	500	1 000	-
24-25 Indústrias químicas e de borracha	1998	2 242 858	x	17 818	2 209 410	-
	1999	611 742	-	x	604 083	3 962
26 Indústrias de produtos minerais não metálicos	1998	247 057	2 513	3 002	236 704	4 838
	1999	1 532 383	1 075 000	x	347 580	103 993
27 Indústrias metalúrgicas de base	1998	1 388 273	-	-	1 388 273	-
	1999	1 007 098	-	-	1 007 082	6
28-35 Indústrias de produtos de metal	1998	2 859 817	x	5 980	2 843 820	10 000
	1999	3 527 770	1 393	5 168	3 506 276	14 935
36 Outras indústrias	1998	253 480	x	-	251 395	-
	1999	45 179	950	-	37 141	x
40-41 Electricidade, gás e água	1998	603 097	12 323	-	590 774	-
	1999	2 036 324	-	x	1 801 695	-

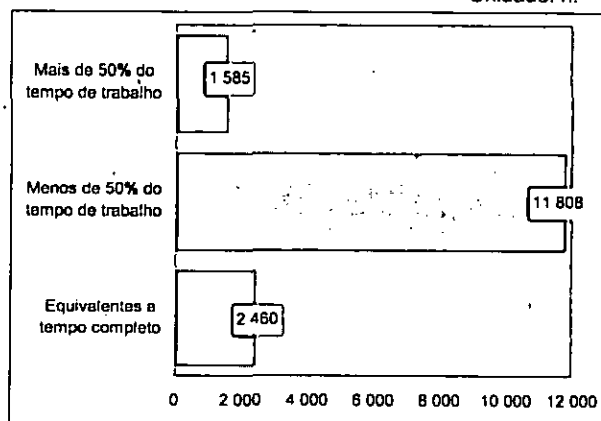
Destaca-se ainda que, em geral, foram as empresas de maior dimensão que contribuíram para a maior parte de receitas geradas a partir da execução de actividades de gestão e protecção do ambiente.

2.1.3. Emprego

Na figura 67, é feita a avaliação do total de pessoas ligadas à execução de actividades de protecção ambiental.

Figura 67 - Pessoal ao serviço, segundo o regime de ocupação com actividades de ambiente

1999 Unidade: n.º



De destacar que, no conjunto das empresas que desenvolvem actividades de protecção ambiental, o número mais significativo de pessoas ocupadas com essas actividades,

fazem-no apenas ocasionalmente ou ocupam menos de metade das horas de trabalho no ano.

Figura 68 - Pessoas ao serviço nas empresas que desenvolvem actividades de protecção ambiental, por actividades económicas, segundo o regime de afectação e respectivos custos

1999

1999

Regime de afectação dos recursos humanos e custos associados	Número médio de pessoas que ocupam:		Emprego "equivalente a tempo completo" ocupado com actividades de ambiente	Custos com o pessoal, afectos às actividades de protecção ambiental
	Mais de metade do tempo de trabalho com actividades de ambiente	Menos de metade do tempo de trabalho com actividades de ambiente		
Actividades económicas (CAE - Rev.2)	N.º			10³ Esc
Total	1 585	11 808	2 460	4 556 398
10-14 Indústrias extractivas	x	280	114	189 627
15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco	168	1 078	277	427 221
17-19 Indústrias de têxteis e peles	285	839	380	705 404
20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira	44	275	71	84 514
21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão	132	748	226	221 239
23 Indústrias petrolíferas	39	-	39	161 645
24-25 Indústrias químicas e de borracha	195	1 853	336	523 314
26 Indústrias de produtos minerais não metálicos	121	927	199	610 243
27 Indústrias metalúrgicas de base	71	235	95	157 458
28-35 Indústrias de produtos de metal	361	5 225	627	1 003 538
36 Outras indústrias	19	x	46	67 541
40-41 Electricidade, gás e água	38	114	51	404 654

Na figura 68, apresentam-se os custos associados às pessoas ao serviço, relacionadas com as actividades de ambiente. Em termos médios, no conjunto dos sectores, verifica-se que os custos por pessoa equivalente a tempo completo, ascenderam a 1852 contos. Os sectores "Produção e distribuição de electricidade, gás e água" e "Indústrias petrolíferas", são os que

apresentam o valor médio mais elevado com, 7900 e 4100 contos, respectivamente. Todavia, em termos globais, são os sectores "Indústrias de produtos de metal" (22%) e "Indústrias têxteis e peles" (15%), que apresentam maiores valores, no que respeita a custos com o pessoal, somando 1,7 milhões de contos.

2.2. Eco-empresas

Atendendo a uma crescente necessidade de dados, quer a nível nacional quer internacional, o INE iniciou em 1997, a recolha de dados sobre empresas cujo centro de negócio assenta na execução de actividades ou prestação de serviços para a protecção do ambiente. As principais variáveis em avaliação são o volume de negócios, o emprego e o investimento.

Na formação do volume de negócios por mercados, verifica-se que o mercado nacional constitui o principal mercado de intervenção das eco-empresas. Salienta-se que do total do volume de negócios realizado com o mercado externo, que ascendeu a cerca de 7,9 milhões de contos em 1998, a União Europeia assume o maior peso, representando cerca de 85% deste total.

2.2.1. Volume de negócios

Em 1998, o volume de negócios gerado pelas eco-empresas ascendeu a **96,5 milhões de contos**. A caracterização das eco-empresas divide-se em actividades centrais e actividades não centrais (ver conceitos). Do conjunto das actividades centrais de ambiente em 1998, a actividade de "Saneamento, higiene pública e actividades similares" surge como a que gerou o maior volume de negócios, aproximadamente 1/3 do total. Todavia, em termos médios do volume de negócios por empresa do sector, verifica-se ser o sector de "Reciclagem" a surgir em primeiro lugar, registando um volume de negócios da ordem dos 346 mil contos por empresa.

Figura 69 - Principais variáveis de caracterização das eco-empresas, segundo os sectores económicos

1998						
Características	Total	Actividades centrais			Actividades não centrais	
		Reciclagem	Comércio por grosso de desperdícios e sucatas	Saneamento, higiene pública e actividades similares	Energias renováveis	Outras actividades
Número de empresas	395	47	157	81	11	99
Unidade: 10 ³ Esc						
Volume de negócios	96 555 473	16 306 990	22 188 598	26 832 950	1 612 242	29 614 693
Aumentos de imobilizado corpóreo	30 645 293	5 366 779	2 138 668	16 656 249	2 432 156	4 051 441
Custos com o pessoal	15 711 689	1 627 837	1 618 401	6 409 185	193 856	5 862 410
Unidade: Número médio de pessoas ao serviço						
Pessoal ao serviço maioritariamente ocupado com funções de ambiente						
Total	5 328	625	882	2 284	40	1 497
· Homens	4 129	457	700	1 823	34	1 115
· Mulheres	1 199	168	182	461	6	382
Por nível de formação académica:						
· Escolaridade obrigatória	3 663	478	761	1 646	6	772
· Secundário	781	94	100	315	10	262
· Superior	884	53	21	323	24	463

Em 1998, verifica-se que o volume de negócios do conjunto das empresas das

actividades não centrais, representa 32% do total de 96,5 milhões de contos apurados.

Figura 70 - Principais variáveis de caracterização das eco-empresas, segundo os sectores económicos

Características	Total	Actividades centrais			Actividades não centrais	
		Reciclagem	Comércio por grosso de desperdícios e sucatas	Saneamento, higiene pública e actividades similares	Energias renováveis	Outras actividades
Número de empresas	311	50	135	61	9	56
Unidade: 10 ³ Esc						
Volume de negócios	63 611 849	16 545 110	20 777 371	16 489 152	971 047	8 829 169
Aumentos de imobilizado corpóreo	11 707 571	1 847 459	1 025 453	7 285 268	551 300	998 091
Custos com o pessoal	9 027 429	1 541 426	1 300 561	4 103 338	153 173	1 928 931
Unidade: Número médio de pessoas ao serviço						
Pessoal ao serviço maioritariamente ocupado com funções de ambiente						
Total	3 407	608	794	1 478	19	508
· Homens	2 643	463	629	1 197	16	338
· Mulheres	764	145	165	281	3	170
Por nível de formação académica:						
· Escolaridade obrigatória	2 345	485	684	1 062	0	114
· Secundário	522	79	85	216	3	139
· Superior	540	44	25	200	16	255

No sector do Comércio por grosso de desperdícios e sucatas", verificou-se que somente 16 empresas de um total de 157 apuradas, realizaram mais de 50% do total de 22,2 milhões de contos de volume de negócios gerado em 1998.

No sector de "Saneamento, higiene pública e similares" verifica-se que apenas 10% das eco-empresas realiza mais de 50% dos 26,8 milhões de contos de volume de negócios gerado pelo sector.

2.2.2. Emprego

Em 1998, registaram-se ao serviço das eco-empresas **5328 pessoas** ocupadas com actividades económicas relacionadas com a protecção do ambiente.

Verifica-se que as actividades centrais da "Indústria de Ambiente" são, predominantemente, desenvolvidas por homens. Em 1998, regista-se que, para qualquer dos sectores, a percentagem de

mulheres não ultrapassa os 25%, registando o sector da "Reciclagem" o valor mais elevado. O "Saneamento, higiene pública e actividades similares", constitui o sector que ocupa mais recursos, atingindo 2284 pessoas. Calculando uma média simples de pessoas ao serviço por empresa, este sector surge em primeiro lugar com 28 pessoas ao serviço por empresa.

O sector do "Comércio por grosso de desperdícios e sucatas" regista o valor mais baixo, com uma média de 6 pessoas ao serviço por empresa. Este sector caracterizava-se em 1997, por ser maioritariamente, constituído por micro-empresas (cerca de 65% das empresas possuíam 5 ou menos pessoas ao serviço). Verificava-se que 25 empresas (18%) do total das 135 empresas do sector "Comércio por grosso de desperdícios e sucatas", concentrava mais de 50% do total de 794 pessoas ao serviço no conjunto das mesmas. Em 1998, este cenário, pouco se alterou, registando-se que cerca de 30 empresas

(20%), concentra cerca de 55% do emprego do sector (489 pessoas).

As actividades não centrais da indústria de ambiente reúnem um conjunto de actividades e empresas que se caracterizam por afectar, em termos absolutos e relativos, recursos humanos com um nível de formação mais elevado. No sector das energias renováveis, do pessoal maioritariamente ocupado com funções de ambiente, cerca de 60% possui estudos de nível superior.

2.2.3. Investimento

O investimento (aumentos de imobilizado corpóreo) gerado pelo conjunto das eco-empresas ascendeu a **30,6 milhões de contos** durante o ano de 1998.

É de realçar o sector de "Saneamento, higiene pública e actividades similares" que regista o maior valor com 16,6 milhões de contos. Num passado relativamente recente, as estruturas de gestão e exploração de meios para a execução de tratamento de águas residuais e tratamento de resíduos sólidos urbanos estavam organizados, maioritariamente, em serviços municipalizados, organicamente dependentes da direcção das autarquias locais e que isoladamente, actuavam numa perspectiva local ao nível do concelho. No final do ano de 1993, com a aprovação do Decreto-Lei N° 372/93 (Diário da República N° 254 Série I-A), foi configurada uma nova delimitação destes sectores, permitindo através da figura de concessão, a participação

de capitais privados na prestação de serviços de tratamento de águas residuais e recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

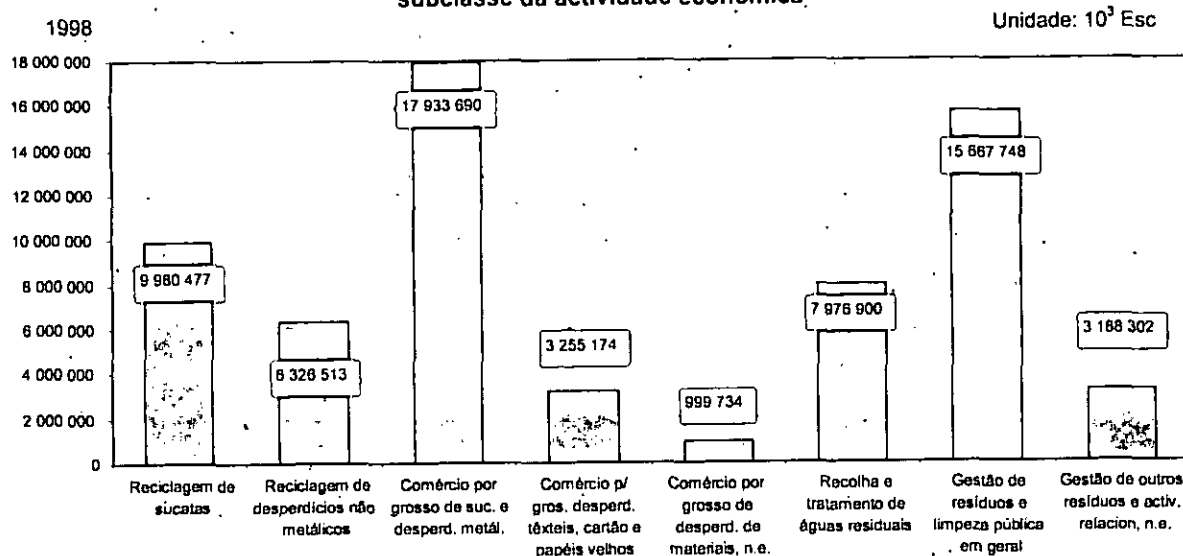
Neste momento verifica-se uma maior autonomia da organização e gestão desses serviços de utilidade pública, assistindo-se à constituição de empresas, embora participadas maioritariamente por capitais públicos, que actuam na esfera do direito privado. Esta transformação foi acompanhada de uma estratégia de actuação alargada e integrada ao nível regional, através da participação de vários municípios na constituição dessas empresas. As razões apontadas acima, explicam em grande medida o peso do investimento realizado pelo sector em questão.

O investimento realizado pelas empresas classificadas nas actividades não centrais ascendeu a 6,7 milhões de contos, dos quais cerca de 35% foi realizado pelas eco-empresas de energias renováveis.

2.2.4. Avaliação das actividades centrais por subsectores, em 1998

Neste ponto apresentam-se os resultados das mesmas variáveis de caracterização dos sectores das actividades centrais mas num nível de desagregação mais baixo (5º dígito da CAE Rev. 2). Não se considerou significativo introduzir uma análise detalhada para as actividades não centrais, dada a dispersão de subsectores pelos quais as empresas se distribuem.

Figura 71 - Volume de negócios das actividades centrais de ambiente, por subclasse da actividade económica.

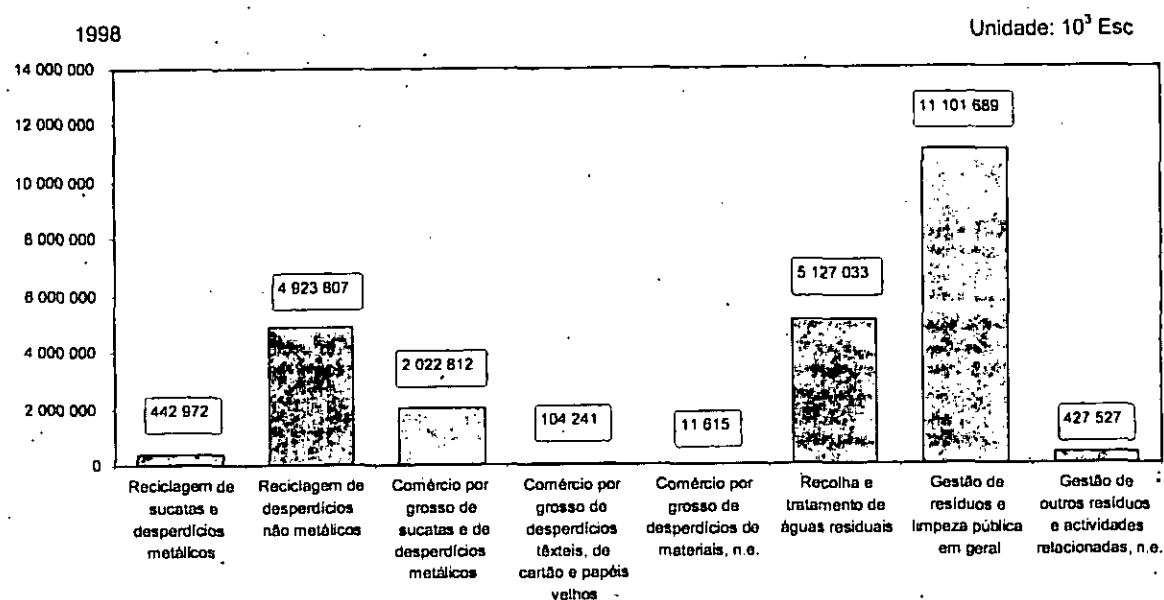


No que respeita ao **volume de negócios**, assumem maior peso, realizando mais de 50% do volume de negócios das actividades centrais, o sector de "Comércio por grosso de sucatas e desperdícios metálicos" (27%) e o sector de "Gestão de resíduos e limpeza pública em geral" (24%).

Quanto ao **investimento**, verifica-se que é o sector de "Gestão de resíduos e limpeza

pública em geral", que realiza o maior esforço financeiro de investimento. Fenómeno que, em grande parte, resulta do facto de ser uma actividade que exige a instalação de infra-estruturas e equipamentos dispendiosos, como são a construção de aterros sanitários, equipamentos e veículos para recolha selectiva e transporte de resíduos, etc.

Figura 72 – Investimentos das actividades centrais de ambiente, por subclasse da actividade económica



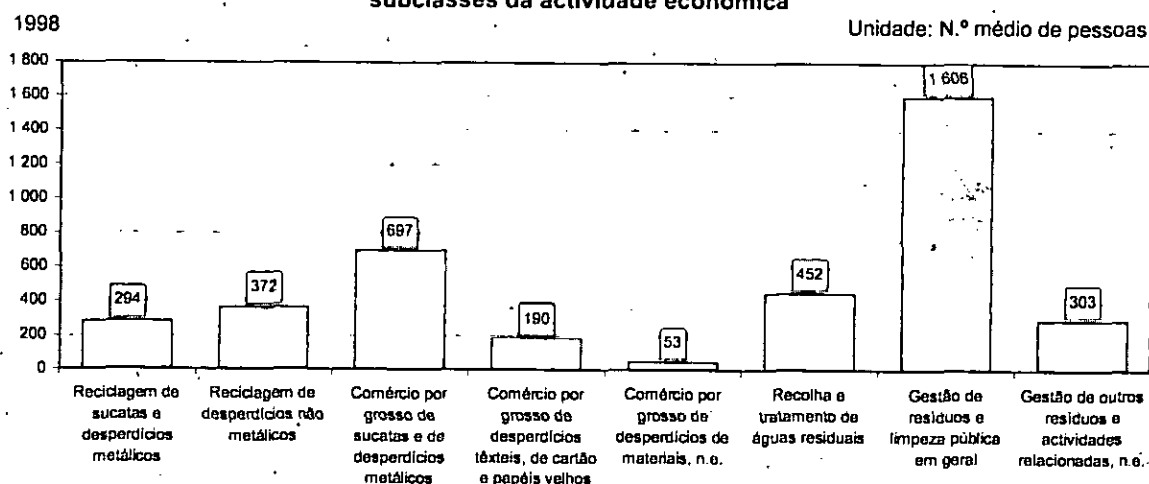
De seguida, surge o sector "Recolha e tratamento de águas residuais" (21%), que também envolve a construção de

equipamentos complexos, como por exemplo as estações de tratamento de águas residuais.

Quanto aos **recursos humanos**, verifica-se que o sector da "Gestão de resíduos e limpeza pública, em geral", é o que regista a utilização mais intensiva de mão-de-obra, com uma

média de 37 pessoas ao serviço por empresa, representando cerca de 40% do total de pessoas ao serviço no conjunto dos subsectores das actividades centrais.

Figura 73 - Total de pessoas ao serviço das actividades centrais de ambiente, por subclasses da actividade económica

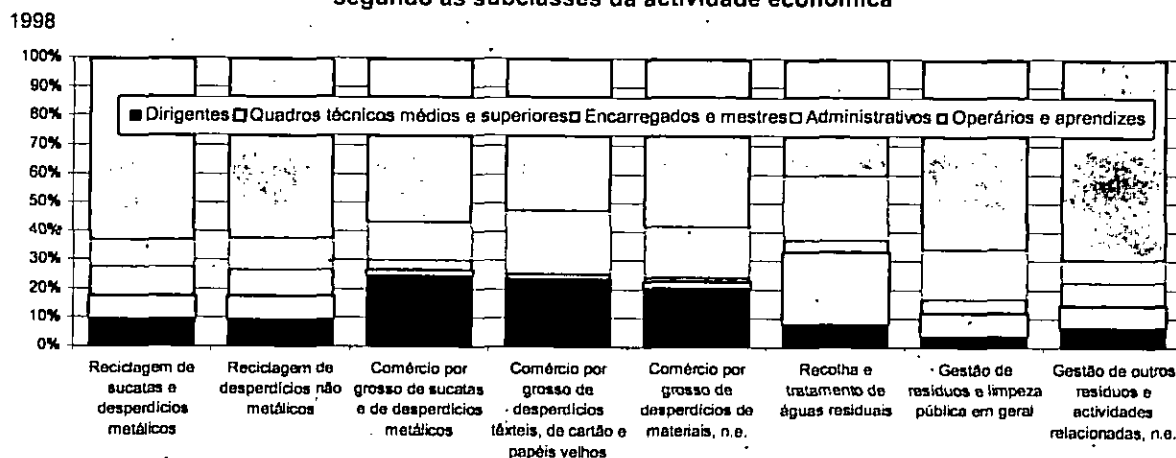


Na figura 74, apresenta-se a estrutura do pessoal ao serviço por grupos funcionais. Não se verificam grandes diferenças estruturais em cada um dos sectores, à excepção do conjunto das empresas na subclasse "Comércio por grosso de sucatas e desperdícios metálicos" que, relativamente aos restantes, apresentam um peso significativamente mais elevado do grupo dos dirigentes. Este fenómeno deve-se ao facto de neste sector económico existir uma grande concentração de micro-empresas. O sócio-gerente assume a função de direcção e acumula outras funções de operação da empresa.

De realçar ainda no conjunto das actividades centrais, as empresas na subclasse de "Recolha e tratamento de águas residuais", como as que apresentam a maior percentagem de quadros técnicos médios e superiores (25%). Pelo contrário, os subsectores de "Comércio por grosso de sucatas e desperdícios metálicos" apresentam o mais baixo peso deste grupo funcional na orgânica das respectivas empresas, não ultrapassando os 2%.

O conjunto deste grupo funcional no sector do "Comércio por grosso de sucatas e desperdícios metálicos" representa apenas 3% do total dos quadros médios e superiores apurados no total das eco-empresas.

Figura 74 - Estrutura de pessoal ao serviço das actividades centrais, por classificação funcional, segundo as subclasses da actividade económica



3. INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

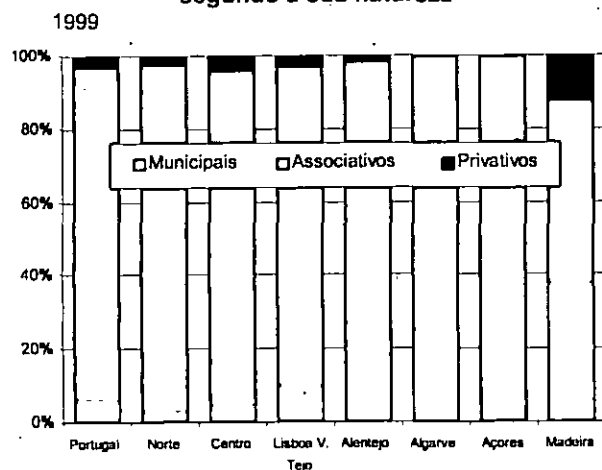
3. INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

3.1. Associações e outras Entidades de Bombeiros

Em 1999, os Corpos de Bombeiros de natureza associativa continuam a constituir a maior parcela do efectivo nacional, com cerca de 91%, sendo pouco significativa a participação dos Corpos de Bombeiros de natureza municipal (6%) e privativa (3%).

A Madeira e o Algarve foram as regiões em que os Corpos de Bombeiros de natureza municipal tiveram maior expressão (38% e 25%, respectivamente).

Figura 75 - Corpos de Bombeiros, por regiões, segundo a sua natureza



O índice de profissionalização dos Corpos de Bombeiros classifica-os em três categorias (profissionais, voluntários e outros), sendo os voluntários os mais representativos com 91% do total. Apenas na região da Madeira os Corpos de Bombeiros que integram elementos profissionais apresentaram níveis significativos (38% do total) face à média nacional que se fixou nos 4%.

As acções desenvolvidas pelos Corpos de Bombeiros incidiram, sobretudo, no "Serviço de Saúde", tendo representado 84% do total, correspondentes a 2,5 milhões de serviços prestados. Esta importância relativa, bastante elevada, verificou-se em todas as regiões do País com percentagens superiores a 79%, com excepção dos Açores, onde o peso deste tipo de serviço se situou nos 69%.

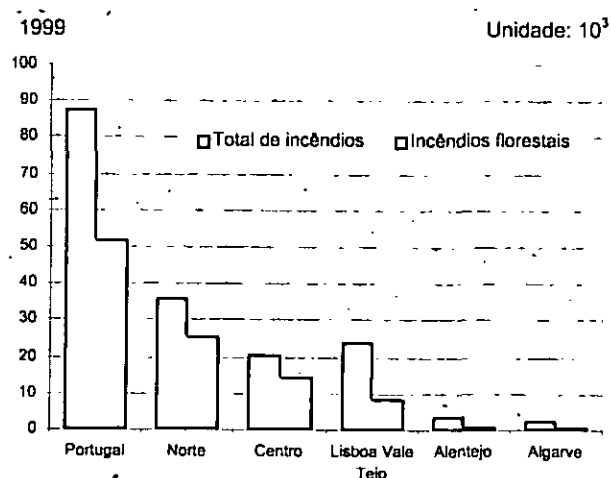
Em 1999, os Corpos de Bombeiros prestaram, no País, 3 milhões de serviços.

Figura 76 - Actividades desenvolvidas pelos Corpos de Bombeiros, por regiões, segundo o tipo de serviço

Regiões	Tipo de Serviço			
	Total	Incêndios	Saúde	Outros Serviços
Portugal	2 956	90	2 488	378
Norte	955	36	792	127
Centro	471	21	371	79
Lisboa e Vale do Tejo	1 098	24	958	116
Alentejo	241	4	209	28
Algarve	80	3	70	7
Açores	48	1	33	14
Madeira	63	1	55	6

De seguida, surgem os "Outros Serviços" que incluem, para além do Serviço de Socorros a Náufragos, um conjunto de actividades relacionadas com acidentes nos diversos meios de transporte, bem como de outros acidentes, como sejam inundações, desabamentos de terras, socorros a animais, etc., com cerca de 13% e que corresponderam a 378 mil acções. Neste tipo de serviço, as regiões dos Açores e do Algarve destacaram-se da média nacional: enquanto que nos Açores, o peso registado nesta rubrica foi perto dos 30%, no Algarve a sua importância relativa não foi além dos 8%.

Figura 77 - Número de combates a incêndios, desenvolvidos pelos Corpos de Bombeiros, por região



Em 1999, ocorreram em Portugal perto de 90 mil incêndios, dos quais 53 mil foram identificados como sendo incêndios florestais (59% do total). As regiões do Norte e do Centro foram as mais afectadas com 26 mil e 15 mil incêndios florestais, correspondendo, em ambas as regiões, a 71% do total dos incêndios. De seguida, surge a região de Lisboa e Vale do Tejo com cerca de 9 mil incêndios florestais registados.

No que se refere ao pessoal no activo ao serviço dos Corpos de Bombeiros, colaboraram, em 1999, 41202 pessoas. Destes, 90% eram do sexo masculino e 10% do sexo feminino. Foi nas regiões do Algarve e de Lisboa e Vale do Tejo que se verificou a maior participação feminina; com 16%, para a primeira região e 13%, para a segunda.

Cerca de 17% dos bombeiros prestaram, em 1999, serviço remunerado.

Figura 78 - Pessoal ao serviço dos Corpos de Bombeiros, por regiões, segundo o sexo

1999

Unidade: N.º

Regiões	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Portugal	41 202	37 143	4 059
Norte	13 538	12 606	932
Centro	10 872	9 865	1 007
Lisboa e Vale do Tejo	11 181	9 736	1 445
Alentejo	3 166	2 779	387
Algarve	1 317	1 111	206
Açores	560	538	22
Madeira	568	508	60

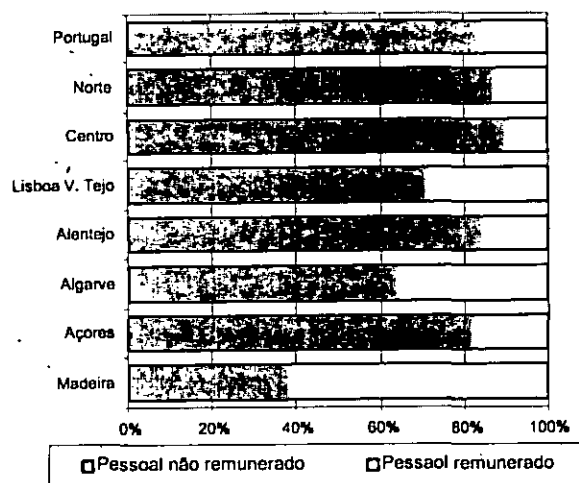
Relativamente ao tipo de prestação de serviço, 83% dos bombeiros prestavam serviço não remunerado, dos quais 91% eram constituídos por homens e 9% por mulheres, e 17% dos bombeiros prestavam serviço remunerado. Do pessoal remunerado, 88% eram do sexo masculino e 12% do sexo feminino.

As regiões de Lisboa e Vale do Tejo (42%), do Norte (24%) e do Centro (15%) foram aquelas em que o número de bombeiros remunerados foram os mais significativos, tendo, em conjunto, somado 81% do total.

Analisando em termos de distribuição geográfica e por tipo de serviço prestado, verifica-se que a região da Madeira se destacou das restantes, pelo facto de 58% do seu pessoal no activo, em 1999, ser remunerado. De seguida, surgem as regiões do Algarve e de Lisboa e Vale do Tejo, com 32% e 26%, respectivamente.

Figura 79 - Pessoal no activo ao serviço dos Corpos de Bombeiros, por regiões, segundo o tipo de prestação de serviço

1999



Nas regiões do Norte e do Centro, o peso dos bombeiros não remunerados era bastante significativo, com cerca de 88% para a primeira região, e 91% para a segunda.

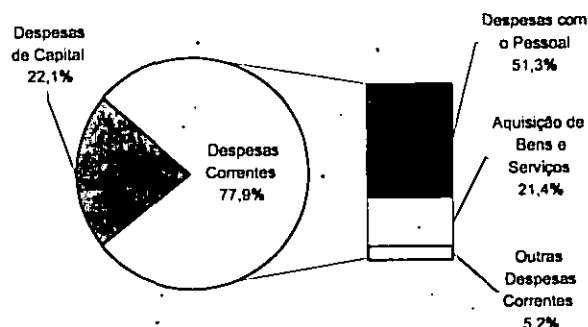
Em 1999, as despesas dos Corpos de Bombeiros atingiram 43 milhões de contos (+8% em relação ao ano anterior), dos quais 78% corresponderam a "Despesas Correntes" e 22% a "Despesas de Capital". O ritmo de crescimento foi distinto, pois as "Despesas de Capital" aumentaram 16% enquanto as "Despesas Correntes" subiram apenas 6%.

Nas "Despesas Correntes", as rubricas mais significativas foram "Despesas com o Pessoal" e "Aquisição de Bens e Serviços", com 51% e 21%, respectivamente. Pelo lado das "Despesas de Capital", a parcela mais representativa coube a "Investimentos" (21%).

Comparativamente a 1998, as principais variações ocorreram nas "Despesas com o Pessoal" e nos "Investimentos" com acréscimos na ordem dos 8% e 14%, respectivamente.

Figura 80 - Despesas dos Corpos de Bombeiros, por agregados económicos

1999



A nível regional, as despesas dos Corpos de Bombeiros incidiram, sobretudo, nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Norte e Centro que, em conjunto, totalizaram 35 milhões de contos e que representaram 83% do total das despesas destas instituições.

Acréscimo de 8% nas despesas dos Corpos de Bombeiros em 1999.

Figura 81 - Despesas dos Corpos de Bombeiros, por regiões, segundo os agregados económicos

Unidade: 10⁶ Esc

Regiões	Agregados económicos			
	1998		1999	
	Despesa total	Despesas correntes	Despesa total	Despesas correntes
Portugal	39 459	31 301	42 758	33 289
Norte	10 069	7 596	10 999	8 052
Centro	6 716	4 644	7 406	5 311
Lisboa e Vale do Tejo	16 252	13 574	16 980	14 326
Alentejo	3 038	2 341	3 104	2 340
Algarve	1 861	1 678	2 197	1 850
Açores	484	333	896	353
Madeira	1 040	935	1 176	1 053

Na região de Lisboa e Vale do Tejo, as rubricas económicas mais relevantes foram "Despesas com o Pessoal" com 59% e "Aquisição de Bens e Serviços", com 21%. Nas regiões do Norte e do Centro, a situação foi ligeiramente diferente: para a região Norte, 47% dos gastos foram para as "Despesas com o Pessoal" e 25% para os "Investimentos"; para a região Centro, os valores apurados foram 45% para a primeira rubrica e 26% para a segunda.

Face a 1998, a principal variação ocorreu na região dos Açores com um acréscimo de 85% nas despesas, com especial incidência para os "Investimentos", que aumentaram 263%.

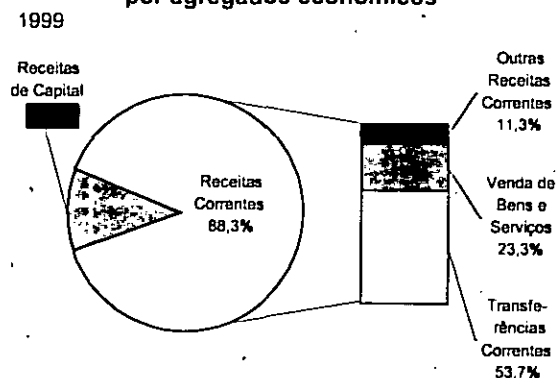
As receitas destas instituições registaram, em 1999, um aumento de 11%, tendo atingido 44 milhões de contos (39 milhões de contos em 1998).

As "Receitas Correntes" representaram 88% do total, enquanto que a participação das "Receitas de Capital" foi apenas de 12%.

É significativa a parte da despesa financiada pelas "Transferências Correntes" (54%) e pela "Venda de Bens e Serviços" (23%), situação bastante diferente do verificado em 1998, ano em que as rubricas mais importantes foram as mesmas, mas com importância invertida (58% e 29%, respectivamente).

Para o financiamento das actividades dos Corpos de Bombeiros é de salientar a importância dos fundos oriundos das Administrações Central, Regional e Local, feitas através das "Transferências", quer "Correntes" quer de "Capital", por parte destes subsectores institucionais. Em 1999, as "Transferências" da Administração Central e as da Administração Regional e Local totalizaram 26 milhões de contos, representando 59% do total das receitas. Por sua vez, o sector privado, constituído por Empresas e por Particulares, contribuiu com cerca de 2 milhões de contos.

Figura 82 - Receitas dos Corpos de Bombeiros, por agregados económicos



Em termos de distribuição geográfica, as receitas da região de Lisboa e Vale do Tejo registaram um aumento de apenas 6%, não deixando, no entanto, de ser a região mais beneficiada em termos de recursos financeiros. A região Norte continua a ser a segunda região do País com mais receitas, tendo recebido 11 milhões de contos, o que correspondeu a um acréscimo de 13% em relação ao ano anterior.

Figura 83 - Receitas dos Corpos de Bombeiros, por regiões, segundo os agregados económicos

Unidade: 10⁴ Esc

Regiões	Agregados económicos			
	1998		1999	
	Total de receitas	Receitas correntes	Total de receitas	Receitas correntes
Portugal	39 441	35 104	43 625	38 509
Norte	10 053	8 825	11 320	9 945
Centro	6 807	5 808	7 475	6 470
Lisboa e Vale do Tejo	16 185	14 693	17 118	15 737
ALENTEJO	3 077	2 769	3 313	2 913
Algarve	1 930	1 633	2 304	2 093
Açores	552	356	1 097	404
Madeira	838	821	999	947

A região dos Açores apresentou uma variação positiva de 99%, com realce para as "Transferências Correntes e de Capital" da Administração Regional e Local, que totalizaram 945 mil contos, correspondentes a 86% das receitas.

As principais fontes de financiamento da região de Lisboa e Vale do Tejo, em 1999, foram provenientes das "Transferências Correntes e de Capital" das Administrações Central,

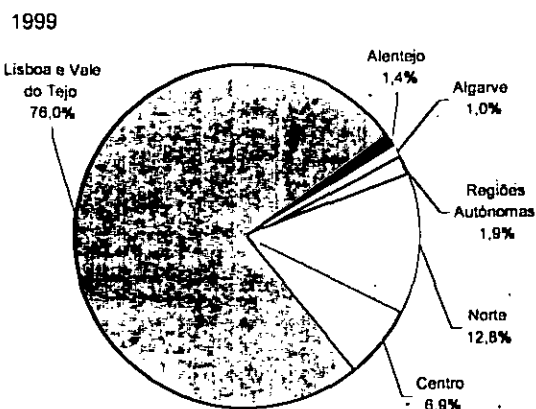
“Venda de Bens e Serviços” (4 milhões de contos), tendo correspondido a 84% do total das receitas da região.

Relativamente à região Norte, a estrutura de financiamento é muito semelhante à de Lisboa e Vale do Tejo com as “Transferências Correntes e de Capital” das Administrações Central, Regional e Local a somarem 6 milhões de contos e a contribuição de 3 milhões de contos por parte da “Venda de Bens e Serviços” representando, no conjunto, 81% das receitas.

3.2. Organizações Não Governamentais de Ambiente

Em 1999, as Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA) tiveram no sector privado (Famílias e Empresas) a sua principal fonte de associados, tendo atingido perto dos 100%. Esta importância relativa, verificou-se em todas as regiões do País.

Figura 84 - Associados das Organizações não Governamentais de Ambiente, por regiões



Do total de associados do País, cerca de 76% estavam concentrados na região de Lisboa e Vale do Tejo, enquanto que as regiões do Norte e do Centro detinham 13% e 7%, respectivamente.

As actividades desenvolvidas por estas Organizações de Ambiente totalizaram, em 1999, 6179 acções. Os “Passeios de Natureza” (38%) e as “Acções de Sensibilização Pública” (37%) foram as actividades mais importantes, tendo somado, em conjunto, 75% do total. Das restantes actividades consideradas, as “Publicações, Estudos Técnicos e Acções de Formação” e os “Congressos, Colóquios, Exposições e Cooperação Integrada Internacional” contribuíram com 7% e 6%, respectivamente.

As ONG de Ambiente realizaram, cerca de 2300 acções de sensibilização pública, durante 1999.

Figura 85 - Actividades desenvolvidas pelas Organizações não Governamentais de Ambiente, por regiões

1999

Unidade: Nº

Regiões	Actividades desenvolvidas				
	Total	Publicações, Estudos Técnicos e Acções de Formação	Acções de Sensibilização Pública	Passeios de Natureza	Outras
Portugal	6 179	414	2 276	2 375	1 114
Norte	787	92	367	163	165
Centro	2 312	102	1 106	1 023	79
Lisboa e Vale do Tejo	2 264	154	526	980	604
Alentejo	232	12	90	97	33
Algarve	281	29	132	35	85
Açores e Madeira	303	25	53	77	148

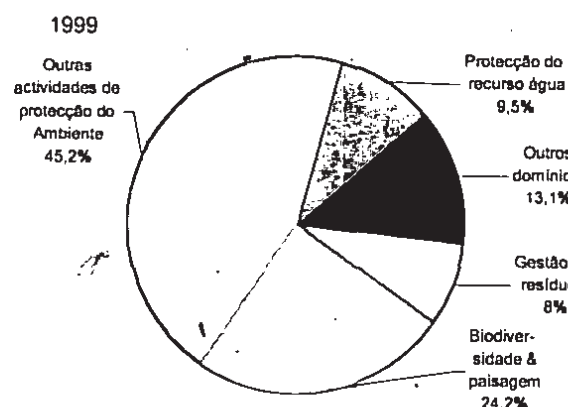
Analisando a distribuição regional das actividades desenvolvidas por estas organizações, constata-se que as regiões do Centro e de Lisboa e Vale do Tejo foram as mais activas com 2312 e 2264 acções realizadas, representando, em conjunto, 74% do total. Na região do Centro, as principais actividades realizadas foram as “Acções de Sensibilização Pública” (48%) e os “Passeios de Natureza” (44%), sucedendo o mesmo na região de Lisboa e Vale do Tejo mas de ordem inversa: os “Passeios de Natureza” contribuíram com 43% enquanto que as “Acções de Sensibilização Pública” participaram com 23%.

Das restantes actividades, as "Publicações, Estudos Técnicos e Acções de Formação" e os "Congressos, Colóquios, Exposições e Cooperação Integrada Internacional" realizaram-se maioritariamente na região de Lisboa e Vale do Tejo.

Em 1999, apenas 5% das pessoas ao serviço das ONGA, prestaram serviço remunerado.

Relativamente à afectação das actividades por domínios de gestão e protecção do ambiente, os domínios "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" (2859 acções), "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" (2069 acções), "Protecção do Recurso Água" (459 acções) e "Gestão dos Resíduos" (288 acções) foram os mais relevantes.

Figura 86 - Peso das actividades desenvolvidas pelas ONGA, por domínios de gestão e protecção do ambiente



Tendo em conta a importância das actividades desenvolvidas, ou seja, o valor das rubricas económicas como as "Despesas com o Pessoal" e a "Aquisição de Bens e Serviços", de cada actividade realizada, verifica-se que o domínio "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" foi o que mais esforço financeiro exigiu das Organizações Ambientais com cerca de 45% do total, seguido pelo domínio "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" com 24%.

Para o desenvolvimento das actividades das Organizações Não Governamentais de

Ambiente, colaboraram, ao longo do ano de 1999, **7570** pessoas, das quais 95% sob a forma de prestações de serviço não remuneradas e apenas 5% como prestações remuneradas. Do total de pessoas remuneradas e de acordo com as categorias funcionais utilizadas no Balanço Social do Ministério do Trabalho e Solidariedade, 12% eram Dirigentes, 51% correspondiam a "Quadros e Técnicos Superiores e Médios" e 37% pertenciam à categoria de "Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços".

Figura 87 - Pessoal das Organizações não Governamentais de Ambiente, por regiões, segundo o regime de prestação de serviço

1999

Unidade: Número médio de pessoas

Regiões	Pessoal		
	Total	Remunerado	Não remunerado
Portugal	4 420	364	4 056
Norte	436	51	385
Centro	1 283	126	1 157
Lisboa e Vale do Tejo	2 444	117	2 327
Alentejo	96	45	51
Algarve	24	5	19
Açores e Madeira	137	20	117

Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente, 1998-1999.

(*) Dados actualizados em 20-02-2009.

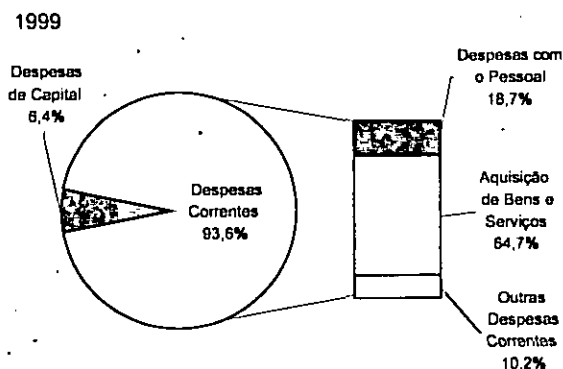
Numa análise a nível regional do pessoal ao serviço das Organizações de Ambiente, constata-se que a região de Lisboa e Vale do Tejo detinha cerca de 76% do total, maioritariamente pessoal não remunerado (98%). Por outro lado, no Alentejo, com apenas 1% das pessoas a nível nacional, 59% dos colaboradores prestavam serviço remunerado e eram constituídos por 14 "Quadros e Técnicos Superiores", 2 "Quadros e Técnicos Médios" e por 20 "Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços".

No entanto, a região de Lisboa e Vale do Tejo possuía o maior contingente em termos de pessoal remunerado, com 37% do País (19 "Dirigentes", 61 "Quadros, Técnicos Superiores e Médios" e 54 "Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços"), seguida de muito

perto pela região do Centro com 32% (24 "Dirigentes", 77 "Quadros e Técnicos Superiores e Médios" e 17 "Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços").

Em 1999, as Organizações Não Governamentais de Ambiente despenderam **1,3 milhões de contos**, dos quais 94% corresponderam a Despesas Correntes e 6% a Despesas de Capital.

Figura 88 - Despesas das ONGA, por agregados económicos



A rubrica "Aquisição de Bens e Serviços" foi a mais importante, com 65% do total da despesa, seguida das "Despesas com o Pessoal" com cerca de 19%.

A nível regional, as Organizações Não Governamentais de Ambiente sediadas na região de Lisboa e Vale do Tejo foram as mais significativas, tendo despendido 44% do total das despesas em actividades relacionadas com o ambiente. De seguida, surgem as regiões do Alentejo e do Norte com 21% e 17%, respectivamente.

Figura 89 - Despesas das Organizações não Governamentais de Ambiente, por regiões, segundo os agregados económicos

1999 Unidade: 10⁶ Esc

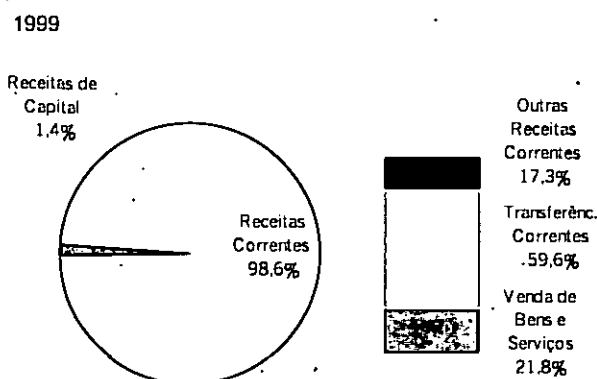
Regiões	Agregados económicos		
	Total	Despesas correntes	Despesas de capital
Portugal	1 341	1 255	86
Norte	232	227	6
Centro	186	183	3
Lisboa e Vale do Tejo	591	570	21
Alentejo	278	226	52
Algarve	26	26	0
Açores e Madeira	27	24	3

As despesas da região de Lisboa e Vale do Tejo incidiram, sobretudo, na rubrica "Aquisição de Bens e Serviços" (65%), "Despesas com o Pessoal" (17%) e "Outras Despesas Correntes" (14%). Na região do Alentejo a repartição das despesas foi para a "Aquisição de Bens e Serviços" (64%), "Investimentos" (19%) e "Despesas com o Pessoal" (16%).

Despesas das ONGA atingiram, em 1999, 1,3 milhões de contos.

As receitas destas Organizações totalizaram **1,5 milhões de contos**, quase na sua totalidade respeitantes a "Receitas Correntes" (98,6%). Destas, cerca de 60% foram provenientes de "Transferências Correntes", nas quais se destacam as da Administração Central e as da Administração Regional e Local com 34% e 14%, respectivamente. De seguida, surge a "Venda de Bens e Serviços" com 22%.

Figura 90 - Receitas das ONGA, por agregados económicos



Em termos de distribuição geográfica, as receitas das Organizações Não Governamentais de Ambiente concentraram-se, sobretudo, na região de Lisboa e Vale do Tejo com 47%, seguindo-se o Norte (20%) e o Alentejo (17%), cabendo às restantes regiões uma participação de apenas 16%.

Analisando detalhadamente algumas regiões do País e as suas fontes de financiamento, verifica-se que nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte, as receitas tiveram origem em várias fontes, nomeadamente, "Transferências Correntes" (49% para a primeira região e 50% para a segunda), "Venda de Bens e Serviços" (34% para Lisboa e Vale do Tejo e 15% para o Norte) e "Contribuições Directas dos Associados", com 8% e 7%, respectivamente.

Por outro lado, na região do Alentejo cerca de 96% das receitas obtidas foram provenientes das "Transferências Correntes", nomeadamente da Administração Central (73%) e da Administração Regional e Local (15%).

Dentro das "Transferências Correntes", as oriundas do sector privado (Empresas, Instituições Particulares e Famílias) totalizaram, em 1999, 105 mil contos e contribuíram com 7% do total das receitas. A região de Lisboa e Vale do Tejo foi a mais beneficiada com esta fonte de financiamento, tendo obtido 61 mil contos que, juntamente com as "Transferências" recebidas do Exterior (65 mil contos), asseguraram cerca de 18% das suas receitas.

Figura 91 - Receitas das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por região, segundo os agregados económicos

1999

Unidade: 10³ Esc

Regiões	Agregados económicos		
	Total	Receitas correntes	Receitas de capital
Portugal	1 466	1 446	20
Norte	287	280	8
Centro	194	193	1
Lisboa e Vale do Tejo	682	671	12
Alentejo	241	241	-
Algarve	26	25	-
Açores e Madeira	35	35	0

4. METODOLOGIAS, CONCEITOS E NOMENCLATURAS

4. METODOLOGIAS, CONCEITOS E NOMENCLATURAS

4.1. Metodologias

4.1.1. Administrações Públicas

Os sectores institucionais adoptados pelo Sistema de Contas Nacionais, como unidades estatísticas fundamentais, caracterizam-se pelo seu comportamento e autonomia de decisão. Às Administrações Públicas compete a produção de serviços não mercantis destinados à colectividade, bem como, a realização de operações de redistribuição do rendimento e das riquezas nacionais. O sistema de Contabilidade Nacional em vigor na União Europeia considera o sector institucional "Administrações Públicas" dividido em sub-sectores, dos quais se destacam a Administração Central, a Administração Regional, a Administração Local e a Segurança Social.

Segundo o "Sistema Europeu de Recolha de Informação Económica sobre o Ambiente" (SERIEE), as unidades consideradas no sector institucional Administrações Públicas, cuja função principal é a gestão e protecção do ambiente, podem dividir-se em duas categorias: produtores característicos especializados e não especializados. Identificam-se na primeira categoria as unidades que produzem serviços não mercantis directamente ligados à gestão e protecção do ambiente. Na segunda categoria, ou seja, nos produtores característicos não especializados, consideram-se as unidades que prestam serviços de gestão e protecção do ambiente, como actividade auxiliar de uma actividade principal, secundária ou única não característica, e nas quais se incluem as

unidades correspondentes às Administrações Públicas (Central, Regional e Local e respectivas Instituições Sem Fins Lucrativos).

A recolha de dados relativos à despesa das Administrações Públicas em gestão e protecção do ambiente provém de várias fontes, nomeadamente da Conta Geral do Estado, Contas das Regiões Autónomas e Contas de Gerência de alguns Serviços e Fundos Autónomos, bem como de inquéritos realizados junto de unidades estatísticas dos sectores em observação.

São utilizadas as nomenclaturas inerentes ao Sistema de Contabilidade Nacional, à Classificação Económica das Receitas e das Despesas Públicas, à Classificação Estatística Europeia das Actividades e Equipamentos de Protecção do Ambiente para a classificação dos domínios de gestão e protecção do ambiente e, ao SERIEE.

4.1.1.1. Administração Central

Em Portugal, a Administração Central é um dos principais sectores institucionais responsáveis por significativos fluxos financeiros na área de gestão e protecção do ambiente. Englobando o Estado e demais organismos centrais, a sua competência exerce-se a nível nacional, incluindo igualmente alguns organismos autónomos que, embora exercendo a actividade a nível local, constituem meios de acção da Administração Central e são por esta financiados a título principal.

Para a recolha de dados financeiros consideraram-se as unidades pertencentes aos sub-sectores institucionais: Estado e Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central. Deste modo, foram analisadas a Conta Geral

do Estado e as Contas de Gerência de algumas instituições deste nível de administração.

4.1.1.2. Administração Regional

A Administração Regional reúne os Órgãos dos Governos Regionais (Açores e Madeira) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional. Foi recolhida informação com base nas Contas das Regiões e nas Contas de Gerência dos Serviços e Fundos Autónomos seleccionados.

4.1.1.3. Administração Local

A Administração Local reúne diversos órgãos dos quais se destacam – os Municípios, os Serviços Autónomos da Administração Local e as Instituições Sem Fins Lucrativos (ISFL) da Administração Local. Estas últimas, de acordo com o sistema de informação definido pelo Serviço de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT) para o ambiente, têm um tratamento individualizado, agrupando as ISFL da Administração Central e Local.

Face às características dos dados a recolher, considerou-se que a recolha dos dados físicos e económicos do Inquérito ao Ambiente deveria ser de âmbito nacional, exhaustiva (totalidade das câmaras municipais), postal e com periodicidade anual.

4.1.1.3.1. Dados físicos

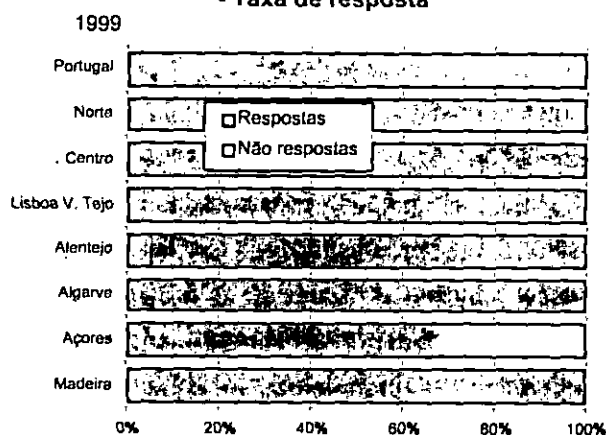
Os dados físicos recolhidos pelo "Inquérito ao Ambiente – Caracterização do Saneamento Básico" permitem analisar as situações concelhias de todo o País quanto à

disponibilização às populações, de sistemas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e de recolha, reciclagem, deposição e tratamento de resíduos sólidos.

As edições do "Inquérito ao Ambiente – Caracterização do Saneamento Básico", referentes a 1997, 1998 e 1999, foram ligeiramente simplificadas em termos do número de variáveis a inquirir, mantendo, no entanto a mesma estrutura relativamente ao ano de 1996.

A taxa de resposta ao inquérito de 1999 foi de 97%, correspondendo a 300 respostas das 308 Câmaras Municipais consideradas. Destaca-se a cobertura total das regiões do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo, do Algarve e da Madeira.

Figura 92 - Inquérito ao Ambiente - Caracterização do Saneamento Básico - Taxa de resposta



Relativamente aos novos concelhos – Odivelas, Trofa e Vizela – os dados estão ainda incluídos nos concelhos de "origem".

Com o objectivo de dispor de dados globais, considerou-se que para as respostas em falta não haveria alterações a registar relativamente a 1998, pelo que se utilizaram os dados referentes àquela edição, excepto para a população residente que foi actualizada de

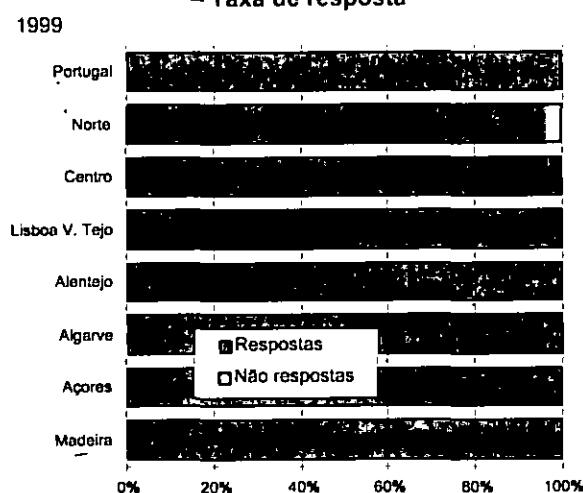
acordo com as estimativas de 30 de Junho de 1999.

4.1.1.3.2. Dados económicos

A partir da presente edição, dá-se início a uma nova série de dados económicos em que são apenas recolhidas informações respeitantes às receitas e despesas efectuadas pelos serviços municipais, deixando de fora do âmbito os serviços municipalizados que estavam incluídos até à edição de 1998. A partir do ano de 2000, a informação relativa aos serviços municipalizados passará a ser recolhida no âmbito de outro projecto estatístico relacionado com actividades de protecção ambiental.

Nas edições de 1998 e de 1999 do "Inquérito ao Ambiente – Financiamento das Actividades de Gestão e Protecção", o questionário foi simplificado, tendo sido suprimida a inquirição de 13 sub-domínios de gestão e protecção do ambiente mantendo, no entanto, a mesma estrutura face ao ano de 1997.

Figura 93 – Inquérito ao Ambiente – Financiamento das actividades de gestão e protecção do ambiente das câmaras municipais – Taxa de resposta



Relativamente aos novos concelhos, apenas os dados do município de Odivelas estão ainda incluídos no concelho de "origem".

No inquérito destinado às Câmaras Municipais obteve-se uma taxa de resposta de 99% (correspondente a 305 respostas dos 308 Câmaras Municipais inquiridas), sendo de destacar a cobertura total das regiões do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo, do Algarve, dos Açores e da Madeira.

Com o objectivo de assegurar a coerência da série de dados estatísticos, a informação em falta foi estimada através do cálculo de índices de valor para as receitas e para as despesas, desagregadas em correntes e de capital, e sua aplicação aos dados de 1998, para a Administração Local (Estimativa das Contas do Sector Público Administrativo 1998-1999).

4.1.2. Empresas

Sobre as empresas apresentam-se dados resultantes de duas operações estatísticas. Os dados referem-se a 1999 no caso do "Inquérito às Empresas – Actividades de Gestão e Protecção do Ambiente", e a 1998 no caso do "Inquérito às Eco-empresas".

4.1.2.1. Actividades de gestão e protecção do ambiente desenvolvidas pela Indústria

O "Inquérito às Empresas - Gestão e Protecção do Ambiente", tem a sua génese em 1995 com a recolha de informação relativa a 1994, sobre as maiores empresas da Indústria e Construção (empresas com 100 ou mais pessoas ao serviço).

Os sectores económicos observados são, desde a edição de 1998 os correspondentes às seguintes secções da CAE Rev. 2: C - Indústria

extractiva; D - Indústria Transformadora e E - Produção e distribuição de electricidade, gás e água.

Para além de referências metodológicas do EUROSTAT, este inquérito decorre da aplicação do Regulamento CE Nº 58/97 de 20 de Dezembro de 1996, sobre as Estatísticas Estruturais das Empresas, em particular no que se refere às variáveis de ambiente – *21 11 0 investimento em equipamentos e instalações fim-de-linha destinados ao controlo e redução da poluição; 21 12 0 investimentos em equipamentos limpos integrados e reconversão para processos limpos; 21 14 0 despesas correntes em actividades de controlo e redução da poluição*. Desta forma, o inquérito incide sobre as actividades económicas industriais consideradas mais “agressivas” para o ambiente e, como tal, susceptíveis de gerar a maior parte e os mais significativos investimentos em actividades de protecção ambiental, no que se refere à esfera da iniciativa empresarial.

Face às recentes alterações no Regulamento CE Nº 58/97, no que se refere às estatísticas sobre as variáveis de ambiente, revelou-se necessário antecipar um conhecimento mais alargado sobre o conjunto das actividades económicas abrangidas, no sentido de preparar a aplicação efectiva e uma melhor resposta às exigências de informação no âmbito da União Europeia. Desta forma, realça-se como principais diferenças do presente inquérito o alargamento da amostra ao total das empresas pertencentes aos sectores de actividade abrangidos e a recolha de dados sobre pessoas ao serviço das empresas que se ocupam com as actividades de protecção ambiental, em particular com a introdução de contagem destes recursos humanos com base

na noção de pessoas “equivalentes a tempo completo”.

Com o alargamento do inquérito às empresas de menor dimensão, os dados estimados são representativos para o conjunto dos sectores de actividade abrangidos, no que se refere ao esforço financeiro suportado na luta que desenvolvem contra a poluição. Tendo em conta os erros estatísticos associados, alerta-se para algumas reservas na interpretação dos resultados, tendo sido omitidas as estimativas com erro superior a 20%.

Para selecção do universo das unidades estatísticas a inquirir foi utilizado o Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas do INE; o processo de selecção obedeceu à seguinte metodologia:

Base de amostragem: Tendo em conta o universo de referência do “Inquérito à Empresa Harmonizado 1999”, foram consideradas todas as empresas com uma ou mais pessoas ao serviço e classificadas nos seguintes sectores da CAE-Rev.2 - Indústrias Extractivas (Secção C), Indústrias Transformadoras (Secção D, excepto Divisão 37) e Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água (Secção E). Foram ainda excluídas do âmbito do inquérito as unidades relativas aos empresários em nome individual e as empresas com menos de 20000 contos de volume de negócios, pertencentes ao agregado com menos de 20 pessoas ao serviço.

Estratificação: O universo foi estratificado de acordo com as variáveis actividade económica, região e dimensão, medida pelo número de pessoas ao serviço, atendendo aos seguintes critérios:

CAE: Desagregação ao nível do 2º dígito – (Divisão).

NUTS: Nível II da nomenclatura, representando as sete regiões do país - Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira..

EPS: Consideraram-se os seguintes escalões:

- (1) 1 a 19 pessoas ao serviço;
- (2) 20 a 49 pessoas ao serviço;
- (3) 50 a 99 pessoas ao serviço;
- (4) 100 a 249 pessoas ao serviço;
- (5) 250 a 499 pessoas ao serviço;
- (6) 500 a 999 pessoas ao serviço;
- (7) 1000 ou mais pessoas ao serviço.

Para efeitos de selecção da amostra, consideraram-se para inquirição exhaustiva os estratos correspondentes às empresas com 50 ou mais pessoas ao serviço.

Repartição da amostra: O número de unidades a inquirir por estrato, com base na variável volume de negócios, foi obtido segundo a seguinte fórmula:

$$n_h = \frac{N_h S_h \sqrt{X_h}}{\sum_{i=1}^H N_i S_i \sqrt{X_i}} \times n, \quad h = 1, 2, \dots, H$$

em que:

h índice de estrato;

n_h dimensão da amostra, no estrato h ;

N_h dimensão do universo, no estrato h ;

S_h desvio padrão da variável volume de negócios, no estrato h ;

X_h total da variável volume de negócios, no estrato h ;

n dimensão total da amostra;

H número total de estratos, no universo.

Seleccção da amostra: As empresas foram ordenadas por ordem crescente da variável volume de negócios e depois seleccionadas, em cada estrato, de modo sistemático, com intervalo de selecção dado pelo quociente entre a dimensão do estrato (N_h) e a dimensão da amostra que nele se pretendia inquirir (n_h). A selecção da amostra, por estrato, foi feita por um processo de selecção sistemática, considerando a parte inteira do intervalo de selecção no estrato:

$$I_h = \frac{N_h}{n_h}$$

e como ponto de partida um ponto aleatório no intervalo $[1; I_h]$.

Estimadores: O estimador do total da variável X , para cada estrato, é dado por:

$$\hat{X}_h = \frac{N_h}{n_h} \sum_{i=1}^{n_h} x_{ih}, \quad \text{com } i=1, 2, \dots, n_h \text{ onde:}$$

h índice de estrato;

N_h dimensão do universo no estrato h ;

n_h número de empresas da amostra que responderam ao inquérito;

x_{ih} valor da variável X , da empresa i , no estrato h ;

$\frac{N_h}{n_h}$ coeficiente de extrapolação.

O estimador do total da variável X , para uma agregação de estratos, é a soma dos estimadores dos totais em cada estrato, dado por:

$$\hat{X} = \sum_h \hat{X}_h$$

onde $\hat{X}_h$ representa o estimador da variável X , nos estratos h , que se agregaram.

O estimador da variância do total, é dado por:

$$\hat{Var}(\hat{X}) = \sum_{h=1}^H \frac{N_h}{n_h} (N_h - n_h) s_h^2$$

sendo,

$$s_h^2 = \frac{1}{n_h - 1} \sum_{i=1}^{n_h} (x_{hi} - \bar{x}_h)^2$$

a variância calculada a partir dos valores da amostra, para cada um dos estratos.

Coeficiente de variação: O coeficiente de variação (C.V.) de um estimador é medido em termos relativos e é dado pelo quociente entre o desvio padrão do estimador e o valor do parâmetro a estimar. No caso do estimador do total ($\hat{X}$), o C.V. (em %) é dado por:

$$C.V.(\hat{X}) = \frac{\sqrt{\hat{Var}(\hat{X})}}{\hat{X}} \cdot 100\%$$

Ao calcular-se o coeficiente de variação de uma estimativa pode construir-se um intervalo de valores que apresenta uma certa confiança, medida em termos de probabilidade, de conter o verdadeiro valor que se pretende estimar.

Segundo a teoria da amostragem, os limites do intervalo de confiança são:

- $[\hat{X} \pm C.V.(\hat{X}) \cdot \hat{X}]$, para um nível de confiança de 68%;
- $[\hat{X} \pm 1,96 \times C.V.(\hat{X}) \cdot \hat{X}]$, para um nível de confiança de 95%.

Procurando garantir um equilíbrio entre a disponibilização da informação e o rigor da mesma, não se disponibilizam as estimativas com um erro associado superior a 20%.

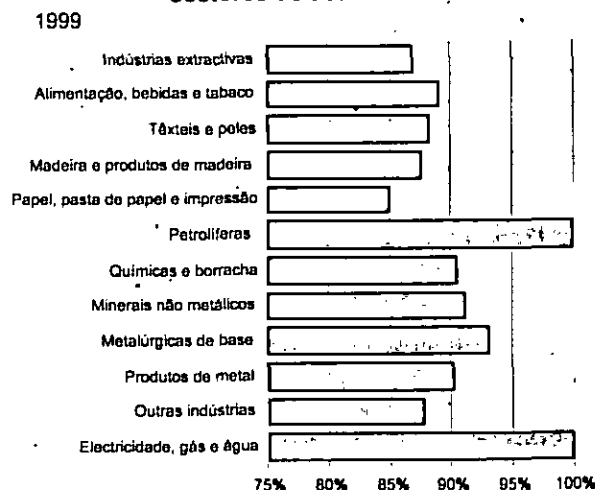
O preenchimento dos campos de natureza contabilística foi feito com base nas indicações contidas no Plano Oficial de Contabilidade (POC).

A taxa de resposta global situou-se nos 90%. Ao nível das regiões NUTS II, as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores registaram as taxas de resposta mais baixas, respectivamente 71% e 65%.

Tratamento de não respostas: O tratamento de não respostas correspondeu à imputação da média das respostas obtidas em cada estrato. Este método simplificou o processo de cálculo de estimativas dos totais, tendo em conta que é um processo equivalente a considerar no estimador do total da variável X no estrato – dado por:

$$\hat{X} = \sum_{i=1}^{n_{ikj}} \frac{N_{ikj}}{n_{ikj}} \cdot X_{ikji}$$

apenas o total de empresas que responderam ao inquérito e que corresponde ao denominador n_{ikj} .

Figura 94 - Taxa de resposta das empresas, por sectores de actividade

4.1.2.2. Eco-empresas

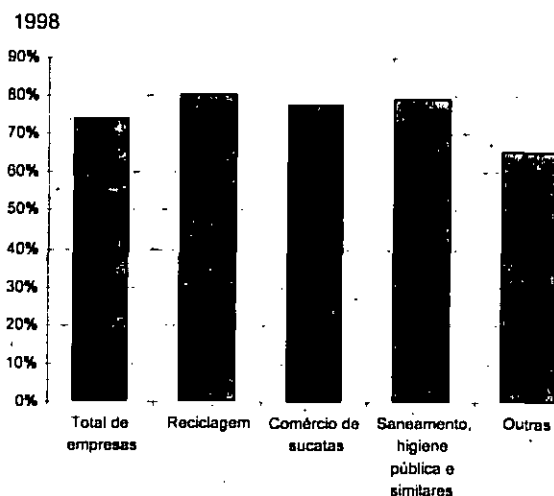
O “Inquérito às Eco-empresas” (IEE) visa caracterizar as áreas - domínios de protecção do ambiente - em que actuam os produtores de bens, serviços e tecnologias de defesa do ambiente. Desta forma, compreende as actividades que produzem bens e serviços com o fim de medir, prevenir, reduzir ou corrigir os desgastes provocados ao ambiente, como por exemplo a poluição da água, do ar, dos solos, a gestão de resíduos, a poluição sonora e as ameaças aos mais variados ecossistemas.

O sistema de informação a estabelecer, iniciado com uma primeira observação estatística sobre o ano de 1996, visa avaliar o volume de negócios do mercado de bens e serviços de natureza ambiental. Com esta observação pretende-se caracterizar os principais sectores de actividade económica emergentes e identificar as áreas de mercado relacionadas com o ambiente. O emprego foi outro dos elementos avaliados, designadamente através da caracterização do pessoal ao serviço nestas actividades, de acordo com categorias funcionais e níveis de formação académica.

Face à noção de Eco-empresa e às recomendações comunitárias, as actividades de “Reciclagem” (CAE Rev. 2 – Divisão 37), “Comércio por grosso de desperdícios e sucatas” (CAE Rev. 2 – Classe 5157) e “Saneamento, higiene pública e actividades similares” (90.00), foram inquiridas de forma exhaustiva, pois são sectores que, no âmbito da CAE Rev. 2, são facilmente identificados e definidos como actividades económicas de protecção ambiental, sendo normalmente designados de actividades centrais da “Indústria de Ambiente”. Desta forma são diferenciados de outras empresas produtoras de bens e serviços de protecção ambiental, mas cujo sector económico não se entende, no seu todo, como o desenvolvimento de actividades de protecção ambiental. Daí a necessidade de ser efectuada uma pesquisa sobre outras actividades económicas, em particular da indústria transformadora, de modo a identificar potenciais produtores de bens e serviços, cuja natureza os remete para o âmbito do IEE.

Neste sentido, foram incluídas empresas especializadas em consultoria ambiental, empresas produtoras de equipamentos para recolha de resíduos e empresas ligadas ao aproveitamento das energias renováveis. Embora, no que diz respeito a estas últimas, o seu produto, a energia eléctrica, não possa considerar-se um produto com um fim de protecção do ambiente, a actividade destas empresas contribuem numa medida cada vez mais alargada para uma redução do desgaste ambiental provocado pela exploração e consumo das jazidas de petróleo e carvão. Entende-se que a produção de energia eléctrica por via do aproveitamento das energias renováveis é, comparativamente, uma forma menos poluente e com um impacto positivo sobre o ambiente.

Figura 95 - Taxa de resposta das eco-empresas, por sectores económicos



A taxa de resposta global situou-se nos 75%, o que corresponde a 581 eco-empresas. Do total de respostas obtidas, apenas 395 empresas (50%) foram consideradas com dados válidos para apuramento. Das restantes respostas obtidas, 56 empresas (7%) estavam juridicamente constituídas preparando o início da actividade económica ou tinham suspenso a actividade temporariamente. As restantes 127 empresas (16%), não foram consideradas válidas para apuramento por motivos de cessação definitiva de actividade e outros motivos.

4.1.3. Instituições Sem Fins Lucrativos

As ISFL da Administração Central e Local são constituídas por organismos dotados de personalidade jurídica, que exercem actividades não mercantis e cujos recursos provêm, na sua maioria, dos financiamentos do Estado, dos órgãos regionais ou dos municípios.

As instituições que desempenham papel activo na gestão e protecção do ambiente, foram

classificadas em "Associações e outras Entidades de Bombeiros" e em "Organizações Não Governamentais de Ambiente".

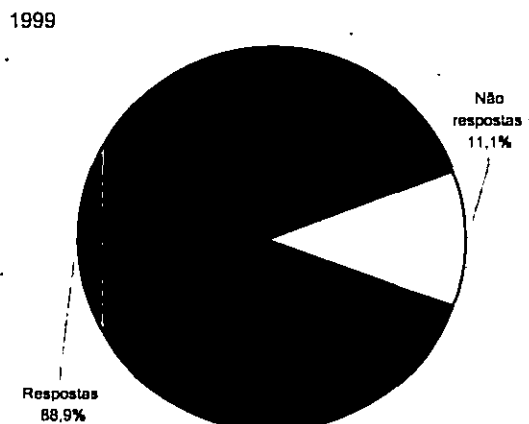
4.1.3.1. Associações e outras Entidades de Bombeiros

Dadas as actividades desenvolvidas por estas instituições na gestão e protecção do ambiente, cujo papel de combate aos fogos florestais é de importância vital para a conservação e protecção da natureza e das espécies, afigurou-se indispensável recolher directamente informação sobre as mesmas. Deste modo, com base no ficheiro cedido pelo Serviço Nacional de Bombeiros, o INE realizou um inquérito junto dos Corpos de Bombeiros, para recolha de dados físicos e financeiros relativos às actividades desenvolvidas.

As edições referentes a 1998 e 1999 do "Inquérito ao Ambiente - Acção dos Corpos de Bombeiros" sofreram ligeiras alterações face à de 1997, nomeadamente nos quadros dos recursos humanos e das despesas.

A taxa de resposta obtida na edição de 1999 foi de 89%, valor ligeiramente inferior ao alcançado em 1998 (90%).

Figura 96 - Inquérito ao Ambiente - Acção dos Corpos de Bombeiros - Taxa de resposta



Com o objectivo de dispor de dados globais, a informação em falta, face a 1998, foi estimada com recurso aos valores desse ano. Para o cálculo das receitas e das despesas foram utilizados os índices de valor para as receitas e para as despesas, desagregadas em correntes e de capital, da Administração Local (Estimativas das Contas do Sector Público Administrativo 1998 -1999).

4.1.3.2. Organizações Não Governamentais de Ambiente

Com a aprovação da Lei n.º 35/98, de 18 de Julho que define o estatuto das organizações não governamentais de ambiente, a designação de Associação de Defesa do Ambiente deu lugar à de Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA). Este conceito é já utilizado, a nível internacional, para designar grupos de cidadãos que desenvolvam acções de defesa do ambiente.

Neste diploma, o conceito de ONGA foi alargado a outras organizações que, embora não tenham sido constituídas exclusivamente para a defesa dos valores ambientais e do desenvolvimento sustentável, tenham esse objectivo como principal. Surge assim, a figura de "ONGA equiparada".

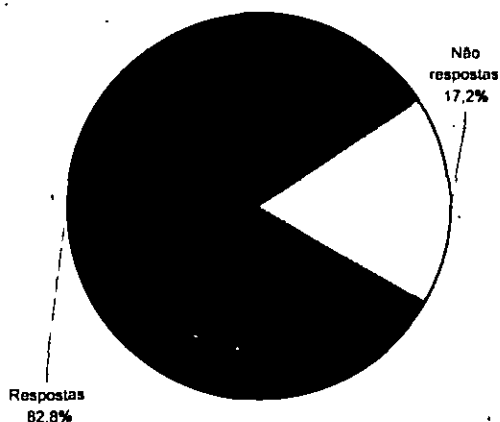
Tendo em conta as actividades desenvolvidas pelas ONGA, através de acções de sensibilização e de esclarecimento junto das populações, tornou-se necessário recolher directamente essa informação. Assim, com base no ficheiro cedido pelo Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB), responsável pela organização do Registo Nacional das ONGA e Equiparadas, realizou-se, um inquérito junto a estas organizações.

As Associações de Defesa do Ambiente inscritas no anterior registo junto do IPAMB transitaram para o novo registo nacional das ONGA e equiparadas desde que cumprissem os requisitos previstos na nova lei.

Nesta primeira edição do Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente, a taxa de resposta obtida foi de 83%.

Figura 97 - Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente
- Taxa de resposta -

1999



Com o objectivo de ultrapassar a ausência de informação das unidades estatísticas em falta, foi extraída uma amostra das organizações respondentes simultaneamente em 1998 e 1999, que permitiu o cálculo de índices de valor para as receitas e despesas, desagregadas em correntes e de capital, os quais foram posteriormente aplicados às não respondentes da presente edição. Para aquelas que não responderam na edição de 1998 e para as que se inscreveram pela primeira vez no registo nacional das ONGA e equiparadas, não foi feito nenhum tratamento de não-respostas.

4.2. Conceitos

Abastecimento de água: um sistema de abastecimento de água é um conjunto coerente de órgãos interligados que, no seu todo, tem como função fornecer água para consumo humano, em quantidade e qualidade adequadas. Consideram-se quantidade e qualidade adequadas aquelas que satisfazem as exigências quantitativas e qualitativas que são estabelecidas na normativa local e na legislação nacional aplicável. Na sua forma completa, um sistema de abastecimento de água é composto pelos seguintes órgãos: captação, estação elevatória, adutora, reservatório, rede de distribuição.

Actividade característica: considera-se qualquer actividade principal ou secundária, das unidades de produção especializadas na gestão e protecção do ambiente, ou actividade auxiliar de actividades consideradas principais ou secundárias, não ligadas à protecção do ambiente. Compreende as modificações integradas empreendidas, cujo principal objectivo é a gestão e protecção do ambiente. Os produtos das actividades características, são chamados "serviços característicos". Segundo a "Classificação Estatística Europeia das Actividades e Equipamentos de Protecção do Ambiente", repartem-se por nove domínios.

Actividades de gestão e protecção do ambiente: qualquer actividade que vise manter ou restabelecer pela prevenção, a limpeza do meio ambiente. Incluem-se igualmente, as actividades visando a conservação das espécies selvagens e do seu "habitat", a conservação dos "sítios", assim como, as actividades de investigação e desenvolvimento, de controle e análise das condições ecológicas.

Actividade principal: entende-se por actividade principal a de maior importância, medida pelo valor a preços de venda dos produtos vendidos ou produzidos ou dos serviços prestados no período de referência. Na impossibilidade da determinação do maior volume de vendas das actividades exercidas, considera-se como principal a que ocupa com carácter de permanência o maior número de pessoas ao serviço.

Actividade secundária: actividade exercida pela empresa ou estabelecimento para além da actividade principal.

Águas residuais: são águas usadas e que podem conter quantidades importantes de produtos em suspensão ou dissolvidos, com acção perniciosa para o ambiente. Não se consideraram as águas de arrefecimento.

Águas residuais tratadas: apenas se consideram águas residuais tratadas aquelas cujo tratamento é efectuado nas ETAR e nas fossas sépticas municipais.

Aquisição de bens e serviços: esta rubrica representa o valor de todos os bens (à excepção dos bens de capital fixo) e serviços comercializáveis, consumidos no decurso do período considerado para produzir outros bens e serviços. Traduzem-se na obtenção de serviços ou de bens de consumo corrente (ex.: material de escritório, manutenção de máquinas, comunicações, transportes, estudos e consultoria, etc.).

Área geográfica de intervenção: área de intervenção própria; corresponde, em regra, à área do município.

Aterro controlado: local onde os resíduos são depositados espalhados, compactados e cobertos com terra, sem que tenha sido

construído um sistema de recolha de águas lixivantes ou o fundo tenha sido protegido por forma a evitar a infiltração de águas no solo.

Aterro sanitário: local vedado onde, através de técnicas próprias, nomeadamente espalhamento, compactação, e cobertura diária com terra, exista uma deposição controlada dos resíduos, que inclui o sistema de recolha de águas lixivantes, protecção das águas subterrâneas e ainda recolha de biogás.

Caudais captados: quantidade de água obtida através dos pontos de captação de águas superficiais ou subterrâneas efectivamente utilizados. O caudal de exploração considerado deve ser o caudal máximo que em cada momento garanta as boas condições de funcionamento dos equipamentos e a disponibilidade continuada dos recursos hídricos onde se processa a captação.

Caudais efluentes produzidos: volume de águas usadas e poluídas que são descarregadas por um centro urbano ou industrial.

Caudais fornecidos: quantidade de água fornecida aos utilizadores (consumos) e, eventualmente, outras entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água.

Composição física média anual dos resíduos sólidos urbanos: composição média dos resíduos sólidos urbanos produzidos anualmente, segundo o estabelecido na Portaria n.º 768/88, de 30 de Novembro.

Compostagem: processo de reciclagem onde se dá a degradação biológica, aeróbica ou anaeróbica, de resíduos orgânicos, de modo a proceder à sua estabilização, produzindo uma substância húmida, utilizável em algumas circunstâncias como um condicionador do solo.

Consumos: os consumos foram contabilizados, independentemente de serem ou não facturados. Para caracterizar os consumos, adoptou-se a seguintes classificação de utilizadores: residencial e serviços, industrial e outros (inclui as utilizações não previstas anteriormente, tais como segurança contra incêndios, lavagem de ruas, rega, etc.).

Consumo industrial: o consumo efectuado pelas indústrias, incluindo a hoteleira e de restauração, e todos os consumos equivalentes a actividade fabril e industrial.

Consumo residencial e dos serviços: o consumo residencial é o habitacional e corresponde à usual designação de "doméstico"; o consumo dos serviços corresponde ao efectuado pelo sector dos serviços e ainda pelas autarquias locais, as escolas, todos os estabelecimentos do Estado (excepto os fabris), as Instituições Particulares de Solidariedade Social e as colectividades, entre outros.

Despesas com o pessoal: incluem-se nesta rubrica as remunerações certas e permanentes, as contribuições para a Segurança Social e, outras despesas com o pessoal.

Drenagem de águas residuais: entende-se por sistema de drenagem de águas residuais um sistema constituído por um conjunto de órgãos cuja função é a colecta das águas residuais e o seu encaminhamento e, por vezes, tratamento em dispositivo adequado, de forma a que a sua deposição no meio receptor (solo ou água), não altere as condições ambientais existentes para além dos valores estabelecidos como admissíveis na normativa local e na legislação nacional aplicável. Deste

modo, na sua forma completa, um sistema de drenagem de águas residuais é constituído pelos seguintes órgãos principais: rede de drenagem, emissário, estação elevatória, interceptor, estação de tratamento e emissário final.

Efluente industrial: é considerado efluente industrial, todo aquele que é produzido em actividades ou processos industriais.

Efluente residencial e dos serviços: é considerado efluente residencial e dos serviços, todo aquele que não pertença ao efluente industrial.

Eliminação de resíduos: qualquer operação com vista a um destino final adequado de resíduos, constante do ANEXO I da Portaria N.º 15/96, de 23 de Janeiro. Considerou-se que o aterro sanitário, o aterro controlado e a lixeira são formas de eliminação.

Empresa: organização definida juridicamente, com balanço próprio, submetida a uma direcção que pode ser tanto uma entidade jurídica como uma entidade física, constituída com o fim de exercer, num ou em vários locais, uma ou várias actividades de produção de bens e serviços.

Eco-empresa: unidade económica que produz bens de consumo e/ou equipamento e presta serviços de protecção ao ambiente. É considerada uma Eco-empresa, toda a empresa cujo volume de negócios resulte maioritariamente ($\geq 50\%$) do comércio desses produtos "verdes" ou serviços de protecção ao ambiente.

Entidade gestora do sistema de abastecimento público ou entidade gestora: entidade responsável pela exploração e

funcionamento, e eventualmente também pela concepção e construção, do sistema de abastecimento público de água, do sistema de águas residuais e/ou do sistema de resíduos sólidos urbanos, ou de parte destes sistemas (Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto).

Equipamento e instalações "Fim de linha": instalações (equipamentos ou partes identificáveis de maquinaria, assim como, construções), funcionando no término do processo de produção, destinadas a tratar, prevenir (evitar) ou medir a poluição.

Estações de tratamento de água (ETA): conjunto de órgãos que garante à água condições de qualidade por forma a permitir a sua utilização para abastecimento público (água potável).

Estações de tratamento de águas residuais (ETAR): instalação que permita a reciclagem e a reutilização das águas residuais de acordo com parâmetros ambientais aplicáveis ou outras normas de qualidade. São os locais em que se sujeitam as águas residuais a processos que as tornam aptas, de acordo com as normas de qualidade em vigor ou outras aplicáveis, para fins de reciclagem ou reutilização.

Gestão de resíduos sólidos: refere-se, especificamente, ao que vulgarmente se designa por recolha e tratamento de lixo. De acordo com o Decreto-Lei n.º 239/97, de 9 de Setembro, Gestão de Resíduos Sólidos consiste nas operações de recolha, transporte, tratamento, valorização e eliminação dos resíduos, incluindo o autocontrolo destas operações e a vigilância dos locais de descarga depois de encerrados. Relativamente aos sistemas de gestão de resíduos sólidos, podem ser especificadas as seguintes fases: recolha,

recolha selectiva, transporte, valorização e eliminação:

Gestão técnica: constituição e condições técnicas de funcionamento dos sistemas de saneamento básico, ou seja: a caracterização física dos órgãos e outros componentes dos sistemas fixos, os parâmetros de funcionamento traduzidos pela quantidade dos produtos processados nos sistemas e os dados dos procedimentos de rotina de avaliação da qualidade desses produtos.

Impostos, taxas: impostos e taxas pagas a entidades públicas ou instituições diversas, para recolha, transporte e tratamento das águas residuais, ou relativamente a outra actividade de protecção do ambiente (ex.: taxa de saneamento). São ventiladas em função do nível (nacional ou local) do organismo que os colecta.

Incineração: qualquer equipamento técnico afecto ao tratamento de resíduos por via térmica, com ou sem recuperação de calor de combustão produzido, abrangendo o local de implantação e o conjunto da instalação constituído pelo incinerador, seus sistemas de alimentação por resíduos, por combustíveis e pelo ar, bem como os aparelhos e dispositivos de controlo das operações de incineração, de registo e de vigilância contínua das condições de incineração.

Índice de profissionalização: classificação do corpo de bombeiros quanto à forma como os elementos nele integrados exercem a sua actividade.

Inquérito exaustivo: são inquiridas a totalidade das unidades estatísticas de um dado universo.

Investimentos: inclui as aquisições de imobilizado, assim como, os trabalhos para a própria empresa que se traduzam num aumento efectivo do valor imobilizado (à excepção do IVA dedutível). Incluem-se os bens corpóreos, tais como terrenos, edifícios e novas construções, transformações e grandes reparações, aquisição de maquinaria, veículos, assim como os bens incorpóreos (software, patentes, etc.). Não são deduzidas as ajudas ao investimento. No caso das empresas, os investimentos classificam-se em equipamentos e instalações "Fim de linha" e "Tecnologias integradas".

Lixeira: local onde os resíduos são depositados sem qualquer controlo, com riscos evidentes para o ambiente (poluição do ar, água e solo) e para a saúde pública.

Natureza: designação do corpo de bombeiros de acordo com a natureza da entidade que o cria e mantém.

Número médio de pessoas ao serviço: somatório do pessoal ao serviço na última semana completa de cada mês de actividade, a dividir pelo número de meses de actividade da instituição.

Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA): são as associações dotadas de personalidade jurídica e constituídas nos termos da lei geral que não prossigam fins lucrativos, para si ou para os seus associados, e visem, exclusivamente, a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como a conservação da Natureza.

Organizações Não Governamentais de Ambiente Equiparadas: são as outras associações, nomeadamente sócio-

profissionais, culturais e científicas, que não prossigam fins partidários, sindicais ou lucrativos, para si ou para os seus associados, e tenham como área de intervenção principal o ambiente, o património natural e construído ou a conservação da Natureza.

Origem subterrânea: são as águas obtidas em nascentes, galerias de minas, poços ou furos, ou seja, águas retidas, e que podem ser recuperadas, através de uma formação geológica. Todos os depósitos de água permanentes e temporários, recarregados natural ou artificialmente no subsolo, tendo qualidade suficiente para garantir pelo menos uma utilização sazonal. Esta categoria inclui as camadas freáticas, bem como as camadas profundas sob pressão ou não, contidas em solos porosos ou fracturados. A água subterrânea inclui água injectada, nascentes, concentradas ou difusas, que podem estar submersas. Excluem-se os bancos de filtração (cobertos por águas de superfície).

Origem superficial: são as águas obtidas da água que escorre, ou estagna, à superfície do solo: em cursos de água naturais, tais como rios, ribeiros, regatos, etc., e cursos de água artificiais tais como canais para rega, uso industrial, navegação, sistemas de drenagem, aluviões (águas sub-superficiais) e reservatórios naturais e artificiais. Excluem-se a água do mar, massas de águas estagnadas permanentes, naturais e artificiais e, as águas das zonas de transição, tais como pântanos salobros, lagoas e estuários.

Outros custos e perdas: do total dos custos e perdas, inclui apenas os que estão directa ou indirectamente ligados aos investimentos, cujo principal objectivo seja a gestão e protecção do ambiente. Inclui: custos com o pessoal, fornecimentos e serviços externos (energia,

materiais, manutenção, transporte, informação, seguros, etc., à excepção dos trabalhos especializados), produtos "verdes" e impostos (à excepção do IVA dedutível). Estão excluídas as amortizações e provisões do exercício, assim como, os custos e perdas financeiros.

Outros índices de profissionalização: consideram-se os corpos de bombeiros em que assume carácter significativo o número de elementos que, no conjunto dos seus efectivos, exercem a função de bombeiro na condição de profissional e na condição de voluntário.

Outros proveitos e ganhos: proveitos e ganhos não contabilizados nas outras rubricas e que resultam directamente das actividades de gestão e protecção do ambiente, nomeadamente os que decorrem da reutilização dos produtos resultantes do processo de produção. Os proveitos e ganhos devem ser estimados pelo valor da economia de custos, devido à utilização destes produtos. Incluem-se igualmente, as ajudas ao investimento concedidas pelo Estado e outros entes públicos ou outras entidades, no âmbito da implementação de medidas de gestão e protecção do ambiente.

Outros resíduos: inclui outros tipos de resíduos não especificados, nomeadamente os resíduos resultantes das varreduras, da limpeza de praias, monstros (objectos volumosos de uso doméstico, designadamente frigoríficos, fogões, colchões, etc.).

Pessoal ao serviço: pessoas que no período de referência participaram efectivamente na actividade da instituição, independentemente do vínculo que tenham, à excepção dos indivíduos com contratos de prestação de serviços (vd. **Qualificação funcional dos recursos humanos**).

Pessoal não remunerado: pessoal que participa efectivamente na actividade da instituição sem receber uma remuneração regular a troco do seu trabalho, e os indivíduos destacados de outras instituições que não figuram na folha de pagamentos.

Pessoal remunerado: pessoal que participa efectivamente na actividade da instituição, recebendo por esse facto uma soma pré-determinada em dinheiro e/ou géneros.

Pessoas maioritariamente ocupadas com funções de ambiente: pessoas cuja actividade se avalia em 50% ou mais com actividades de gestão e protecção do ambiente.

Pessoas minoritária ou ocasionalmente ocupadas com funções de ambiente: pessoas cuja actividade se avalia em menos de 50% com actividades de gestão e protecção do ambiente.

População: pessoas que residem habitualmente na área geográfica (Estimativas da população residente em 30 de Junho de 1998 e 1999, INE).

População não servida: pessoas habitualmente residentes na área geográfica que não usufruem de serviços públicos de saneamento básico (abastecimento de água, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos).

População servida: pessoas habitualmente residentes na área geográfica que usufruem de serviços públicos de saneamento básico (abastecimento de água, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos).

Prestações de serviços: do total das prestações de serviços, inclui as executadas a outras empresas, no âmbito das actividades de

conservação e protecção do ambiente (ex.: tratamento dos resíduos industriais produzidos por terceiros, tratados na própria empresa).

Produto adaptado: produto adaptado é todo aquele que obedece às duas premissas seguintes:

- por um lado que sejam produtos com um impacto menos poluente no decurso do seu consumo ou utilização, face a outros produtos de propósito equivalente, mas mais prejudiciais ao ambiente ou cujo efeito sobre o ambiente não é desprezável;
- por outro lado, o seu custo tem de ser mais elevado do que o dos produtos normais equivalentes.

Produto conexo: são todos aqueles que por natureza visam servir um objectivo de protecção ambiental (ex.: conversores catalíticos, fossas sépticas, produtos biológicos para fossas sépticas, contentores de desperdícios, condutas de escape, janelas redutoras de ruído, etc.).

Produtores especializados: unidades económicas que desenvolvem acções de protecção do ambiente como principal actividade.

Produtos “verdes”: produtos que, em fase de consumo corrente ou final, são menos poluentes comparativamente a outros existentes no mercado, e que verifiquem um objectivo de protecção do ambiente (ex.: gasolina s/chumbo, detergentes sem fosfatos, fuels com baixo teor de sulfurosos, óleo lubrificante biodegradável, etc.).

Profissionais: consideram-se os corpos de bombeiros em que todos os seus elementos fazem da actividade que exercem profissão,

isto é, quando esta assume o carácter de função remunerada exclusiva ou dominante.

Qualificação funcional dos recursos

humanos: recursos humanos ao serviço da entidade gestora em 31 de Dezembro, segundo a hierarquia funcional utilizada no Balanço Social do Ministério do Trabalho e Solidariedade e em função do vínculo à entidade patronal. Para o enquadramento dos efectivos nos níveis de qualificação, foi utilizada a classificação estabelecida nos diplomas legais aplicáveis a cada entidade gestora. A imputação do número de funcionários por tipo de serviço é feita segundo os seguintes critérios:

- os funcionários que se dedicam a tarefas apenas sobre um tipo de sistema são imputados nesse tipo;
- os funcionários que executam tarefas sobre mais que um tipo de sistema ou contribuem para a gestão global da entidade gestora, quando ela tem responsabilidade de exploração de mais de um tipo de sistema, são imputados proporcionalmente ao tempo dedicado a cada um.

Inclui todos os trabalhadores ligados à empresa por um contrato de trabalho no período de referência e que auferem do estabelecimento uma remuneração base. Inclui os trabalhadores temporariamente ausentes no período de referência por férias, maternidade, conflito de trabalho, formação profissional, assim como doença e acidentes de trabalho de duração igual ou inferior a 1 mês. Exclui os trabalhadores a cumprir serviço militar, em regime de licença sem vencimento, em desempenho de funções públicas, ausentes por doença ou acidentes de trabalho de duração superior a 1 mês, pagos exclusivamente à

comissão, colocados por empresas de trabalho temporário e ao abrigo de um contrato de aprendizagem.

Reciclagem de resíduos: reprocessamento dos resíduos num processo de produção para o fim original ou para outros fins. Refere-se apenas aos materiais componentes físicos dos resíduos recolhidos selectivamente e aos separados nas instalações de valorização e/ou eliminação, e que são vendidos para reciclagem.

Recolha de resíduos: operação de apanha, triagem e/ou mistura de resíduos, com vista aos seu transporte.

Recolha selectiva de resíduos: recolha especial de resíduos que são objecto de deposição separada por parte do detentor, com a finalidade de serem reciclados (ex.: vidrões e ecopontos).

Rendimentos de propriedade: incluem-se juros de depósitos, rendas de terrenos, etc..

Resíduos sólidos hospitalares: resíduos produzidos em unidades de prestação de cuidados de saúde, incluindo as actividades médicas de diagnóstico, tratamento e prevenção da doença em seres humanos ou animais, e ainda as actividades de investigação relacionadas.

Resíduos sólidos industriais: resíduos produzidos em actividades ou processos industriais.

Resíduos sólidos urbanos: resíduos domésticos, resíduos provenientes de estabelecimentos comerciais e do sector de serviços, e outros resíduos que, pela sua natureza ou composição, sejam semelhantes

aos resíduos domésticos desde que a produção diária unitária não exceda 1100 litros.

Separação na instalação de valorização e/ou eliminação de resíduos: materiais que fazem parte da composição física dos resíduos que, após separação na instalação de valorização e/ou eliminação, são vendidos para reciclagem.

Taxas e impostos indirectos: pagamentos obrigatórios efectuados pelos consumidores (desagregados por Particulares e Empresas) por contrapartida de serviços prestados pelo município.

“Tecnologias integradas”: equipamentos e/ou instalações ou partes de equipamento e/ou instalações, tendo sofrido modificações no sentido da diminuição da poluição. Contrariamente ao equipamento e instalações “Fim de linha”, estes encontram-se integrados no processo de produção. É contabilizado apenas o custo adicional decorrente das especificidades do equipamento ou construção. O valor é estimado, por exemplo comparando com outras soluções alternativas existentes no mercado, mas que não verifiquem as normas de protecção do ambiente existentes, ou a implementar.

“Tecnologias limpas” ou menos poluentes: equipamentos e/ou instalações, onde se tenham operado modificações no sentido da diminuição da poluição. Incluem-se igualmente, os equipamentos que permitem uma racionalização de consumo dos recursos naturais, nomeadamente, o recurso água.

Tipo de tratamento de águas residuais: o tratamento de águas residuais são processos que as tornam aptas, de acordo com as normas de qualidade em vigor ou outras aplicáveis, para fins de reciclagem ou reutilização. A

definição do tipo de tratamento consta do anexo XI do Regulamento Geral de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais, parcialmente reproduzido no quadro seguinte. O sistema de lagunagem é considerado tratamento primário, secundário ou terciário conforme permita tratamentos sucessivamente mais afinados.

Figura 98 - Tipos de tratamento de águas residuais

Tipo de tratamento	Operações de tratamento
Preliminar	Gradagem
	Tamisação
	Desarenamento
	Remoção de gorduras
Primário	Sedimentação primária
	Flotação
	Coagulação
Secundário	Lamas activadas
	Leitos bacterianos
	Desinfecção
Terciário	Tratamento para:
	· sólidos em suspensão
	· nutrientes
	· componentes orgânicos refractários
Quaternário	Redução de salinidade

Trabalhos especializados: valor total dos custos em trabalhos especializados relacionados com a gestão e protecção do ambiente pago a organismos públicos ou a entidades privadas (ex.: despesas de recolha, eliminação ou tratamento de resíduos produzidos, pagas seja a uma empresa especializada, seja a um serviço municipal/público de transporte ou de tratamento de resíduos).

Transferências correntes: importâncias a entregar a / receber de quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das entidades receptoras, qualquer contraprestação directa para com o organismo dador.

Transferências de capital: importâncias a entregar/receber de quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas de capital das unidades receptoras.

Transporte de resíduos: qualquer operação que vise transferir fisicamente os resíduos. Habitualmente considera-se que o transporte se inicia após a recolha do último contentor e termina com a descarga dos resíduos na instalação de valorização ou eliminação.

Tratamento de água para abastecimento: processo que torna apta a ser utilizada, a água captada de qualquer fonte. Apenas se considera tratamento se for utilizada uma instalação específica para o efeito. Não se considera como tratamento a simples filtragem ou cloragem.

Universo: conjunto das unidades estatísticas ou valores que uma variável pode assumir num determinado âmbito.

Valorização de resíduos: qualquer das operações que permita o reaproveitamento dos resíduos e cuja indicação consta do Anexo II da Portaria n.º 15/86, de 23 de Janeiro. Salienta-se que a compostagem e a incineração são operações de valorização.

Venda de bens e serviços: engloba o valor de todos os bens (à excepção dos bens de capital fixo) e serviços comercializáveis, fornecidos pelas entidades no decurso do período considerado.

Venda de bens de investimento: contabilizam-se as importâncias recebidas pela venda de bens que impliquem uma alteração do património duradouro.

Venda de resíduos e/ou materiais reciclados: proveitos e ganhos resultantes de

uma actividade de gestão e protecção do ambiente.

Voluntários: corpos de bombeiros em que todos os seus elementos exercem a função de bombeiro como actividade acessória não remunerada, dispondo, portanto, de uma outra actividade profissional.

4.3. Nomenclaturas

4.3.1. Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, Nível II (NUTS II)

Figura 99 - Regiões por NUTS II	
Código	Região
101	Norte
102	Centro
103	Lisboa e Vale do Tejo
104	Alentejo
105	Algarve
201	Região Autónoma dos Açores
301	Região Autónoma da Madeira

4.3.2. Classificação Estatística Europeia das Actividades e Equipamentos de Protecção do Ambiente

Domínio: "Protecção da Qualidade do Ar & Clima"

Compreende todas as actividades referentes aos processos de produção, às actividades ligadas à construção, manutenção e reparação de instalações, cujo principal objectivo é o de reduzir a poluição atmosférica, assim como, às actividades de medição e controle das emissões de gases que afectam a camada do

ozono. Incluem-se igualmente, os equipamentos para eliminar/reduzir partículas ou substâncias, que poluem a atmosfera provenientes da combustão do fuel, tais como: filtros, material de despoeiramento e outras técnicas, assim como, as actividades que aumentem a dispersão dos gases, por forma a reduzir a concentração de poluentes atmosféricos.

Domínio: "Protecção do Recurso Água"

Compreende as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição da água. Incluem-se igualmente, os sistemas de colectores, canalizações, condutas e bombas destinadas a evacuar as águas residuais desde o seu ponto de produção até à estação de tratamento, ou até ao ponto onde são evacuadas, assim como, o tratamento das águas de arrefecimento.

Domínio: "Gestão de Resíduos"

Compreende as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição do ambiente através dos resíduos. Incluem-se igualmente, as actividades de recolha dos resíduos pelos serviços municipais ou organismos similares, seja por empresas do sector público ou privado, empresas especializadas ou pela administração pública, assim como, o transporte de resíduos para os centros de tratamento ou de eliminação. A recolha dos resíduos municipais pode ser selectiva (efectuada de uma maneira específica, para um dado produto), ou indiferenciada (cobrindo todos os resíduos), não incluindo os serviços de limpeza (desentulho) no período de Inverno. Consideram-se igualmente, as actividades de

eliminação de resíduos tóxicos (físico-químicos, térmicos, biológicos, radioactivos), assim como, de resíduos não tóxicos (tratamento físico-químicos, incineração, tratamento biológico ou qualquer outro tipo de tratamento).

Domínio: "Protecção dos Solos & Águas Subterrâneas"

Compreende as actividades de protecção do ambiente, implicando a construção, manutenção e exploração de instalações de descontaminação de solos poluídos, purificação de águas subterrâneas, assim como, a protecção contra infiltrações poluentes nas águas subterrâneas. Incluem-se igualmente, as actividades directamente ligadas à estanquidade dos solos de fábricas, instalação de captações de derramamento de poluentes, de fugas, e reforço das instalações de armazenamento e transporte de produtos poluentes, assim como, o tratamento das lamas resultantes de dragagem.

Domínio: "Protecção contra o Ruído & Vibrações" (excepto protecção dos lugares de trabalho)

Compreende as actividades de redução de emissões de ruído ou vibrações na fonte, cujo principal objectivo é o de proteger pessoas e estruturas de betão armado. Excluem-se, os lugares de trabalho, assim como, a demolição de unidades residentes, por questões de ruído ou vibrações. Incluem-se ainda as actividades relativas às instalações anti-ruído: écrans, terraplenagens, tapumes, janelas anti-ruído, revestimentos das auto-estradas ou dos caminhos de ferro urbanos.

Domínio: "Protecção da Biodiversidade & Paisagem"

Compreende as actividades relativas à protecção dos ecossistemas e do "habitat", essenciais ao bem estar da fauna e da flora, a protecção das paisagens pelo seu valor estético, assim como, a preservação dos sítios naturais protegidos por lei. Incluem-se igualmente, as actividades de protecção visando a conservação das espécies ameaçadas da fauna e da flora, assim como, as actividades de protecção e gestão da floresta, actividades visando introduzir espécies da fauna e flora em vias de extinção ou renovação de espécies ameaçadas de extinção, remodelação de paisagens afectadas, para reforçar as suas funções naturais ou acrescentar o seu valor estético. São igualmente compreendidas, as despesas de reabilitação de minas ou de carreiros abandonados, actividades de restauração e limpeza dos sítios aquáticos, eliminação de ácidos artificiais e de agentes de eutrofização, e limpeza da poluição em sítios aquáticos.

Domínio: "Protecção contra as Radiações"

Compreende as actividades visando reduzir ou eliminar os efeitos nefastos das radiações emitidas, por um qualquer emissor, à excepção das centrais nucleares e das instalações militares. Excluem-se as medidas tomadas em locais de trabalho.

Domínio: "Investigação & Desenvolvimento"

Compreende as actividades de investigação e desenvolvimento correspondentes a trabalhos criativos, empreendidos sistematicamente com

o objectivo de aumentar o stock de conhecimentos humanos, visando a implementação de novas aplicações na área do ambiente.

Domínio: "Outras Actividades de Protecção do Ambiente"

Compreende as actividades de administração geral e orientação, virada para o suporte das decisões tomadas no quadro das actividades de protecção do ambiente, quer seja por unidades públicas ou privadas. Incluem-se igualmente, as actividades cujo principal objectivo é assegurar, formar ou divulgar, no quadro de organismos especializados, informação em gestão e protecção do ambiente. São excluídas as actividades do sistema educativo geral.

4.3.3. Forma jurídica das empresas

Figura 100 - Forma jurídica das empresas

Código	Forma jurídica
1	Empresa pública
2	Empresa estrangeira
3	Empresário em nome individual
4	Sociedade irregular
5	Agrupamento complementar de empresas
6	Sociedade em nome colectivo
7	Sociedade em comandita
10 e 11	Sociedade anónima sem e/ou com participação minoritária do sector público
12 e 13	Sociedade anónima com participação maioritária do sector público
20 e 21	Sociedade por quota sem e/ou com participação minoritária do sector público
22 e 23	Sociedade por quota com participação maioritária do sector público
30	Cooperativa

ANEXO - QUESTIONÁRIOS

INSTRUMENTO DE NOTACÃO DO
SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(LEI Nº 689, DE 15 DE ABRIL), DE
RESPOSTA OBRIGATORIA REGISTRADO
NO INE SOB O Nº 9038, VÁLIDO
ATÉ 2000/12/31

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA**

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS
SERVIÇO DE ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE

PERÍODO A QUE SE REFEREM OS DADOS

ANO DE 1999

INQUÉRITO AO AMBIENTE
CARACTERIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO

ATENÇÃO

PREENCHA O QUESTIONÁRIO DE ACORDO COM
AS INSTRUÇÕES EM ANEXO. SE TIVER
DÚVIDAS, CONTACTE OS SERVIÇOS DO INE
Edifício SCALA-Rua do Vilar, 235 9º e 10º
- 4050-626 PORTO
TELEFONE 226072014 - Dr.ª Fátima Moreira

**DEVOLVA ESTE IMPRESSO
DEVIDAMENTE PREENCHIDO**

ATÉ 15 DIAS ÚTEIS APÓS A DATA DE RECEPÇÃO

QUADRO A
ABASTECIMENTO DE ÁGUA

1 - POPULAÇÃO RESIDENTE

POPULAÇÃO SERVIDA COM ABASTECIMENTO DOMICILIÁRIO (em %)

III. U

2 - GESTÃO TÉCNICA

2.1 - CAPTAÇÃO

ORIGEM	CAUDAL CAPTADO (1000 m ³)
SUPERFICIAL	
SUBTERRÂNEA	
OUTRAS ENTIDADES GESTORAS	QUAIS? _____ _____ _____
TOTAL	

2.2 - TRATAMENTO

ORIGEM DA CAPTAÇÃO	CAUDAL TRATADO (1000 m³)
SUPÉRFICIAL	
SUBTERRÂNEA	
TOTAL	

2.3 - CONSUMOS

[illegible]**OBSERVAÇÕES:****DADOS RELATIVOS AO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUADRO**

NOME: |

TELEPHONE: -

SERVIÇO: _____

EXTENSÃO:

QUADRO B

DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

1 - POPULAÇÃO RESIDENTE

1.1 - POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS (em %)

WU

1.2 - POPULAÇÃO SERVIDA COM ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS (em %)

U U U , U

2 - GESTÃO TÉCNICA

2.1 - PRODUÇÃO TOTAL

ORIGEM	CAUDAIS EFLUENTES PRODUZIDOS (1000 m³)
RESIDENCIAL E SERVIÇOS	[][][][][][][][] -
INDUSTRIAL	[][][][][][][][]
TOTAL	[][][][][][][][]

2.2 - TRATAMENTO

TIPO DE TRATAMENTO	CAUDAL TRATADO (1000 m ³)
PRELIMINAR	
PRIMÁRIO	
SECUNDÁRIO	
TERCIÁRIO	
TOTAL	

2.2.2 - ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

DENOMINAÇÃO	CAPACIDADE MÁXIMA (m³/dia)	CAPACIDADE UTILIZADA (m³/dia)

OBSERVAÇÕES:

DADOS RELATIVOS AO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUADRO

NOME:

TELEFONE:

SERVIÇO:

EXTENSÃO:

QUADRO C

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

1 - POPULAÇÃO RESIDENTE

POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE RECOLHA DE RESÍDUOS (em %)

2 - GESTÃO TÉCNICA

2.1 - RECOLHA

TIPO DE RESÍDUOS	QUANTIDADE DE RESÍDUOS RECOLHIDOS (ton)
1. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS <u>DOS QUAIS:</u> RESÍDUOS DE RECOLHA SELECTIVA OUTROS (Ex: varredura, praias, monstros, etc) .	
2. RESÍDUOS SÓLIDOS INDUSTRIAIS	
3. RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALARES	
TOTAL = 1 + 2 + 3	

2.2 - COMPOSIÇÃO FÍSICA MÉDIA ANUAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (em %)

PAPEL E CARTÃO	VIDRO	PLÁSTICO	METAIS		MATERIAIS FERMENTÁVEIS	TÊXTEIS	OUTROS	FINOS < 20 mm	TOTAL
			FERROSOS	NÃO FERROSOS					
									100%

2.3 - RECICLAGEM (em ton)

MATERIAIS	RECOLHA SELECTIVA (1)	SEPARAÇÃO NA INSTALAÇÃO DE VALORIZAÇÃO E/OU ELIMINAÇÃO (1)
PAPEL E CARTÃO		
VIDRO		
PLÁSTICO		
METAIS FERROSOS		
METAIS NÃO FERROSOS		
TÊXTEIS		
PILHAS E BATERIAS		
COMPOSTO		
OUTROS		
TOTAL		

(1) Estes valores devem referir-se apenas a materiais vendidos ou cedidos gratuitamente.

2.4 - VALORIZAÇÃO E ELIMINAÇÃO

TIPO	LOCAL (concelho)	CAPACIDADE MÁXIMA (1000 ton) (2)	RESÍDUOS (ton)		
			DO CONCELHO (2)	DE OUTROS CONCELHOS (2)	DE PARTICULARES (2)
COMPOSTAGEM					
INCINERAÇÃO					
ATERRO SANITÁRIO					
ATERRO CONTROLADO					
LIXEIRA					
TOTAL					

(2) Responda apenas se a instalação de valorização e/ou eliminação se situar no seu concelho.

OBSERVAÇÕES:

DADOS RELATIVOS AO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUADRO

NOME: TELEFONE:

SERVIÇO: EXTENSÃO:



PERÍODO A QUE SE REFEREM OS DADOS

ANO DE 1999

ATENÇÃO

PREENCHA ESTE QUESTIONÁRIO DE ACORDO COM AS
INSTRUÇÕES EM ANEXO.

SE TIVER DÚVIDAS CONTACTE OS SERVIÇOS DO INE

Av.º António José de Almeida

1000-043 LISBOA

TELEFONE 216426100

DEVOLVA ESTE IMPRESSO DEVIDAMENTE PREENCHIDO
ATÉ 15 DIAS ÚTEIS APÓS A DATA DE RECEPÇÃO

INQUÉRITO AO AMBIENTE

FINANCIAMENTO DAS ACTIVIDADES DE GESTÃO E PROTECÇÃO

Indique na quadrícula o código da unidade monetária que pretende utilizar na resposta a todos os valores monetários do inquérito:

ESCUDOS - 1

EUROS - 2

NÃO ESQUEÇA que a opção que escolheu tem que ser mantida ao longo de todo o questionário.

1

DOMÍNIO PROTECÇÃO DA QUALIDADE DO AR E CLIMA E DOMÍNIO PROTECÇÃO DOS SOLOS E ÁGUAS SUBTERRÂNEAS(*)

RUBRICAS	Código	DOMÍNIO PROTECÇÃO DA QUALIDADE DO AR E CLIMA	Código	DOMÍNIO PROTECÇÃO DOS SOLOS E ÁGUAS SUBTERRÂNEAS
1		2		3
1. RECEITAS CORRENTES (1.1+...+1.4)	1005		4005	
1.1 Taxas e impostos indirectos (1.1.1+1.1.2)	1115		4115	
1.1.1 Empresas	1120		4120	
1.1.2 Particulares	1125		4125	
1.2 Venda de Bens e Serviços (1.2.1+1.2.2)	1015		4015	
1.2.1 Bens	1130		4130	
1.2.2 Serviços	1135		4135	
1.3 Transferências Correntes (1.3.1+...+1.3.3)	1020		4020	
1.3.1 Administração Central	1025		4025	
1.3.2 Administração Regional e Local	1140		4140	
1.3.3 Exterior	1030		4030	
1.4 Outras Receitas Correntes	1035		4035	
2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1+...+2.3)	1040		4040	
2.1 Venda de Bens de Investimento	1045		4045	
2.2 Transferências de Capital (2.2.1+...+2.2.3)	1050		4050	
2.2.1 Administração Central	1055		4055	
2.2.2 Administração Regional e Local	1145		4145	
2.2.3 Exterior	1060		4060	
2.3 Outras Receitas de Capital	1065		4065	
TOTAL DAS RECEITAS (1+2)	1070		4070	
3. DESPESAS CORRENTES (3.1+...+3.4)	1075		4075	
3.1 Despesas com o Pessoal	1080		4080	
3.2 Aquisição de Bens e Serviços	1085		4085	
3.3 Transferências Correntes (3.3.1+...+3.3.3)	1150		4150	
3.3.1 Administração Local	1155		4155	
3.3.2 Empresas	1160		4160	
3.3.3 Instituições Sem Fins Lucrativos	1165		4165	
3.4 Outras Despesas Correntes	1090		4090	
4. DESPESAS DE CAPITAL (4.1+...+4.3)	1095		4095	
4.1 Investimentos	1100		4100	
4.1.1 dos quais: Terrenos	1170		4170	
4.2 Transferências de Capital (4.2.1+...+4.2.3)	1175		4175	
4.2.1 Administração Local	1180		4180	
4.2.2 Empresas	1185		4185	
4.2.3 Instituições Sem Fins Lucrativos	1190		4190	
4.3 Outras Despesas de Capital	1105		4105	
TOTAL DAS DESPESAS (3+4)	1110			

2

DOMÍNIO PROTECÇÃO DO RECURSO ÁGUA (*)

Identifique com X o(s) tipo(s) de actividade(s) desenvolvida(s) pela Câmara Municipal:

- | | | | |
|----------------------------|--------------------------|--------------------------|---|
| | Sim | Não | |
| 1. Abastecimento "em alta" | ☐ | ☐ | Se respondeu <u>Não</u> , indique a entidade gestora: _____ |
| 2. Distribuição | ☐ | ☐ | |
| 3. Tratamento | ☐ | ☐ | |

Ver instruções de Preenchimento

Caso a Câmara possua Serviços Municipalizados, indique as Transferências efectuadas, na sua totalidade, durante o ano de 1999, desagregadas por:

Transferências Correntes									
Transferências de Capital									
Total									

RUBRICAS	Código	CAPTAÇÃO, ADUÇÃO, ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	TRATAMENTO E CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA ABASTECIMENTO
1. RECEITAS CORRENTES (1.1+...+1.4)	2000		
1.1 Taxas e Impostos Indirectos (1.1.1+1.1.2)	2110		
1.1.1 Empresas	2120		
1.1.2 Particulares	2125		
1.2 Venda de Bens e Serviços (1.2.1+1.2.2)	2010		
1.2.1 Bens	2130		
1.2.2 Serviços	2135		
1.3 Transferências Correntes (1.3.1+...+1.3.3)	2020		
1.3.1 Administração Central	2025		
1.3.2 Administração Regional e Local	2140		
1.3.3 Exterior	2030		
1.4 Outras Receitas Correntes	2035		
2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1+...+2.3)	2040		
2.1 Venda de Bens de Investimento	2045		
2.2 Transferências de Capital (2.2.1+...+2.2.3)	2050		
2.2.1 Administração Central	2055		
2.2.2 Administração Regional e Local	2145		
2.2.3 Exterior	2060		
2.3 Outras Receitas de Capital	2065		
TOTAL DAS RECEITAS (1+2)	2070		
3. DESPESAS CORRENTES (3.1+...+3.4)	2075		
3.1 Despesas com o Pessoal	2080		
3.2 Aquisição de Bens e Serviços	2085		
3.3 Transferências Correntes (3.3.1+...+3.3.3)	2150		
3.3.1 Administração Local	2155		
3.3.2 Empresas	2160		
3.3.3 Instituições Sem Fins Lucrativos	2165		
3.4 Outras Despesas Correntes	2090		
4. DESPESAS DE CAPITAL (4.1+...+4.3)	2095		
4.1 Investimentos	2100		
4.1.1 dos quais: Terrenos	2170		
4.2 Transferências de Capital (4.2.1+...+4.2.3)	2175		
4.2.1 Administração Local	2180		
4.2.2 Empresas	2185		
4.2.3 Instituições Sem Fins Lucrativos	2190		
4.3 Outras Despesas de Capital	2105		
TOTAL DAS DESPESAS (3+4)	2110		

Identifique com X o(s) tipo(s) de actividade(s) desenvolvida(s) pela Câmara Municipal:

1. Drenagem

Sim

☐

Não

☐

Se respondeu Não, indique a entidade gestora:

2. Tratamento e destino final

☐
☐

Ver Instruções de Preenchimento

RUBRICAS	Código	SISTEMAS DE DRENAGEM	SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS
1		4	5
1. RECEITAS CORRENTES (1.1+...+1.4)	2005		
1.1 Taxas e impostos indirectos (1.1.1+1.1.2)	2115		
1.1.1 Empresas	2120		
1.1.2 Particulares	2125		
1.2 Venda de Bens e Serviços (1.2.1+1.2.2)	2015		
1.2.1 Bens	2130		
1.2.2 Serviços	2135		
1.3 Transferências Correntes (1.3.1+...+1.3.3)	2020		
1.3.1 Administração Central	2025		
1.3.2 Administração Regional e Local	2140		
1.3.3 Exterior	2030		
1.4 Outras Receitas Correntes	2035		
2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1+...+2.3)	2040		
2.1 Venda de Bens de Investimento	2045		
2.2 Transferências de Capital (2.2.1+...+2.2.3)	2050		
2.2.1 Administração Central	2055		
2.2.2 Administração Regional e Local	2145		
2.2.3 Exterior	2060		
2.3 Outras Receitas de Capital	2065		
TOTAL DAS RECEITAS (1+2)	2070		
3. DESPESAS CORRENTES (3.1+...+3.4)	2075		
3.1 Despesas com o Pessoal	2080		
3.2 Aquisição de Bens e Serviços	2085		
3.3 Transferências Correntes (3.3.1+...+3.3.3)	2150		
3.3.1 Administração Local	2155		
3.3.2 Empresas	2160		
3.3.3 Instituições Sem Fins Lucrativos	2165		
3.4 Outras Despesas Correntes	2090		
4. DESPESAS DE CAPITAL (4.1+...+4.3)	2095		
4.1 Investimentos	2100		
4.1.1 dos quais: Terrenos	2170		
4.2 Transferências de Capital (4.2.1+...+4.2.3)	2175		
4.2.1 Administração Local	2180		
4.2.2 Empresas	2185		
4.2.3 Instituições Sem Fins Lucrativos	2190		
4.3 Outras Despesas de Capital	2105		
TOTAL DAS DESPESAS (3+4)	2110		

3

DOMÍNIO GESTÃO DOS RESÍDUOS(*)

Identifique com X o(s) tipo(s) de actividade(s) desenvolvida(s) pela Câmara Municipal:

1. Recolha de resíduos sólidos

Sim

Não

Se respondeu Não, indique a entidade gestora:

2. Tratamento e destino final

☐

☐

3. Recolha selectiva

☐

☐

4. Recolha de resíduos industriais

☐

☐

Ver Instruções de Preenchimento

RUBRICAS	Código	RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS	INFRA-ESTRUTURAS PARA TRATAMENTO E DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS
		1	3
1. RECEITAS CORRENTES (1.1+...+1.4)	3005		
1.1 Taxas e impostos indirectos (1.1.1+1.1.2)	3115		
1.1.1 Empresas	3120		
1.1.2 Particulares	3125		
1.2 Venda de Bens e Serviços (1.2.1+1.2.2)	3015		
1.2.1 Bens	3130		
1.2.2 Serviços	3135		
1.3 Transferências Correntes (1.3.1+...+1.3.3)	3020		
1.3.1 Administração Central	3025		
1.3.2 Administração Regional e Local	3140		
1.3.3 Exterior	3030		
1.4 Outras Receitas Correntes	3035		
2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1+...+2.3)	3040		
2.1 Venda de Bens de Investimento	3045		
2.2 Transferências de Capital (2.2.1+...+2.2.3)	3050		
2.2.1 Administração Central	3055		
2.2.2 Administração Regional e Local	3145		
2.2.3 Exterior	3060		
2.3 Outras Receitas de Capital	3065		
TOTAL DAS RECEITAS (1+2)	3070		
3. DESPESAS CORRENTES (3.1+...+3.4)	3075		
3.1 Despesas com o Pessoal	3080		
3.2 Aquisição de Bens e Serviços	3085		
3.3 Transferências Correntes (3.3.1+...+3.3.3)	3150		
3.3.1 Administração Local	3155		
3.3.2 Empresas	3160		
3.3.3 Instituições Sem Fins Lucrativos	3165		
3.4 Outras Despesas Correntes	3090		
4. DESPESAS DE CAPITAL (4.1+...+4.3)	3095		
4.1 Investimentos	3100		
4.1.1 dos quais: Terrenos	3170		
4.2 Transferências de Capital (4.2.1+...+4.2.3)	3175		
4.2.1 Administração Local	3180		
4.2.2 Empresas	3185		
4.2.3 Instituições Sem Fins Lucrativos	3190		
4.3 Outras Despesas de Capital	3105		
TOTAL DAS DESPESAS (3+4)	3110		

3

DOMÍNIO GESTÃO DOS RESÍDUOS(*)

RUBRICAS	Código	RECOLHA SELECTIVA DE RESÍDUOS	RECOLHA, TRATAMENTO E ARMAZENAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS
1. RECEITAS CORRENTES (1.1+...+1.4)	3005		
1.1 Taxas e Impostos Indirectos (1.1.1+1.1.2)	3115		
1.1.1 Empresas	3120		
1.1.2 Particulares	3125		
1.2 Venda de Bens e Serviços (1.2.1+1.2.2)	3015		
1.2.1 Bens	3130		
1.2.2 Serviços	3135		
1.3 Transferências Correntes (1.3.1+...+1.3.3)	3020		
1.3.1 Administração Central	3025		
1.3.2 Administração Regional e Local	3140		
1.3.3 Exterior	3030		
1.4 Outras Receitas Correntes	3035		
2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1+...+2.3)	3040		
2.1 Venda de Bens de Investimento	3045		
2.2 Transferências de Capital (2.2.1+...+2.2.3)	3050		
2.2.1 Administração Central	3055		
2.2.2 Administração Regional e Local	3145		
2.2.3 Exterior	3060		
2.3 Outras Receitas de Capital	3065		
TOTAL DAS RECEITAS (1+2)	3070		
3. DESPESAS CORRENTES (3.1+...+3.4)	3075		
3.1 Despesas com o Pessoal	3080		
3.2 Aquisição de Bens e Serviços	3085		
3.3 Transferências Correntes (3.3.1+...+3.3.3)	3150		
3.3.1 Administração Local	3155		
3.3.2 Empresas	3160		
3.3.3 Instituições Sem Fins Lucrativos	3165		
3.4 Outras Despesas Correntes	3090		
4. DESPESAS DE CAPITAL (4.1+...+4.3)	3095		
4.1 Investimentos	3100		
4.1.1 dos quais: Terrenos	3170		
4.2 Transferências de Capital (4.2.1+...+4.2.3)	3175		
4.2.1 Administração Local	3180		
4.2.2 Empresas	3185		
4.2.3 Instituições Sem Fins Lucrativos	3190		
4.3 Outras Despesas de Capital	3105		
TOTAL DAS DESPESAS (3+4)	3110		

"NÃO SE ESQUEÇA DE UTILIZAR A UNIDADE MONETÁRIA INICIALMENTE ESCOLHIDA".

4 DOMÍNIO PROTECÇÃO CONTRA O RUÍDO E VIBRAÇÕES E DOMÍNIO PROTECÇÃO CONTRA AS RADIAÇÕES(*)

RUBRICAS	Código	DOMÍNIO PROTECÇÃO CONTRA O RUÍDO E VIBRAÇÕES	Código	DOMÍNIO PROTECÇÃO CONTRA AS RADIAÇÕES
1		2		3
1. RECEITAS CORRENTES (1.1+...+1.4)	5005		7005	
1.1 Taxas e impostos indirectos (1.1.1+1.1.2)	5115		7115	
1.1.1 Empresas	5120		7120	
1.1.2 Particulares	5125		7125	
1.2 Venda de Bens e Serviços (1.2.1+1.2.2)	5015		7015	
1.2.1 Bens	5130		7130	
1.2.2 Serviços	5135		7135	
1.3 Transferências Correntes (1.3.1+...+1.3.3)	5020		7020	
1.3.1 Administração Central	5025		7025	
1.3.2 Administração Regional e Local	5140		7140	
1.3.3 Exterior	5030		7030	
1.4 Outras Receitas Correntes	5035		7035	
2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1+...+2.3)	5040		7040	
2.1 Venda de Bens de Investimento	5045		7045	
2.2 Transferências de Capital (2.2.1+...+2.2.3)	5050		7050	
2.2.1 Administração Central	5055		7055	
2.2.2 Administração Regional e Local	5145		7145	
2.2.3 Exterior	5060		7060	
2.3 Outras Receitas de Capital	5065		7065	
TOTAL DAS RECEITAS (1+2)	5070		7070	
3. DESPESAS CORRENTES (3.1+...+3.4)	5075		7075	
3.1 Despesas com o Pessoal	5080		7080	
3.2 Aquisição de Bens e Serviços	5085		7085	
3.3 Transferências Correntes (3.3.1+...+3.3.3)	5150		7150	
3.3.1 Administração Local	5155		7155	
3.3.2 Empresas	5160		7160	
3.3.3 Instituições Sem Fins Lucrativos	5165		7165	
3.4 Outras Despesas Correntes	5090		7090	
4. DESPESAS DE CAPITAL (4.1+...+4.3)	5095		7095	
4.1 Investimentos	5100		7100	
4.1.1 dos quais: Terrenos	5170		7170	
4.2 Transferências de Capital (4.2.1+...+4.2.3)	5175		7175	
4.2.1 Administração Local	5180		7180	
4.2.2 Empresas	5185		7185	
4.2.3 Instituições Sem Fins Lucrativos	5190		7190	
4.3 Outras Despesas de Capital	5105		7105	
TOTAL DAS DESPESAS (3+4)	5110		7110	

RUBRICAS	Código	PREVENÇÃO E COMBATE A	PR. DAS ESPÉCIES E ECOSISTEMAS, ÁREAS E SÍTOS PROTEG., RESERVAS	LUTA CONTRA A POLUIÇÃO
		INCÊNDIOS FLORESTAIS	NATURAIS E FLORESTAIS	DOS RIOS E RIBEIRAS, E LIMPEZA DO LITORAL
1		2	3	4
1. RECEITAS CORRENTES (1.1+...+1.4)	6005			
1.1 Taxas e Impostos Indirectos (1.1.1+1.1.2)	6115			
1.1.1 Empresas	6120			
1.1.2 Particulares	6125			
1.2 Venda de Bens e Serviços (1.2.1+1.2.2)	6015			
1.2.1 Bens	6130			
1.2.2 Serviços	6135			
1.3 Transferências Correntes (1.3.1+...+1.3.3)	6020			
1.3.1 Administração Central	6025			
1.3.2 Administração Regional e Local	6140			
1.3.3 Exterior	6030			
1.4 Outras Receitas Correntes	6035			
2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1+...+2.3)	6040			
2.1 Venda de Bens de Investimento	6045			
2.2 Transferências de Capital (2.2.1+...+2.2.3)	6050			
2.2.1 Administração Central	6055			
2.2.2 Administração Regional e Local	6145			
2.2.3 Exterior	6060			
2.3 Outras Receitas de Capital	6065			
TOTAL DAS RECEITAS (1+2)	6070			
3. DESPESAS CORRENTES (3.1+...+3.4)	6075			
3.1 Despesas com o Pessoal	6080			
3.2 Aquisição de Bens e Serviços	6085			
3.3 Transferências Correntes (3.3.1+...+3.3.3)	6150			
3.3.1 Administração Local	6155			
3.3.2 Empresas	6160			
3.3.3 Instituições Sem Fins Lucrativos	6165			
3.4 Outras Despesas Correntes	6090			
4. DESPESAS DE CAPITAL (4.1+...+4.3)	6095			
4.1 Investimentos	6100			
4.1.1 dos quais: Terrenos	6170			
4.2 Transferências de Capital (4.2.1+...+4.2.3)	6175			
4.2.1 Administração Local	6180			
4.2.2 Empresas	6185			
4.2.3 Instituições Sem Fins Lucrativos	6190			
4.3 Outras Despesas de Capital	6105			
TOTAL DAS DESPESAS (3+4)	6110			

"NÃO SE ESQUEÇA DE UTILIZAR A UNIDADE MONETÁRIA INICIALMENTE ESCOLHIDA".

6

DOMÍNIO INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO E DOMÍNIO OUTRAS ACTIVIDADES DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE(*)

RUBRICAS	Código	DOMÍNIO INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	Código	DOMÍNIO OUTRAS ACTIVIDADES DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE
1		2		3
1. RECEITAS CORRENTES (1.1+...+1.4)	8005		9005	
1.1 Taxas e Impostos Indirectos (1.1.1+1.1.2)	8115		9115	
1.1.1 Empresas	8120		9120	
1.1.2 Particulares	8125		9125	
1.2 Venda de Bens e Serviços (1.2.1+1.2.2)	8015		9015	
1.2.1 Bens	8130		9130	
1.2.2 Serviços	8135		9135	
1.3 Transferências Correntes (1.3.1+...+1.3.3)	8020		9020	
1.3.1 Administração Central	8025		9025	
1.3.2 Administração Regional e Local	8140		9140	
1.3.3 Exterior	8030		9030	
1.4 Outras Receitas Correntes	8035		9035	
2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1+...+2.3)	8040		9040	
2.1 Venda de Bens de Investimento	8045		9045	
2.2 Transferências de Capital (2.2.1+...+2.2.3)	8050		9050	
2.2.1 Administração Central	8055		9055	
2.2.2 Administração Regional e Local	8145		9145	
2.2.3 Exterior	8060		9060	
2.3 Outras Receitas de Capital	8065		9065	
TOTAL DAS RECEITAS (1+2)	8070		9070	
3. DESPESAS CORRENTES (3.1+...+3.4)	8075		9075	
3.1 Despesas com o Pessoal	8080		9080	
3.2 Aquisição de Bens e Serviços	8085		9085	
3.3 Transferências Correntes (3.3.1+...+3.3.3)	8150		9150	
3.3.1 Administração Local	8155		9155	
3.3.2 Empresas	8160		9160	
3.3.3 Instituições Sem Fins Lucrativos	8165		9165	
3.4 Outras Despesas Correntes	8090		9090	
4. DESPESAS DE CAPITAL (4.1+...+4.3)	8095		9095	
4.1 Investimentos	8100		9100	
4.1.1 dos quais: Terrenos	8170		9170	
4.2 Transferências de Capital (4.2.1+...+4.2.3)	8175		9175	
4.2.1 Administração Local	8180		9180	
4.2.2 Empresas	8185		9185	
4.2.3 Instituições Sem Fins Lucrativos	8190		9190	
4.3 Outras Despesas de Capital	8105		9105	
TOTAL DAS DESPESAS (3+4)	8110		9110	

OBSERVAÇÕES

DADOS RELATIVOS AO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO INQUÉRITO

NOME: _____ TELEFONE: _____
 SERVIÇO: _____ FAX: _____
 LOCALIDADE: _____ EXTENSÃO: _____
 ASSINATURA: _____ DATA: _____



**PERÍODO DE REFERÊNCIA DOS DADOS
ANO DE 1999**

ATENÇÃO
PREENCHA ESTE VERBETE DE ACORDO COM AS INSTRUÇÕES
ENVIADAS EM ANEXO, SE TIVER DÚVIDAS CONTACTE O
SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DO AMBIENTE
Avenida António José de Almeida
1000-043 LISBOA
Telefone 21 842 61 00 Ext.1032 Telefax 21 842 63 79

**DEVOLVA ESTE IMPRESSO DEVIDAMENTE
PREENCHIDO ATÉ 15 DIAS ÚTEIS
APÓS A DATA DE RECEPÇÃO**

**INQUÉRITO ÀS EMPRESAS - GESTÃO E
PROTECÇÃO DO AMBIENTE**

1 Identificação e caracterização da empresa

Número de Identificação de Pessoa Colectiva (1)

Designação social

Distrito/Ilha Concelho Freguesia (2)

Endereço Localidade

Código Postal - Telefone Telefax (3)

Actividade Económica Principal (3)

Indique na quadrícula o código da unidade monetária que pretende utilizar na resposta a todos os valores monetários do inquérito:

Milhares de Escudos - 1 ☐
Euros Exactos - 2 ☐

Não Esqueça que a opção que escolheu tem que ser mantida ao longo de todo o questionário

2 Situação da empresa

(Assinale com x a quadrícula correspondente) ☐ (1)

Aguarda início de actividade ☐ (2)

Em actividade ☐ (3)

Actividade suspensa em / / ☐ (4)

Dissolvida em / / ☐ (5)

▶ Número de meses de actividade durante o exercício de 1999 (6)

3 Discriminação de algumas variáveis da empresa em 1999

Número médio de pessoas ao serviço (1)

Vendas e prestações de serviços (2)

Custos e perdas (3)

Aquisições de imobilizado corpóreo e incorpóreo (4)

4 Atitude da empresa face ao ambiente, por imposição da legislação ou voluntariamente no ano de 1999

4.1. No ano de 1999 executou actividades ou contratou serviços de terceiros, com o objectivo de reduzir ou minimizar efeitos nocivos ao ambiente inerentes à actividade da empresa

Sim
☐

Não
☐

4.2. No ano de 1999 realizou investimentos em Tecnologias e/ou Equipamentos, (Fim-de-linha e/ou Integrados) com o fim de reduzir ou minimizar eventuais impactos ambientais

☐

☐

**CASO TENHA ASSINALADO "NÃO" EM TODOS OS QUESITOS DO QUADRO 4, TERMINOU O PREENCHIMENTO.
REMETA O INSTRUMENTO DE NOTIFICAÇÃO PARA OS SERVIÇOS DO INE, PARA A MORADA INDICADA.
TENDO ASSINALADO "SIM" EM ALGUM DOS QUESITOS DO QUADRO 4, PROSSIGA PARA O QUADRO 5.**

5 Identifique com X o(s) Domínio(s) de Gestão e Protecção do Ambiente, referentes à(s) acção(ões) desenvolvida(s)

(Ver conceitos e exemplos de actividades dos Domínios abaixo mencionados nas instruções de preenchimento)

Protecção da Qualidade do Ar e Clima ☐	(1)	→	(preencha o quadro 6)
Protecção do Recurso Água ☐	(2)	→	(preencha o quadro 7)
Gestão de Resíduos ☐	(3)	→	(preencha o quadro 8)
Protecção contra o Ruído e Vibrações ☐	(4)	→	(preencha o quadro 9)
Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas ☐	(5)	→	(preencha o quadro 10)
Protecção da Biodiversidade e Paisagem ☐	(6)	→	(preencha o quadro 11)
Outras Actividades de Protecção do Ambiente ☐	(7)	→	(preencha o quadro 12)

"NÃO SE ESQUEÇA DE UTILIZAR A UNIDADE MONETÁRIA INICIALMENTE ESCOLHIDA"

6 Operações económicas no Domínio Protecção da Qualidade do Ar e Clima									
6.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento)									
6.1.1 Equipamentos fim-de-linha									
6.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas									
6.2 Custos e perdas									
6.2.1 Contratação de trabalhos especializados									
6.2.1.1 Administração Pública									
6.2.1.2 Sector Privado									
6.2.2 Impostos									
6.2.3 Taxas									
6.2.3.1 Administração Local									
6.2.4 Outros custos e perdas									
6.2.4.1 Custos com o pessoal afectos a actividades de protecção ambiental									
6.3 Proveitos e ganhos									
6.3.1 Prestação de Serviços									
6.3.2 Outros Proveitos e Ganhos									

7 Operações económicas no Domínio Protecção do Recurso Água									
7.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento)									
7.1.1 Equipamentos fim-de-linha									
7.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas									
7.2 Custos e perdas									
7.2.1 Contratação de trabalhos especializados									
7.2.1.1 Administração Pública									
7.2.1.2 Sector Privado									
7.2.2 Impostos									
7.2.3 Taxas									
7.2.3.1 Administração Local									
7.2.4 Outros custos e perdas									
7.2.4.1 Custos com o pessoal afectos a actividades de protecção ambiental									
7.3 Proveitos e ganhos									
7.3.1 Prestação de Serviços									
7.3.2 Outros Proveitos e Ganhos									

8 Operações económicas no Domínio Gestão de Resíduos									
8.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento)									
8.1.1 Equipamentos fim-de-linha									
8.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas									
8.2 Custos e perdas									
8.2.1 Contratação de trabalhos especializados									
8.2.1.1 Administração Pública									
8.2.1.2 Sector Privado									
8.2.1.2.1 Contrapartidas pagas à Sociedade Ponto - Verde									
8.2.2 Impostos									
8.2.3 Taxas									
8.2.3.1 Administração Local									
8.2.4 Outros custos e perdas									
8.2.4.1 Custos com o pessoal afectos a actividades de protecção ambiental									
8.3 Proveitos e ganhos									
8.3.1 Venda de resíduos e/ou materiais reciclados									
8.3.2 Prestações de serviços									
8.3.3 Outros proveitos e ganhos									

"NÃO SE ESQUEÇA DE UTILIZAR A UNIDADE MONETÁRIA INICIALMENTE ESCOLHIDA"

9 Operações económicas no Domínio Protecção Contra o Ruído e Vibrações

9.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento)

9.1.1 Equipamentos fim-de-linha

9.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas

9.2 Custos e perdas

9.2.1 Contratação de trabalhos especializados

9.2.1.1 Administração Pública

9.2.1.2 Sector Privado

9.2.2 Impostos

9.2.3 Taxas

9.2.3.1 Administração Local

9.2.4 Outros custos e perdas

9.2.4.1 Custos com o pessoal afectos a actividades de protecção ambiental

9.3 Proveitos e ganhos

9.3.1 Prestação de Serviços

9.3.2 Outros Proveitos e Ganhos

10 Operações económicas no Domínio Protecção dos Solos e Aguas Subterrâneas

10.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento)

10.1.1 Equipamentos fim-de-linha

10.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas

10.2 Custos e perdas

10.2.1 Contratação de trabalhos especializados

10.2.1.1 Administração Pública

10.2.1.2 Sector Privado

10.2.2 Impostos

10.2.3 Taxas

10.2.3.1 Administração Local

10.2.4 Outros custos e perdas

10.2.4.1 Custos com o pessoal afectos a actividades de protecção ambiental

10.3 Proveitos e ganhos

10.3.1 Prestação de Serviços

10.3.2 Outros Proveitos e Ganhos

11 Operações económicas no Domínio Biodiversidade e Paisagem

11.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento)

11.1.1 Equipamentos fim-de-linha

11.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas

11.2 Custos e perdas

11.2.1 Contratação de trabalhos especializados

11.2.1.1 Administração Pública

11.2.1.2 Sector Privado

11.2.2 Impostos

11.2.3 Taxas

11.2.3.1 Administração Local

11.2.4 Outros custos e perdas

11.2.4.1 Custos com o pessoal afectos a actividades de protecção ambiental

11.3 Proveitos e ganhos

11.3.1 Prestações de serviços

11.3.2 Outros proveitos e ganhos

"NÃO SE ESQUEÇA DE UTILIZAR A UNIDADE MONETÁRIA INICIALMENTE ESCOLHIDA"

12 Operações económicas noutros Domínios de Gestão e Protecção do Ambiente

12.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento)	
12.1.1 Equipamentos fim-de-linha	
12.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas	
12.2 Custos e perdas	
12.2.1 Contratação de trabalhos especializados	
12.2.1.1 Administração Pública	
12.2.1.2 Sector Privado	
12.2.2 Impostos	
12.2.3 Taxas	
12.2.3.1 Administração Local	
12.2.4 Outros custos e perdas	
12.2.4.1 Custos com o pessoal afectos a actividades de protecção ambiental	
12.3 Proveitos e ganhos	
12.3.1 Prestação de Serviços	
12.3.2 Outros Proveitos e Ganhos	

Assinale os domínios em que a empresa desenvolveu actividades

Investigação & Desenvolvimento	☐ (1)
Radiações	☐ (2)
Outras Actividades de Gestão e Protecção do Ambiente	☐ (3)

13 Número de Pessoas ao Serviço com Funções de Ambiente

Categorias Funcionais	Número Médio de Pessoas ao Serviço com Funções de Ambiente		Total de pessoas ocupadas com funções de ambiente em "Equivalentes a Tempo Completo"
	Majoritariamente ocupadas	Minoritaria ou ocasionalmente ocupadas	
13.1 Dirigentes			
13.2 Quadros, Técnicos Médios e Superiores			
13.3 Encarregados, Contramestres, Mestres e Chefes de Equipa			
13.4 Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços			
13.5 Operários, Aprendiz e Praticantes			

Observações:

Responsável pelo Preenchimento:

Nome	Telefone:
Serviço	Telefax:
Assinatura	Data: / /

Instrumento de notação do Sistema Estatístico Nacional
(Lei nº 6/89 de 15 de Abril) de RESPOSTA OBRIGATORIA.
Registado no I.N.E. sob o nº 8818
Válido até 1999.12.31



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

PERÍODO A QUE SE REFEREM OS DADOS
ANO DE 1998

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DA POPULAÇÃO
SERVIÇO DE ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE

ATENÇÃO
PREENCHA ESTE QUESTIONÁRIO DE ACORDO COM
AS **INSTRUÇÕES EM ANEXO**, SE TIVER
DÚVIDAS CONTACTE OS SERVIÇOS DO INE
Continente: Tlf (01) 842 61 00 Ext:1077/32
Açores: Tlf (095) 31 147
Madeira: (091) 741 426

INQUÉRITO ÀS ECO-EMPRESAS

A CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS É GARANTIDA NOS
TERMOS DA LEI Nº 6/89, DE 15 DE ABRIL

1 Identificação e Localização da Empresa.

Designação social (ou firma) _____
Localização: _____ Número de pessoa colectiva:
Distrito _____ Concelho _____ Freguesia
Localidade _____ Rua _____
Código Postal Telefone Fax

2 Situação e Caracterização da Empresa.

Situação da empresa ☐
(assinale com X a quadrícula correspondente)

	☐	SC2001
- Aguarda início de actividade	01	☐
- Em actividade	02	☐
- Actividade suspensa em (/ /)	03	☐
- Dissolvida em (/ /)	04	☐

→ Nº de meses de actividade durante o exercício SC2002

Actividade Principal: _____

CAE (Rev. 2) Não preencher - Reservado ao INE
Ano em que a empresa iniciou a actividade actual

Observações: _____

Responsável pelo Preenchimento do Inquérito

Nome _____ Telefone: () _____
Serviço _____ Telefax: () _____
Assinatura _____ Data: ____ / ____ / ____

3 Formação do Volume de Negócios (VVN) por domínios de ambiente e tipo de actividade da empresa.

Domínios de ambiente		Actividades desenvolvidas pela empresa					Total da formação do VVN em percentagem, por domínios de ambiente
		Fabricação de produtos substitutos (%)	Fabricação de bens de equipamento (%)	Comércio de produtos ou de bens de equipamento (%)	Estudos, consultoria e formação (%)	Análises, reciclagem e outro tipo de actividades (%)	
1	2	3	4	5	6	7	8
Protecção da Qualidade do Ar e Clima	ME3001						
Protecção do Recurso Água	ME3002						
Gestão de Resíduos	ME3003						
Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas	ME3004						
Protecção Contra o Ruído e Vibrações	ME3005						
Protecção da Biodiversidade e Paisagem	ME3006						
Protecção Contra as Radiações	ME3007						
Investigação e Desenvolvimento	ME3008						
Outras actividades de protecção do ambiente	ME3009						
Outra actividade não associada à protecção do ambiente	ME3010						
Total da formação do VVN em percentagem, por tipo de actividade-							

4 Distribuição de clientes por sectores institucionais e respectivo peso no Volume de Negócios

Mencione a percentagem que cada sector (em que se inserem os clientes da empresa) representa na formação do VVN da empresa:

1. Empresas %	DS4001	3. Famílias %	DS4006
2. Administrações Públicas (2.1+2.2+2.3) %	DS4002	4. Instituições Sem Fins Lucrativos	
2.1. Administração Central %	DS4003	ao Serviço das Famílias %	DS4007
2.2. Administração Regional %	DS4004	5. Resto do Mundo %	DS4008
2.3. Administração Local %	DS4005	6. Total (1+2+3+4+5) %	

5 Número Médio de Pessoas ao Serviço da Empresa durante o ano.

Total do Pessoal Remunerado e Não Remunerado ao Serviço da Empresa: RH5001

dos quais Pessoal Remunerado: RH5002

6.1 Número médio de pessoas ao serviço com funções de ambiente, por categorias funcionais segundo o sexo e grupos etários.

Categorias Funcionais	Nº de pessoas maioritariamente ocupadas com funções de ambiente	Nº de pessoas minoritariamente ou ocasionalmente ocupadas com funções de ambiente	Das pessoas maioritariamente ocupadas com funções de ambiente Indique por:						
			Sexo		Grupos Etários				
			Homens	Mulheres	14-24	25-34	35-44	45-54	>54
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Dirigentes									
2. Quadros e Técnicos Superiores									
3. Quadros e Técnicos Médios									
4. Enc., Contramestres, Mestres e Chefes Equipa									
5. Empregados Admin., Comerciais e Serviços									
6. Operários									
7. Aprendiz e Praticantes									

6.2 Número médio de pessoas maioritariamente ocupadas com funções de ambiente, por categorias funcionais segundo os níveis de instrução.

Categorias Funcionais	Níveis de Instrução						
	Nenhum	Básico 1º Ciclo	Básico 2º Ciclo	Básico 3º Ciclo	Secundário 10º a 12º Ano de escolaridade	Superior Não Universitário (médio/politécnico)	Superior Universitário
1	2	3	4	5	6	7	8
1. Dirigentes							
2. Quadros e Técnicos Superiores							
3. Quadros e Técnicos Médios							
4. Encarregados, Contramestres, Mestres e Chefes Equipa							
5. Empregados Administrativos, Comerciais e Serviços							
6. Operários							
7. Aprendiz e Praticantes							

6.3 Número médio de pessoas maioritariamente ocupadas com funções de ambiente, por categorias funcionais segundo os domínios de gestão e protecção do ambiente em que desenvolve a actividade(1).

Categorias Funcionais	Domínios de Gestão e Protecção do Ambiente								
	Qualidade do Ar e Clima	Recurso Água	Gestão dos Resíduos	Solos e Águas Subterrâneas	Ruído e Vibrações	Biodiversidade e da Paisagem	Radiações	Investigação & Desenvolvm.	Outras Actividades de Protecção do Ambiente
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Dirigentes									
2. Quadros e Técnicos Superiores									
3. Quadros e Técnicos Médios									
4. Encarregados, Contramestres, Mestres e Chefes Equipa									
5. Empregados Administrativos, Comerciais e Serviços									
6. Operários									
7. Aprendiz e Praticantes									

(1) Tendo em conta que uma pessoa pode desempenhar funções que se enquadram em diferentes domínios de ambiente, solicita-se que neste quadro os cálculos sejam realizados contemplando uma casa decimal, de modo a possibilitar em termos fraccionários, medir a distribuição das pessoas pelos diversos domínios. Veja na página 8 das instruções, a fórmula de cálculo do número médio de pessoas ao serviço da empresa.

DADOS FINANCEIROS

Designação Social _____

NPC _____

7

Movimentos do Activo Imobilizado Corpóreo.

Valor 10³ ESC

Código POC	Designação de Conta		Aumentos de imobilizado
1	2	3	4
42	Imobilizações Corpóreas	MA7001	

8

Vendas e Prestação de Serviços, Compras e Fornecimentos, por Mercados.

Valor 10³ ESC

Código POC	Designação de Conta		Mercado Externo		Mercado Nacional
			União Europeia	Outros Países	
1	2	3	5	6	7
71	Vendas	VP8001			
72	Prestação de Serviços	VP8002			
31	Compras	VP8003			
62	Fornecimentos e Serviços Externos	VP8004			

9

Demonstração de Resultados.

Código POC	Designação de Conta		Valor (10 ³ ESC)
1	2	3	4
	Custos e Perdas		
61	Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	DR9001	
62	Fornecimentos e Serviços Externos	DR9002	
64	Custos com o Pessoal	DR9003	
66	Amortizações do Exercício	DR9004	
67	Provisões do Exercício	DR9005	
63	Impostos	DR9006	
65	Outros Custos Operacionais	DR9007	
68	Custos e Perdas Financeiras	DR9008	
69	Custos e Perdas Extraordinárias	DR9009	
86	Imposto sobre o rendimento do exercício	DR9021	
88	Resultado Líquido do Exercício	DR9010	
	Proveitos e Ganhos		
71	Vendas	DR9011	
72	Prestação de Serviços	DR9012	
VP	Variação da Produção	DR9013	
73	Proveitos Suplementares	DR9014	
74	Subsídios à Exploração	DR9015	
75	Trabalhos para a Própria Empresa	DR9017	
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	DR9018	
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	DR9019	
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	DR9020	

1	DADOS GERAIS									
1.1	IDENTIFICAÇÃO									
Designação: _____										
Número de identificação de pessoa colectiva ou entidade equiparada										01
Localização da sede:										02
Distrito / Ilha _____				Concelho _____			Freguesia _____			
Localidade _____ / Rua _____										
Código Postal _____				Telefone _____			Fax _____			
1.2	CARACTERIZAÇÃO									
(assinlar com um X a quadrícula correspondente)										
NATUREZA (1)					ÍNDICE DE PROFISSIONALIZAÇÃO (2)					
☒ 1010					☒ 1020					
☒ Municipal ☐ Bombeiros Sapadores ☐ Não Sapadores ☐ Associativa ☐ Privativa					☐ Profissionais (3) ☐ Voluntários (4) ☐ Outros (5)					
1.3					TIPO DE INTERVENÇÃO					
(assinlar com um X a quadrícula correspondente)										
ÁREA GEOGRÁFICA DE INTERVENÇÃO (6)					1025					
☒ Municipal					☐ Área de acção restrita					
1.4	ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS									
Serviço				Código		Nº de acções desenvolvidas (9)				
1						2				
TOTAL (1+2+3+4)				1030		[][][][][][][][][][]				
1. INCÊNDIOS (1.1+1.2)				1035		[][][][][][][][][][]				
1.1. Florestais				1045		[][][][][][][][][][]				
1.2. Outros (7)				1050		[][][][][][][][][][]				
2. SAÚDE				1055		[][][][][][][][][][]				
3. SOCORROS A NAUFRAGOS				1070		[][][][][][][][][][]				
4. OUTROS SERVIÇOS (8)				1075		[][][][][][][][][][]				

Nº DE HORAS CONSAGRADAS AO COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS (10)

1045

[][][][][][][][][][] **02**

2 RECURSOS HUMANOS (11)

Natureza das Associações e Outras Entidades do Bombeiros	Código	Nº de pessoas que estavam no activo no Corpo de Bombeiros				
		Total	Homens		Mulheres	
			Remunerados	Não remunerados	Remuneradas	Não remuneradas
1		2	3	4	5	6
1. Municipal						
1.1 Bombeiros Sapadores	2020					
1.2 Não Sapadores	2005					
2. Associativa	2010					
3. Privativa	2015					

3 RECEITAS E DESPESAS (12)

"NÃO SE ESQUEÇA DE UTILIZAR A UNIDADE MONETÁRIA INICIALMENTE ESCOLHIDA".

3.1 RECEITAS

RUBRICAS	Código	Valores
1		2
1. RECEITAS CORRENTES (1.1 + ... + 1.6)	4005	
1.1. Contribuições Directas dos Associados	4010	
1.2. Rendimentos de Propriedade	4015	
1.3. Transferências Correntes (1.3.1 + ... + 1.3.5)	4020	
1.3.1. da Administração Central	4025	
1.3.2. da Administração Regional e Local	4030	
1.3.3. das Empresas	4235	
1.3.4. dos Particulares	4240	
1.3.5. do Exterior	4040	
1.4. Venda de Bens	4245	
1.5. Venda de Serviços	4250	
1.6. Outras Receitas Correntes	4060	
2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1 + ... + 2.3)	4065	
2.1. Venda de Bens de Investimento	4070	
2.2. Transferências de Capital (2.2.1 + ... + 2.2.5)	4075	
2.2.1. da Administração Central	4080	
2.2.2. da Administração Regional e Local	4085	
2.2.3. das Empresas	4255	
2.2.4. dos Particulares	4260	
2.2.5. do Exterior	4095	
2.3. Outras Receitas de Capital	4100	
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL (1 + 2)	4105	

"NÃO SE ESQUEÇA DE UTILIZAR A UNIDADE MONETÁRIA INICIALMENTE ESCOLHIDA".

3.2 DESPESAS

RUBRICAS	Código	Valores
1. DESPESAS CORRENTES (1.1 + ... + 1.5)	4110	
1.1. Despesas com o Pessoal	4115	
1.2. Aquisição de Bens	4265	
1.3. Aquisição de Serviços	4270	
1.4. Transferências Correntes	4150	
1.5. Outras Despesas Correntes	4170	
2. DESPESAS DE CAPITAL (2.1 + ... + 2.3)	4175	
2.1. Investimentos (2.1.1 + 2.1.2)	4180	
2.1.1. Instalação de Serviços, Material de Transporte, Aparelhos, Máquinas, e Equipamentos, para Combate a Incêndios	4275	
2.1.2. Outros Investimentos	4200	
2.2. Transferências de Capital	4205	
2.3. Outras Despesas de Capital	4225	
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (1 + 2)	4230	

OBSERVAÇÕES: _____

DADOS RELATIVOS AO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO INQUÉRITO

NOME: _____
 SERVIÇO: _____ TEL : _____
 LOCALIDADE: _____ FAX : _____
 ASSINATURA: _____ EXTENSÃO : _____
 DATA: ____ / ____ / ____

NATUREZA DOS ASSOCIADOS		
ENTIDADES ASSOCIADAS (*)	CÓDIGO	NÚMERO DE ASSOCIADOS EM 31 DE DEZEMBRO
1		2
TOTAL (1+...+6)	2005	
1. ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	2010	
2. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	2015	
3. OUTROS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2020	
4. EMPRESAS	2025	
5. PARTICULARES	2030	
6. OUTROS	2035	

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

3.1.1 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS POR DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE

[illegible]

3.2.2 PESO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS VÁRIOS DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE (*)

DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE (*)	CÓDIGO	PESO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS (%)	
		1	2
PROTECÇÃO DA QUALIDADE DO AR E CLIMA	3055	□ □ □ □	□ □ □ □
PROTECÇÃO DO RECURSO ÁGUA	3060	□ □ □ □	□ □ □ □
GESTÃO DE RESÍDUOS	3065	□ □ □ □	□ □ □ □
PROTECÇÃO DOS SOLOS E ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	3070	□ □ □ □	□ □ □ □
PROTECÇÃO CONTRA O RUÍDO E VIBRAÇÕES	3075	□ □ □ □	□ □ □ □
PROTECÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DA PAISAGEM	3080	□ □ □ □	□ □ □ □
PROTECÇÃO CONTRA AS RADIAÇÕES	3085	□ □ □ □	□ □ □ □
INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	3090	□ □ □ □	□ □ □ □
OUTRAS ACTIVIDADES DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE	3095	□ □ □ □	□ □ □ □
TOTAL		□ □ □ □	□ □ □ □

4

PESSOAL AO SERVIÇO, POR CATEGORIAS FUNCIONAIS (*)

PESSOAL AO SERVIÇO POR CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO
TOTAL (1+2)	4005	
1. PESSOAL NÃO REMUNERADO	4010	
2. PESSOAL REMUNERADO (2.1+...+2.4)	4015	
2.1. DIRIGENTES	4020	
2.2. QUADROS E TÉCNICOS SUPERIORES	4030	
2.3. QUADROS E TÉCNICOS MÉDIOS	4055	
2.4. EMPREGADOS ADMINISTRATIVOS, COMERCIAIS E SERVIÇOS	4060	
3. DO TOTAL DO PESSOAL AO SERVIÇO, INDIQUE:	4040	
3.1. PESSOAL A TEMPO COMPLETO	4045	
3.2. PESSOAL A TEMPO PARCIAL	4050	

5

RECEITAS E DESPESAS (*)

"NÃO SE ESQUEÇA DE UTILIZAR A UNIDADE MONETÁRIA INICIALMENTE ESCOLHIDA".

5.1

RECEITAS

RUBRICAS	CÓDIGO	VALORES
1. RECEITAS CORRENTES (1.1+...+1.6)	5005	
1.1. CONTRIBUIÇÕES DIRECTAS DOS ASSOCIADOS	5010	
1.2. RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	5015	
1.3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (1.3.1+...+1.3.4)	5020	
1.3.1. DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	5025	
1.3.2. DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	5030	
1.3.3. DO SECTOR PRIVADO (1.3.3.1+...+1.3.3.3)	5035	
1.3.3.1. EMPRESAS	5040	
1.3.3.2. INSTITUIÇÕES PARTICULARES	5045	
1.3.3.3. PARTICULARES	5050	
1.3.4. DO EXTERIOR	5055	
1.4. VENDA DE BENS	5290	
1.5. VENDA DE SERVIÇOS	5295	
1.6. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5065	
2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1+...+2.3)	5070	
2.1. VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	5075	
2.2. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL (2.2.1+...+2.2.4)	5080	
2.2.1. DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	5085	
2.2.2. DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	5090	
2.2.3. DO SECTOR PRIVADO (2.2.3.1+...+2.2.3.3)	5095	
2.2.3.1. EMPRESAS	5100	
2.2.3.2. INSTITUIÇÕES PARTICULARES	5105	
2.2.3.3. PARTICULARES	5110	
2.2.4. DO EXTERIOR	5115	
2.3. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5125	
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL (1+2)	5130	

"NÃO SE ESQUEÇA DE UTILIZAR A UNIDADE MONETÁRIA INICIALMENTE ESCOLHIDA".

5.2

DESPESAS

RUBRICAS	CÓDIGO	VALORES
1.		2
1. DESPESAS CORRENTES (1.1 + ... + 1.5)	5135	
1.1. DESPESAS COM O PESSOAL	5140	
1.2. AQUISIÇÃO DE BENS	5300	
1.3. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	5185	
1.4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5190	
1.5. OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5210	
2. DESPESAS DE CAPITAL (2.1 + ... + 2.3)	5215	
2.1. INVESTIMENTOS	5220	
2.2. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5255	
2.3. OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	5280	
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (1+2)	5285	

OBSERVAÇÕES:

DADOS RELATIVOS AO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO INQUÉRITO

NOME: _____ TELEFONE: _____

SERVIÇO: _____ EXTENSÃO: _____

